

*CADERNO
DE
TEXTOS*

*61º CONAD
do
ANDES-Sindicato Nacional*

TEMA CENTRAL: Defesa dos direitos sociais, da educação e serviços públicos

Boa Vista (RR), 30 de junho a 3 de julho de 2016

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar
Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Fax: (61) 3224-9716

Gestão 2014/2016

Presidente: Paulo Marcos Borges Rizzo

Secretária-Geral: Cláudia March Frota de Souza

1º Tesoureiro: Amauri Fragoso de Medeiros

Diretora responsável por Imprensa e Divulgação: Marinalva Silva Oliveira

home page: <http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

SUMÁRIO

Proposta de Cronograma e Pauta do 61º CONAD	8
Proposta de Regimento do 61º CONAD	9
TEMA I: MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA: AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO ANDES-SN FRENTE ÀS AÇÕES ESTABELECIDAS NO 35º CONGRESSO	
Texto 1 Movimento Docente e Conjuntura - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	19
Texto 2 - Nota crítica sobre a posição da diretoria do ANDES - <i>Contribuição da Assembleia da APUR</i>	25
Texto 3 – Pela consolidação do ANDES-SN como sindicato autônomo frente aos patrões, aos partidos políticos e aos governos - <i>Contribuição da(o)s professoras(es) Jaqueline Oliveira, Laurileide Barbosa, Sandra Melo, Argus Almeida, Hélio Cabral, Jadson Almeida, José Nunes, Levy Barreto, Marcos Oliveira e Nilson Carvalho – sindicalizados da ADUFERPE SSind</i>	26
Texto 4 – Rupturas estruturais não se fazem fora das conjunturas: para barrar retrocessos, Temer jamais - <i>Contribuição da Diretoria Executiva da ADUFU SSind</i>	29
Texto 5 – Que o ANDES-SN se junte à luta contra o golpe! Preparar a greve geral! Fora Temer! - <i>Contribuição do(a)s professores(as) Tiago Nicola (ADUSC); José Cândido (ADUSC); Alba Lucilvânia Fonseca Chaves (ADUSC); Amanda Silva Rodrigues (ADUSC); Cláudio Félix (ADUSB); Paulo Riela (ADUFS-BA); David Teixeira (APUR); Antonio Eduardo Oliveira (APUR); Karina Cordeiro (APUR); Tarcísio Cordeiro (APUR); Fátima Aparecida Silva (APUR); Cíntia Cardeal (APUR); Ana Cristina Nascimento Givigi (APUR); José Arlen Beltrão de Matos (APUR); Celi Taffarel (APUB); Marise Carvalho (APUB); Jailson Alves dos Santos (APUB); Patrícia Valim (APUB); Fernando Cunha (ADUFPB); Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Carlos José Cartaxo (ADUFPB), Dailton Alencar Lucas de Lacerda (ADUFPB); Flávio Melo (ADUFERPE); Érika Suruagy (ADUFERPE); Eduardo Silva (ADUFERPE); Cícero Monteiro de Souza (ADUFERPE); Eudes Baima (SINDUECE); Lenúcia Moura (SINDUECE); Marco Oliveira (SESDUFT); Domingos Savio (ADUNEMAT); Luiz Jorge Brasilino da Silva (ADUNEMAT); Edna Aparecida Sampaio (ADUNEMAT); Humberto Clímaco (ADUFG), Patricia Sartoratto (ADUFG); Everaldo Andrade (ADUSP); Kimi Tomizaki (ADUSP); Juanito Vieira (APESJF); Alberto Handfas (ADUNIFESP); Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES); Amália Catharina Santos Cruz (ADUNEB); João Silva Rocha Filho (ADUNEB); Crizeide Miranda Freire (ADUNEB); Thais Nascimento (ADUNEB); Marcone Denys R. Nunes (ADUNEB); Tarcísio Praciano (SINDIUVA)</i>	33
Texto 6 – Fora Temer! Fora todos! Construir uma greve geral para derrotar o PLP 257/16, a contrarreforma da previdência e o pacote de ajustes! - <i>Contribuição do(a)s professores Douglas Bezerra (ADUFPI), Patrícia Andrade (SINDCEFET-PI), Raphael Furtado (ADUFES), Wagner Damasceno (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC).</i>	37
Texto 7 – Lutar contra a retirada de direitos e derrotar a ofensiva golpista! - <i>Contribuição da professora Lucineia Scremin Martins filiada a ADUFG e do professor Alcides Ponte Remijio – sindicalizados da ADUFG SSind</i>	39
Texto 8 – Que o povo decida! Fora Temer e eleições gerais para apontar saídas à crise política! - <i>Contribuição dos(as) professores(as) Rigler Aragão (SINDUNIFESSPA), Douglas</i>	48

<i>Oliveira (SINDUNIFESSPA), Janaína Bilate (ADUNIRIO), Annie Schmaltz Hsiou (ADUSP), Marcela Rufato (ADUNIFAL), Maíra Mendes (ADUSC), Linnesh Ramos (ADUFS-BA), Vicente Ribeiro (SINDUFFS), Frederico Henriques (ADURN), Caetano de Carli (ADUFERPE)</i>	
Texto 9 – Do “Sem medo de ser feliz” ao “golpe”: nascimento, vida e morte de uma política de conciliação de classes - <i>Contribuição dos professores Welbson do Vale Madeira, Vilema Gomes da Silva e da professora Catarina Malcher Teixeira – sindicalizados da APRUMA SSIND.</i>	51
Texto 10 – O processo de impeachment marca um momento qualitativamente diferente de ataques à classe trabalhadora, de descaso com os serviços públicos, com a educação pública e com o trabalho docente - <i>Contribuição dos(a) professores(as) Carla D. Sartor – sindicalizada da ADUNIRIO; Cleusa Santos e Mauro Luis Iasi – sindicalizados da ADUFRJ; Milton Pinheiro de Souza – sindicalizado da ADUNEB; Elza Peixoto – sindicalizada da APUB; Wesclley Pinheiro – sindicalizado da ADUFMAT</i>	55
TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
Texto 11 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política sindical - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	61
Texto 12 - Avaliação e atualização do plano de lutas para enfrentar o aprofundamento da contrarreforma do estado e seus impactos nas políticas de seguridade social - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	65
Texto 13 - Avaliação e atualização do plano de lutas de política educacional - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	69
Texto 14 - Avaliação e atualização do plano de lutas de questões agrárias, urbanas ambientais - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	74
Texto 15 - Avaliação e atualização do plano de lutas de ciência e tecnologia - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	76
Texto 16 – Avançar na reorganização da classe trabalhadora: convocar o encontro nacional da classe trabalhadora (ENCLAT) - <i>Contribuição dos(as) professores(as) Bartira Telles Pereira Santos, Benedito Carlos Libório Caires Araújo, Bruna Tavora, Paulo Roberto Felix dos Santos, Saulo Henrique Souza Silva e Yanne Angelim Acioly - sindicalizados da ADUFS-SE; Vinícius C. Santos; Cristiano Ferraz sindicalizados da ADUSB; José Alex Soares Santos, sindicalizado do SINDUECE; Tulio Lopes e Roberto Kanitz, sindicalizados da ADUEMG; Wesclley Pinheiro, sindicalizado da ADUFMAT</i>	80
Texto 17 – Fortalecer a luta contra o golpe e nenhum direito a menos - <i>Contribuição do professor Alcides Pontes Remijo – sindicalizado da ADUFG SSind</i>	82
TEMA III - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES	
Texto 18 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	88
Texto 19 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IFES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	96
Texto 20 – Novos ataques aos docentes do ensino básico técnico e tecnológico? - <i>Contribuição das professoras Márcia Cristina Fontes Almeida, Renata Pires Gonçalves, Valdênia</i>	105

<i>Carvalho e Almeida e Vânia Aparecida Lopes Leal - Sindicalizadas da ASPUV-S.Sind.</i>	
TEMA IV: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 21 - Homologações: novas seções sindicais - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	108
Texto 22 – Sede do 62º CONAD do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	108
Texto 23 – Critérios de funcionamento e utilização do Fundo Único - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	109
Texto 24 - Prestação de contas do exercício 2015 - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	115
Texto 25 - Previsão orçamentária para 2017 - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	135
Texto 26 - Prestação de contas do 35º Congresso do ANDES-SN – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	137
SIGLAS	139

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado como proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA I: MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA: AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO ANDES-SN FRENTE ÀS AÇÕES ESTABELECIDAS NO 35º CONGRESSO	
TR 3 – Pela consolidação do ANDES-SN como sindicato autônomo frente aos patrões, aos partidos políticos e aos governos	29
TR 4 – Rupturas estruturais não se fazem fora das conjunturas: para barrar retrocessos, Temer jamais	32
TR 5 – Que o ANDES-SN se junte à luta contra o golpe! Preparar a greve geral! Fora Temer!	36
TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
TR 11 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política sindical	64
TR 12 - Avaliação e atualização do plano de lutas para enfrentar o aprofundamento da contrarreforma do estado e seus impactos nas políticas de seguridade social	69
TR 13 - Avaliação e atualização do plano de lutas de política educacional - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	73
TR 14 - Avaliação e atualização do plano de lutas de questões agrárias, urbanas ambientais	76
TR 15 - Avaliação e atualização do plano de lutas de ciência e tecnologia	79
TR 16 – Avançar na reorganização da classe trabalhadora: convocar o encontro nacional da classe trabalhadora (ENCLAT)	81
TR 17 – Fortalecer a luta contra o golpe e nenhum direito a menos	86
TEMA III - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES	
TR 18 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES	94
TR 19 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IFES	104
TR 20 – Novos ataques aos docentes do ensino básico técnico e tecnológico?.	106
TEMA IV: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 21 - Homologações: novas seções sindicais	108
TR 22 – Sede do 62º CONAD do ANDES-SN	108
TR 23 – Critérios de funcionamento e utilização do Fundo Único	114
TR 24 - Prestação de contas do exercício 2015	115
TR 25 - Previsão orçamentária para 2017	135
TR 26 - Prestação de contas do 35º Congresso do ANDES-SN	137

Apresentação

O 61º CONAD será realizado na cidade de Boa Vista, de 30 de junho a 3 de julho de 2016, organizado pela diretoria do ANDES-SN e pela Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Roraima (SESDUF-RR), que sediará o evento. O tema do 61º CONAD expressa a continuidade e a persistência de nossas lutas: defesa dos direitos sociais, da educação e dos serviços públicos.

Ele se realiza em um momento histórico singular no qual, a pretexto de resolução da crise econômica, os direitos sociais são intensamente atacados no Brasil e em muitos outros países. Ocorre em momento de profunda crise político-institucional no país, a qual se arrasta sem solução e se aprofunda a cada dia. Ocorre em momento de lutas de enfrentamento à retirada de direitos e contra o desmonte da educação pública, como as greves que são realizadas na base do ANDES-SN em diferentes estados, e também de servidores públicos e da educação básica, em que se destacam as ocupações de escola protagonizadas por estudantes secundaristas, na defesa da escola pública.

Coincidindo com o processo de preparação do 61º CONAD, será realizado o II Encontro Nacional de Educação (Brasília, 16, 17 e 18 de junho), oportunidade de expressão dessas lutas e momento de reunião de forças, com vistas à construção de um projeto classista de educação, que possa ser referência para a defesa da educação e de seu caráter público.

Caberá ao 61º CONAD a atualização do Plano de Lutas aprovado no 35º Congresso do Sindicato, buscando respostas para os desafios que estamos vivendo em nossas lutas cotidianas e para a unificação das ações da classe em resistência à retirada de direitos, enfrentando as contrarreformas em curso e as já anunciadas. Também nesse CONAD, expressão da vitalidade do Sindicato, tomará posse a diretoria eleita para o biênio 2016-2018. O debate fraterno e democrático no 61º CONAD renovará esperanças de prosseguimento e reforço da luta que vem sendo travada.

Lançamo-nos e constantemente nos relançamos na construção do futuro, sem temê-lo. E o futuro próximo será de muita luta, na defesa dos nossos direitos, dentre eles o da liberdade de expressão, de autonomia da função docente e também do direito de lutar. Por isso, reafirmamos intransigentemente os princípios que fundamentam a existência deste sindicato: liberdade e autonomia sindical.

Até breve, até Boa Vista!

Diretoria do ANDES-SN

PROPOSTA DE PAUTA E DE CRONOGRAMA DO 61º CONAD DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Boa Vista (RR), 30 de junho a 3 de julho de 2016

Tema Central: Defesa dos direitos sociais, da educação e serviços públicos

5ª feira (30/6)	6ª feira (1º/7)	Sábado (2/7)	Domingo (3/7)
9h às 12h Credenciamento 10h às 12h Plenária de Abertura Posse da Diretoria do ANDES-SN	9h às 12h Grupo Misto - Tema II	9h às 12h Grupo Misto - Tema IV	9h às 12h Plenária do Tema IV
15h às 17h Plenária de Instalação 14h às 17h Credenciamento	14h às 17h Grupo Misto - Tema III	14h às 17h Plenária do Tema II	15h às 17h Plenária de Encerramento
18h às 20h Plenária Tema I		18h30 às 21h30 Plenária do Tema III	

TEMÁRIO:

Tema I: Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 35º CONGRESSO.

Tema II: Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores

Tema III: Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores.

Tema IV: Questões organizativas e financeiras

PROPOSTA DE REGIMENTO DO 61º CONAD DO ANDES- SINDICATO NACIONAL

Capítulo I Do 61º CONAD

Art. 1º O 61º CONSELHO do ANDES-SINDICATO NACIONAL (CONAD), previsto no inciso II, do art. 13, do Estatuto do Sindicato, convocado pela diretoria, conforme o inciso XII, do art. 30, reunir-se-á no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, em Boa Vista (RR), organizado pela SESDUF-RR Seção Sindical do ANDES-SN.

Parágrafo único. O período de realização do 61º CONAD poderá ser estendido, pela plenária de encerramento, para o dia 4 de julho de 2016.

Art. 2º O 61º CONAD é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme o art. 22 e 24 do Estatuto do ANDES-SN.

Art. 3º O 61º CONAD tem como finalidade deliberar sobre a pauta e o cronograma de atividades no seu início, de acordo com o disposto no art. 27 e parágrafos do Estatuto do ANDES-SN.

Capítulo II Das Atribuições

Art. 4º São atribuições do 61º CONAD:

I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do 35º CONGRESSO do ANDES-SN, lhe foram atribuídas, nos limites dessa atribuição;

II - implementar o cumprimento das deliberações do 35º CONGRESSO do ANDES-SN;

III - regulamentar, quando necessário, as deliberações do 35º CONGRESSO do ANDES-SN;

IV - exercer as funções de conselho fiscal do ANDES-SN, nos termos do seu Estatuto;

V - examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentados pela diretoria;

VI - decidir sobre os recursos interpostos às decisões da diretoria;

VII - convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO do ANDES-SN;

VIII - aplicar penalidades de advertência e suspensão a sindicalizados(as) do ANDES-SN, conforme o disposto no art. 11 do Estatuto do ANDES-SN;

IX - criar comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes, bem como, havendo motivação para tanto, extingui-las;

X - alterar a contribuição financeira dos sindicalizados, *ad referendum* do CONGRESSO do ANDES-SN subsequente;

XI - homologar a constituição de seções sindicais (S.SIND.), bem como a transformação de associações de docentes (AD) em seções sindicais e as alterações nos seus regimentos, *ad referendum* do CONGRESSO subsequente.

Art. 5º Estabelecer, se houver motivos imperiosos e justificados, diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º do Estatuto do ANDES-SN.

Parágrafo único. As diretrizes às quais se refere o caput deste artigo não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS anteriores do ANDES-SN, ficando sujeitas à ratificação no CONGRESSO imediatamente subsequente.

Capítulo III Dos Participantes

Art. 6º São participantes do 61º CONAD:

I - um(a) delegado(a) de cada seção sindical (S.Sind) ou AD - seção sindical (AD-S.Sind.), escolhido(a) na forma deliberada por sua assembleia geral (art. 25, inciso I, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

II - um(a) delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as), via secretaria regional, escolhido(a) na forma deliberada pela respectiva assembleia geral (art. 25, inciso II, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

III - uma representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN;

IV - o(a) presidente do ANDES-SN, com direito a voz e a voto;

V - observadores(as) de S.SIND ou AD-S.SIND e de sindicalizados(as) via secretaria regional, com direito a voz;

VI - os demais membros efetivos da diretoria em exercício (art. 32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (art. 32, V), com direito a voz;

VII - os membros das comissões organizadora e diretora, com direito a voz;

VIII - os(as) convidados(as) pela comissão organizadora ou diretora, devidamente credenciados(as) como tal, com direito a voz.

§ 1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SN não poderão participar como convidados(as), salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos;

§ 2º Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) somente poderá ser substituído(a) uma única vez, durante a realização do 61º CONAD, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar a necessidade de se ausentar definitivamente e registrar a respectiva substituição junto à comissão diretora;

b) os(as) suplentes de delegados(as), indicados(as) para tal pelas assembleias gerais das S.Sind ou AD-S.Sind. e pelas assembleias gerais dos sindicalizados via secretaria regional, devem estar credenciados(as) como observadores(as);

c) quando o(a) delegado(a) de S.Sind. ou AD-S.Sind. ou de sindicalizados(as) via secretaria regional comprovadamente se ausentar sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 7º O presidente do ANDES-SN preside o 61º CONAD, com direito a voz e a voto em suas sessões.

Capítulo IV Do Credenciamento

Art. 8º O credenciamento de delegados(as), observadores(as) e convidado(s) do 61º CONAD será das 9 (nove) horas às 12 (doze) horas e das 14 (quatorze) horas às 17h (dezessete) horas do dia 30 de junho de 2016, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação.

§ 1º Para o credenciamento de delegado(a) será exigida ata, ou extrato de ata, da assembleia geral que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º Para o credenciamento de observador(a), escolhido(a) em assembleia geral, será exigida ata, ou extrato de ata, que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença, e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.Sind. ou AD-S.Sind., justificando a situação.

§ 3º Para credenciamento de observadores(as) de sindicalizados(as), via secretaria regional, deve ser apresentada a ata da assembleia geral que os(as) escolheu.

§ 4º Cada delegado (a) ou observador (a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e ou votação, em cores diferentes.

§ 5º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária.

§ 6º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade dos documentos que credenciam os(as) demais delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.Sind, AD-S.Sind. ou secretaria regional, mediante requerimento à comissão diretora.

§ 7º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na plenária de instalação, que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final.

Capítulo V
Do Funcionamento
Seção I
Dos Órgãos

Art. 9º São órgãos do 61º CONAD:

- I - Comissão organizadora;
- II - Comissão diretora;
- III - Grupos mistos;
- IV - Plenárias.

§ 1º A comissão organizadora será criada a partir da convocação.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de sua realização.

§ 3º O quorum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 61º CONAD é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 4º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos grupos mistos, o quorum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 5º As deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quorum previsto no § 3º deste artigo.

Seção II
Da Comissão Organizadora

Art. 10. A comissão organizadora do 61º CONAD é constituída por 3 (três) representantes da SESDUF-RR e por 3 (três) diretores(as) do ANDES-SN.

Art. 11. É de competência da comissão organizadora:

- I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 61º CONAD;
- II - organizar a sessão de abertura;
- III providenciar a reprodução, para o conjunto dos(as) participantes, dos textos cuja inclusão na pauta de discussões do evento tenha sido aprovada pela plenária de instalação;
- IV - responsabilizar-se pelas receitas e despesas, organizando o rateio entre as S.Sind e AD-S.Sind.;
- V - realizar, junto com a comissão diretora, o credenciamento dos(as) participantes.

Seção III
Da Comissão Diretora

Art. 12. A comissão diretora do 61º CONAD é composta pela diretoria do ANDES-SN.

Art. 13. É de competência da comissão diretora:

- I - responsabilizar-se pelo credenciamento dos(as) participantes;

II - efetivar a substituição de delegados(as), de acordo com o disposto no § 2º, do art. 6º, deste Regimento;

III - elaborar a prestação de contas para apreciação no próximo Congresso;

IV - organizar e compor as mesas diretoras das plenárias, que deverão ser constituídas por diretores(as) do ANDES-SN;

V - organizar a composição dos grupos mistos, em consonância com o disposto no art. 14 deste Regimento.

Parágrafo único. Das decisões da comissão diretora, cabe recurso à plenária subsequente.

Seção IV Dos Grupos Mistos

Art. 14. Os grupos mistos são compostos por:

I - delegados(as) de S.Sind.(AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto;

II - observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz;

III - diretores(as) do ANDES-SN, com direito a voz;

IV - convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito a voz.

§ 1º. Cada grupo misto será composto de, no máximo, 25 (vinte e cinco) delegados(as), sendo este também o número máximo de observadores(as).

§ 2º Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um observador(a) de uma mesma S.Sind. ou AD-S.Sind, ou mais de um observador(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma Secretaria Regional, caso o respectivo número de observador(as) seja superior ao número de grupos mistos.

Art. 15. Os grupos mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por um(a) coordenador(a), um(a) relator(a) e um(a) secretário(a).

§ 1º Os membros da mesa coordenadora de cada grupo misto serão eleitos pelos(as) delegados(as) componentes do grupo.

§ 2º O(A) coordenador(a) da mesa coordenadora de cada grupo será eleito(a) entre os(as) delegados(as).

§ 3º O(a) relator(a) e o(a) secretário(a) poderão ser observadores(as) credenciados(as).

§ 4º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo poderão deliberar sobre proposta de alteração da mesa coordenadora.

Art. 16. Compete ao(à) coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com este Regimento.

Art. 17. Compete ao(à) Relator(a):

I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com este Regimento e demais instruções da comissão diretora, fazendo constar do relatório o resultado da votação (número de votos favoráveis, contrários e de abstenções) de cada proposta submetida à apreciação;

II - participar dos trabalhos previstos no art. 21 deste Regimento.

Art. 18. Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades.

Art. 19. As reuniões dos grupos mistos terão início nos horários estabelecidos no cronograma do 61º CONAD, observado o quorum mínimo de mais da metade dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quorum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, os trabalhos terão início com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista e aberta uma 2ª (segunda) lista de presença.

§ 3º As deliberações só serão tomadas por mais da metade dos(a) delegados(as) inscritos em cada grupo de trabalho.

Art. 20. Os(as) relatores(as) dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 3 (três) horas, após o encerramento da reunião, para entregar à comissão diretora o relatório digitado de seu grupo; sendo garantidas, pela comissão organizadora, as condições necessárias para tal.

Parágrafo único. Para os relatórios de grupos mistos cujas reuniões terminem após as 19 (dezenove) horas, o prazo limite é até as 10 (dez) horas do dia seguinte.

Art. 21. A consolidação dos relatórios de grupos mistos será feita pelos membros da comissão diretora, para tal designados, e, sempre que necessário, em conjunto com os(as) relatores(as) dos grupos mistos.

Art. 22. Dos relatórios consolidados que serão apresentados às plenárias do 61º CONAD constarão, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em pelo menos um dos grupos mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora e, sempre que necessário, por essa comissão em conjunto com os(as) relatores(as).

IV – os TRs remetidos para a plenária pelos grupos mistos, desde que tenham sido aprovados ou obtidos 30% dos votos em pelo menos um grupo.

Art. 23. Os grupos mistos terão a duração de 3 (três) horas.

§ 1º A duração prevista no caput deste artigo poderá, por deliberação do Grupo Misto, ser prorrogada por, no máximo 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do 61º CONAD.

§ 2º Os grupos mistos poderão ter o início do trabalho antecipado por deliberação da sessão anterior, desde que não venha a interferir no funcionamento do 61º CONAD.

Seção V

Das Plenárias

Art. 24. As plenárias são compostas por:

I - delegados(as) de S.Sind (de AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto;

II - observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz;

III - membros das comissões diretora e organizadora do 61º CONAD, com direito a voz;

IV - convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da comissão diretora, com direito a voz.

Art. 25. As plenárias do 61º CONAD serão dirigidas por mesas coordenadoras cada qual composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º (1ª) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º (2ª) secretário(a).

§ 1º A comissão diretora indica, entre os membros da diretoria do ANDES-SN, os(as) componentes da mesa coordenadora de cada plenária.

§ 2º A plenária poderá, com base no encaminhamento por ela aprovado, deliberar sobre proposta de modificação da composição da mesa coordenadora dos trabalhos.

Art. 26. Compete ao(à) presidente da mesa coordenadora:

I - preparar, com o(a) 1º (1ª) secretário(a), a ordem dos trabalhos da plenária;

II - dirigir a plenária, orientando os debates e promovendo a votação, de acordo com este Regimento.

Art. 27. Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora:

I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao 1º (à 1ª) secretário(a):

I - preparar, com o(a) presidente, a ordem dos trabalhos da plenária;

II - elaborar o relatório final das deliberações da plenária;

III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 61º CONAD, o relatório respectivo, digitado e na forma definitiva.

Parágrafo único. No caso das plenárias de instalação e de encerramento, caberá ao 1º secretário a elaboração e acompanhamento do protocolo/registo de cada sessão.

Art. 29. Compete ao 2º (à 2ª) secretário(a):

I - auxiliar o(a) 1º (1ª) secretário(a) em suas atividades;

II - elaborar a ata da plenária;

III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 61º CONAD, a ata respectiva, digitada e na forma definitiva.

Art. 30. A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

I - Plenária de abertura: 2 (duas) horas;

II - Plenária de instalação: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

III - Plenária do tema I: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

IV - Plenária do tema II: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

V - Plenária do tema III: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

VI - Plenária do tema IV: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

VII - Plenária de encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo - consideradas as respectivas prorrogações - terão seu encaminhamento decidido pela plenária.

§ 2º Compete à plenária de instalação:

I - aprovar o Regimento e o Cronograma do 61º CONAD;

II - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 61º CONAD;

III - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e nas deliberações do 61º CONAD, de textos encaminhados após o término do prazo para inclusão no anexo ao Caderno de Textos deste evento.

§ 3º Compete à plenária do tema I discutir os textos de conjuntura apresentados ao 61º CONAD, nos termos deste Regimento.

§ 4º As plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior.

§ 5º A plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário.

Art. 31. A verificação do quorum, no início das plenárias do 61º CONAD, será feita por meio de lista de presença, na qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da S.Sind. ou AD-SSind. ou secretaria regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

Parágrafo único. A verificação de quorum, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem de delegados(as), por meio do cartão de voto.

Capítulo VI Das Discussões e Votações

Art. 32. Quando uma proposição estiver em debate nas sessões dos grupos mistos e das plenárias, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever junto à mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições.

Art. 33. Para a discussão de cada matéria, será estabelecido, a critério do grupo misto ou da plenária, um período de tempo compatível tanto com o atendimento da discussão dos tópicos correspondentes quanto com a duração estipulada, neste Regimento, para o funcionamento do grupo misto ou plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 34. As discussões e as votações terão o seguinte procedimento:

I - fase de discussão, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de propostas, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

III - fase de votação, mediante o levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do plenário.

§ 1º Na fase prevista no inciso II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. Havendo posicionamento contrário e a favor, a palavra será concedida para a defesa de cada posição, alternadamente e em igual número de intervenções, com prévio conhecimento do plenário e dos(as) inscritos(as).

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas:

a) as aprovadas nos grupos mistos;

b) as minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as), em pelo menos, um grupo misto;

c) as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora ou por esta em conjunto com os relatores, nos termos do art. 22 deste Regimento;

d) as oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização pelo plenário.

§ 3º Os TRs remetidos para a plenária pelos grupos mistos, desde que tenham sido aprovados ou obtidos 30% dos votos em pelo menos um grupo.

Art. 35 As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições para discussão, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento.

Art. 36. As deliberações são adotadas por maioria simples dos(as) delegados(as) presentes em cada sessão, observado o disposto no art. 28 do Estatuto.

Capítulo VII Das Disposições Gerais e Finais

Art. 37. As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na secretaria do 61º CONAD, até às 18 (dezoito) horas do dia 2 de julho de 2016, endereçadas à comissão diretora, sendo especificados(as) os(as) proponentes e os(as) destinatários(as), estes(as) últimos(as) com endereço completo.

§ 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do 61º CONAD; sendo, neste caso, participantes aqueles(as) estabelecidos(as) nos termos do art. 6º e incisos deste Regimento.

§ 2º A comissão diretora deve divulgar aos participantes do 61º CONAD o teor das moções propostas, até às 10 (dez) horas do dia 3 de julho de 2016.

§ 3º A critério da plenária de encerramento podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções, apresentadas até 30 (trinta) minutos antes do início da plenária, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto, cabendo à comissão diretora avaliar se atendem aos critérios estabelecidos.

§ 4º As propostas de moções das quais não constem os destinatários e os respectivos endereços completos e devidamente anotados não serão recebidas para apreciação do 61º CONAD.

Art. 38. As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da comissão diretora.

Art. 39. Nos grupos mistos e nas plenárias, somente serão aceitas declarações de voto de delegados(as) que se absterem no momento da votação.

§ 1º Dentre as declarações de voto feitas nas plenárias, somente constarão do relatório final aquelas apresentadas, por escrito, à mesa coordenadora.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento ou a questões de ordem que a mesa coordenadora submeta à votação.

Art. 40. A diretoria tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 61º CONAD, para divulgar o respectivo relatório final.

Art. 41. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela comissão diretora, cabendo recurso à plenária.

Art. 42. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de instalação do 61º CONAD.

Boa Vista/RR, 30 de junho de 2016

Atendendo ao disposto no Art. 37 deste Regimento, a Comissão Diretora sugere que as moções apresentadas ao 61º CONAD obedeçam ao seguinte formulário:

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s) _____

Seção Sindical: _____

Destinatário(s)

Endereço(s) do(s) destinatário(s):

_____ **Cidade** _____ **Cep.:** _____

E-mail _____

Fato motivador da Moção:

TEXTO DA MOÇÃO

Os delegados ao 61º CONAD do ANDES-SN realizado em Boa Vista/RR, no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, manifestam

**Tema I: Movimento Docente e Conjuntura:
avaliação da atuação do ANDES-SN frente
às ações estabelecidas no 35º Congresso**

TEXTO 1

Diretoria do ANDES-SN

MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

A atualização do Plano de Lutas do nosso sindicato, a ser realizada neste 61º CONAD, passa também pela continuidade da análise de conjuntura realizada no 35º Congresso do ANDES-SN com desdobramentos relativos à crise política e que aprofundam os ataques aos direitos sociais e trabalhistas em um novo patamar. Com efeito, as contrarreformas tiveram sequência e estabeleceram uma dinâmica mais acelerada e concentrada em mudanças estruturais do Estado brasileiro. Esse fato evidencia a necessidade, tal como definido na centralidade da luta do 35º Congresso, de avançar no processo de unidade dos trabalhadores para enfrentar os ataques.

Para entender a situação particular do Brasil, neste momento, precisamos inserir nossa realidade no quadro da crise estrutural do capitalismo. As contrarreformas em curso e os ataques concentrados aos direitos dos trabalhadores, no país, fazem parte dessa dinâmica do desenvolvimento do capitalismo, por meio de sucessivas crises. Para além dos diferentes governos, o processo de desenvolvimento predatório do capital avança com particularidades diferentes em escala mundial. Portanto, a mudança no governo federal, ainda que não possa ser considerada um fato menor, não altera substancialmente o projeto de classe que está em curso com as contrarreformas de caráter estruturais, cuja alteração do governo faz acelerar essas contrarreformas que já estavam em curso.

Nesse cenário de crise do capital acontecem subcrises, como a do euro na Europa, ou das *commodities* nos países da América Latina, as quais merecem nossa atenção. Os países europeus da zona do euro vêm atravessando um ciclo de crise originado nas restrições monetárias impostas pelas autoridades do BCE, como representante dos bancos e dos credores, para enfrentar a crise de pagamento da dívida pública. A aplicação das políticas de austeridade tem se materializado em ataques aos direitos da classe trabalhadora na Europa, com aplicação de contrarreformas trabalhistas levadas a cabo por governos de caráter explicitamente neoliberal ou de corte social-democrata.

Além dos ajustes fiscais e da política de austeridade, esses países estão enfrentando problemas derivados das guerras estimuladas por eles próprios nos países do Oriente Médio e do norte da África. O principal problema dessas guerras que repercute na Europa é originado na imigração. O cenário das restrições orçamentárias provocadas pelas políticas de austeridade tem levado a população, induzida pela grande mídia e políticos conservadores, a visualizar os imigrantes como perigosos na disputa pelos recursos destinados à área social. Isso está gerando uma reação de nacionalismo, xenofobia, na forma de islamofobia e até de retomada de movimentos fascistas em vários países.

Um exemplo desse processo é a Frente Nacional na França, guiada pela líder ultradireitista Marine Le Pen, que alcançou 25,2% nas eleições administrativas de 2015 e se coloca como alternativa de governo. Aqui também os imigrantes, especialmente de origem árabe, ainda mais depois dos atentados realizados por grupos que se identificam como islâmicos, são responsabilizados pela crise. Porém, nesse caso, os trabalhadores e a juventude da França têm conseguido identificar corretamente o inimigo a ser combatido: as contrarreformas apresentadas pelo governo em fevereiro, com medidas

como, por exemplo, o aumento da duração máxima de trabalho diário e semanal; a flexibilização dos acordos coletivos conforme os resultados da empresa e a diminuição do seguro-desemprego para trabalhadores há mais de 15 anos no emprego, resultando na mobilização de milhares de trabalhadores e trabalhadoras e da juventude com greves e ocupações de praças pelo país.

Os trabalhadores e as trabalhadoras gregos também continuam lutando contra as medidas de austeridade impostas pela Troika. A greve geral convocada pelos maiores sindicatos do setor público e privado contra as reformas tributárias e da previdência para “qualificar” a Grécia a mais um resgate de bilhões de euros assinado no ano passado, paralisou o país. Em Portugal, a Federação Nacional dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais fizeram greve pelo regresso das 35 horas de trabalho semanal.

A América Latina continua passando pela crise do subciclo das *commodities*, que está afetando vários países, em especial aqueles que se identificavam com o “bolivarianismo” ou que eram considerados apenas como “progressistas”. Há uma onda de movimentos e de governos conservadores que estão avançando no continente, em países como Venezuela, Bolívia, Argentina.

Na Venezuela, no final do ano de 2015, a oposição conservadora conseguiu ganhar a maioria da bancada no Parlamento. Essa circunstância tem criado uma situação de crise institucional entre o governo e a oposição. A Venezuela tem enfrentado a agressão dos grandes monopólios, dos EUA e do empresariado local, por sua política de apoio aos processos de ruptura com os interesses dos governos norte-americanos. Os problemas sociais, econômicos e políticos têm se agravado em virtude da desvalorização do petróleo no mercado internacional, criando problemas inclusive no abastecimento alimentar. Há um cerco que está sendo montado ao governo venezuelano, pelo governo dos EUA e por governos conservadores, que trabalham para liquidar qualquer alternativa de autonomia relativa na América Latina com relação aos interesses dos EUA.

Na Argentina, o governo da Cristina Kirchner, apesar de levar adiante também uma política de colaboração de classe, foi derrotado em recente pleito eleitoral, pelo candidato conservador e neoliberal Macri. A relevância dessa inflexão política está em que uma das primeiras medidas do novo governo foi pagar uma dívida dos chamados “fundos abutre”. Esses fundos eram um remanescente da moratória de dívida, declarada no ano de 2001, no quadro de uma severa crise provocada pelo neoliberalismo. Foi como consequência da aplicação rigorosa das políticas neoliberais ao longo de uma década, que Argentina acabou numa crise, em que 33 trabalhadores foram mortos nos protestos de rua e três presidentes foram derrubados pela ação das lutas dos trabalhadores, o que provocou finalmente a moratória e a renegociação da dívida. A maioria dos credores aceitou o acordo, porém um pequeno grupo, os “fundos abutre”, não aceitou e foi à justiça dos EUA. Assim, obtiveram ganho da causa que o governo anterior, por enquanto, se recusava cumprir. Por isso, a atitude do presidente recentemente eleito, de pagar essa dívida (contraíndo uma nova dívida!), tem um grande valor político, uma vez que significa uma rendição completa, diante dos bancos e dos credores, que está sendo utilizada como propaganda do exemplo de governo “sério e responsável”. O governo, não somente fez esse gesto, como também aumentou as tarifas dos serviços públicos, demitiu funcionários públicos e implementou uma política de ajuste que provocou aumento do custo de vida e do desemprego. Essa política tem enfrentado oposição no Congresso e particularmente uma forte resistência dos trabalhadores que têm levado as centrais sindicais a se unificarem na luta contra a política de ajustes econômicos.

Um elemento-chave a levar em consideração na avaliação da conjuntura na América Latina, e que também ilumina a situação política do Brasil, é que os governos considerados progressistas, como no caso do Equador, da Bolívia e da Venezuela, realizaram importantes transformações no sentido da nacionalização dos seus principais recursos naturais e de contraposição aos interesses norte-americanos de criação de uma Área de Livre Comércio (ALCA). Os recursos naturais, as indústrias e os serviços continuam sendo alvo do imperialismo estadunidense, o qual continua trabalhando pela desestabilização política dos países latino-americanos como forma de ampliar a sua inserção nas economias nacionais e interferir na consolidação de qualquer iniciativa de blocos contra-hegemônicos.

A exaustão da política de conciliação de classe no Brasil

Tais processos de desestabilização política tiveram desdobramentos no Brasil. A política de conciliação de classes, pela sua própria natureza, contribuiu para a desmobilização das lutas sociais no período correspondente aos governos do PT. O apassivamento se justificava pelo fato de boa parte da população acessar o consumo, seja na forma das políticas compensatórias (Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida) ou por meio das políticas de facilitação de crédito, que ocasionou um grande endividamento da classe trabalhadora. No entanto, deve ser observado que tais medidas em si não implicam necessariamente no apassivamento da classe, para isso são necessárias também outras mediações políticas e culturais. Ainda, como desdobramento dessa política, os processos de cooptação da classe, em especial de entidades representativas dos trabalhadores e das trabalhadoras do serviço público, iniciativa privada, do campo e da juventude, criaram barreiras para o avanço da consciência de classe e das lutas sociais pela conquista de direitos.

Com o agravamento da crise do capital, ampliaram-se os cortes nas áreas sociais, as privatizações e o desemprego – a taxa de desemprego do primeiro trimestre do ano ficou em 10,9%, o equivalente a 11,1 milhões de pessoas – o que ocasionou em mobilizações espontâneas de grandes proporções em 2013 e que teve continuidade nos anos seguintes de forma fragmentada. Em que pese o caráter heterogêneo das manifestações, a insatisfação com as opções políticas do PT, aliado à burguesia e aos partidos da ordem, ocasionou grande efervescência e insatisfação à continuidade da política neoliberal adotada.

A resposta do governo Dilma às mobilizações foi aumentar os processos de repressão e de criminalização dos movimentos sociais, tal como a Portaria Normativa de Garantia da Lei e da Ordem, do Ministério da Defesa, e a Lei Antiterrorismo de origem do Poder Executivo. Tais processos repressivos têm sido vivenciados cotidianamente em todas as lutas sociais, contribuindo para a onda conservadora que assola o país, inclusive com características fascistas.

Merecem ser mencionadas, também, as diversas iniciativas de caráter conservador como, por exemplo, o programa “Escola Sem Partido”, que tem sido aprovado em alguns Estados e municípios cerceando a liberdade pedagógica e tornando crime o ensino de temas como política, religião e sexualidade nas escolas.

Em relação à dívida pública, é importante destacar que o governo Dilma vetou a auditoria prevista no Plano Plurianual 2016-2019 e enviou para o Congresso Nacional, em caráter de urgência, o PLP 257/2016 que estabelece relação da União com Estados e

municípios nos moldes dos acordos entre governos e organismos internacionais. Ou seja, para “sanar” o problema da dívida nos Estados, o governo se comprometeu a fazer uma série de concessões no pagamento das dívidas internas, desde que os governos se comprometam a aplicar as medidas de Ajuste Fiscal nos Estados. Isso significa que as políticas de ataques ao serviço público, previdência e áreas sociais devem ser implementados pelos governos estaduais e municipais.

O processo de impeachment teve como pano de fundo a necessidade da burguesia de romper com a política de conciliação de classes promovida pelos governos do PT ao longo dos últimos anos. Essa política já não serve mais aos interesses do capital que necessita, em meio ao aprofundamento da crise, acelerar as medidas de Ajuste Fiscal atacando os direitos sociais e trabalhistas para garantir a retomada da lucratividade.

A manobra parlamentar, jurídica e midiática que levou ao afastamento temporário da presidente Dilma, no processo de impeachment em curso, instituiu a formação de um novo governo que, embora seja interino, tem apontado medidas de caráter permanente e urgentes. Tais medidas dão continuidade à mesma política econômica do governo Dilma de privilegiar o capital em detrimento dos trabalhadores, porém apontam para uma mudança qualitativa importante: a aceleração dos ataques aos direitos sociais e trabalhistas e a intensificação da repressão e criminalização dos movimentos sociais.

A primeira medida do ilegítimo governo Temer foi de extinguir diversos ministérios e secretarias das áreas sociais. Em que pese o fato de que a existência de mais ou menos ministérios não implicar, necessariamente, em avanço de políticas benéficas para a população, é importante destacar que a pasta da previdência, por exemplo, foi retirada do Ministério do Trabalho e agora ficou subordinada ao Ministério da Fazenda, comandada pelo ex-presidente do Banco de Boston, e que já fora Presidente do Banco Central durante o governo Lula, Henrique Meirelles. Essa nova localização da previdência expressa claramente como vai ser tratada a questão dos direitos sociais neste novo governo interino. A “equipe econômica” envolve os ministérios que terão como diretrizes fundamentais a recomposição das taxas de lucro do empresariado nacional e internacional atacando direitos da classe trabalhadora. O caráter social profundamente retrógrado deste governo interino pode ser observado na composição dos ministérios que reúne setores mais conservadores que se expressa, por exemplo, na caracterização de todos os ministros: somente homens, brancos, ricos e corruptos, ou seja, expressão simbólica do retrocesso. A caracterização do novo governo busca passar a imagem de que está fazendo “sua parte” para enxugar a máquina governamental, quando na verdade está reorganizando as pastas para poder melhor continuar e alavancar as contrarreformas. Obviamente, mais uma vez, a área econômica, subordina todas as outras áreas.

Os ataques já foram anunciados e o próximo período será de intensa mobilização social contra a destruição dos direitos sociais e trabalhistas. Essas medidas envolvem o desmonte do serviço público, especialmente por meio do PLP 257/2016 que pode ser aprovado a qualquer momento; a contrarreforma da previdência; a contrarreforma trabalhista, especialmente no ataque à CLT e na aprovação do PLC 30/2015 que regulamenta a terceirização em todos os setores da economia; o aprofundamento da precarização do trabalho e do serviço público como forma de impulsionar ainda mais privatizações, como exemplo a PEC 87/2015 que prorroga a vigência da Desvinculação de Receitas da União (DRU), até 2023, trazendo a novidade de ser aplicada em estados e municípios, desresponsabilizando os governos de investimentos previstos na Constituição Federal, especialmente para educação, saúde e previdência pública.

O novo governo promete também um ambicioso programa de privatizações, financiados com recursos administrados pelo BNDES (Fundo de Apoio à Estruturação de Parcerias público-privado, que possui natureza privada e patrimônio próprio). Com essa finalidade foi publicada a MP 727/2016 que cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Com essa MP, as parcerias público-privado são colocadas num nível superior, como atividade estratégica para as obras de infraestrutura, não somente do governo federal mas também dos estados e municípios. O programa estará a cargo do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, um órgão de assessoramento imediato ao Chefe do Poder Executivo que passa a incorporar as atribuições do Conselho Nacional de Desestatização criado pela Lei nº 9.491, de 1997, que esteve à frente das privatizações de FHC. Também se criam facilidades para a remoção dos obstáculos de licenciamento ambiental, social, etc. que possam postergar ou afetar a rentabilidade esperada pelos investidores.

Essas medidas terão continuidade e aprofundamento no ilegítimo governo Temer, especialmente nos ataques à educação pública em curso. Chamamos atenção para o PNE aprovado em 2014, que consagra a utilização de verbas públicas para o financiamento da educação privada, as medidas de cunho privatizante como a PEC 395/2014, as Organizações Sociais como instrumentos de terceirização dos serviços públicos, a implementação do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação e a continuidade dos programas de repasse de recurso público para empresas educacionais privadas (FIES, PROUNI, PRONATEC, Sistema S). Há também a promessa do Ministro da saúde do novo governo interino de acabar com o SUS como um sistema público de saúde universal. O ministro defendeu os planos privados contra o sistema público e universal do SUS consagrado na constituição. As medidas de precarização do serviço público em curso envolvem a tramitação e possível aprovação do PL 4251/2015 que aprofunda a desestruturação da carreira docente e aponta reajustes salariais abaixo da inflação até 2019.

Os ataques dos governos estaduais ao serviço público nos estados têm impulsionado um conjunto expressivo de lutas em defesa dos direitos e da reposição inflacionária. As greves do ANDES-SN nos estados do Amapá, Piauí, Ceará, Minas Gerais e Rio de Janeiro contra a política de sucateamento das IEES, com os brutais contingenciamentos orçamentários e arrocho salarial, produtos do ajuste fiscal nos Estados, foram deflagradas, na maioria dos casos, com intensas mobilizações que envolvem docentes, técnicos administrativos e estudantes com manifestações, atos e ocupações. A luta em defesa do serviço público de qualidade, motivada pelo não cumprimento de acordos por parte de governos firmados com os servidores e o não pagamento da reposição inflacionária, tem aglutinado as categorias que compõem a comunidade universitária e o conjunto dos servidores públicos por uma pauta mínima.

Por fim, trata-se de um projeto de classe que se desdobra em diversos projetos de lei, medidas provisórias, decretos, portarias, políticas e programas governamentais, e que em alguns casos, está explicitado, na forma de um documento, como é o caso da *Agenda Brasil* apresentada, no ano de 2015, pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), e adotada como agenda política pelo governo. O partido do vice-presidente, atual presidente interino, também explicitou a agenda política a ser implementada, no documento *Uma ponte para o futuro*. Em ambos os casos, a orientação, pró-mercado, é defendida como política do governo (tanto daquele encabeçado pelo PT quanto deste outro com o PMDB e os partidos aliados).

Perspectivas da classe trabalhadora e do ANDES-SN

O processo do impeachment em curso da presidente Dilma que levou à instauração do governo interino ilegítimo de Temer configura-se como um momento importante de abertura de um novo ciclo de lutas sociais em um cenário objetivo e subjetivo qualitativamente diferente.

O ano de 2016 está sendo demarcado por diversas lutas em defesa de direitos, especialmente na educação pública. Ganham destaque as greves nos Estados, nas universidades e na Educação Básica, e que adquirem enorme força com a mobilização dos estudantes secundaristas que, inclusive, realizam ocupações nas escolas e constroem as suas pautas de reivindicações que, de fundo, apontam para a melhoria das condições de estudo e de permanência na escola. Primeiramente, foram as escolas em São Paulo, e agora temos as ocupações das do Rio de Janeiro, do Ceará, de Goiás e do Rio Grande do Sul.

Em relação às lutas contra o PLP 257/2016 que o Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais se empenha em organizar, cabe destacar as ações em conjunto com o movimento sindical dos Estados e municípios de divulgação, pressão aos parlamentares no Congresso Nacional e nos Estados, reuniões ampliadas e jornadas de mobilização. No bojo desse processo, está posta, inclusive, a perspectiva de um ciclo de lutas, como resultado de uma ampla articulação política envolvendo centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais, que leve à construção de uma greve geral para enfrentar as medidas que atentam contra os direitos dos trabalhadores.

O ANDES-SN tem se empenhado na defesa da educação pública e na construção do Comitê Nacional em defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública, já!, organizou o I Encontro Nacional da Educação no ano de 2014 e agora está organizando o II ENE, em Brasília, entre os dias 16 e 18 de junho, inclusive até, a indicação do dia 16 de junho, abertura do II ENE, com uma marcha nacional em Brasília, como um dia de luta em defesa da educação pública. A realização desse encontro tem sido precedido pelas etapas preparatórias de encontros estaduais em vários estados.

A CSP-Conlutas e o Espaço de Unidade de Ação têm promovido também uma agenda importante de lutas neste último período. Merecem destaques as ações realizadas nos dias 1º de abril e 1º de maio, como expressão da construção de um campo alternativo para organização classista dos trabalhadores no enfrentamento aos ataques em curso. Ainda que tenham marcado posição e disposição de lutas, a convocatória e o desenvolvimento de tais ações se mostraram insuficientes para a constituição de ampla unidade com outras entidades e movimentos classistas, tendo baixa adesão em ambas. É necessário aprofundar o debate sobre as estratégias de mobilização e a unidade da classe.

Com o novo quadro político, abre-se também uma nova situação para o movimento dos trabalhadores. A tarefa principal é dar continuidade ao fortalecimento do processo de reorganização da classe trabalhadora para enfrentar, por meio da unidade e da luta, as privatizações, a contrarreforma da previdência, a terceirização e precarização do emprego e o brutal ajuste fiscal, os quais têm no PLP 257/2016 seu principal instrumento. O acirramento dessas lutas será acompanhado também pelas diversas formas de repressão e criminalização que estão em curso e tendem a se aprofundar.

Nesse sentido, a centralidade da luta aprovada no 35º Congresso do ANDES-SN permanece atual e necessária de desdobrar-se em ações: “defesa do caráter público, democrático, gratuito, laico e de qualidade da educação, da valorização do trabalho docente, dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores com a intensificação do

trabalho de base e fortalecimento da unidade classista com os movimentos sindical, estudantil e popular na construção do projeto da classe trabalhadora”.

A tarefa central que temos nesta conjuntura, com base na centralidade da luta aprovada, é articular as ações em unidade da classe. Significa que deveremos atuar junto à CSP Conlutas e ao Espaço de Unidade de Ação para avançarmos na unidade de ação a fim de canalizar o conjunto das lutas sociais para os enfrentamentos necessários aos ataques em curso, inclusive com os setores que construíram mobilizações com perspectivas diferentes do ANDES-SN, mas que se colocam na perspectiva classista e com grande potencial de unidade para enfrentar as medidas que atacam os direitos sociais e trabalhistas que se aprofundarão no governo Temer.

TEXTO 2

Contribuição da Assembleia da APUR

NOTA CRÍTICA SOBRE A POSIÇÃO DA DIRETORIA DO ANDES

TEXTO DE APOIO

A assembleia da APUR, realizada no dia 30 de março, aprovou uma moção de crítica política às posições adotadas pela diretoria do ANDES-SN em relação à crise política e sua negativa em lutar contra o processo de impeachment fraudulento liderado pelo presidente da câmara de deputados, Eduardo Cunha.

Retirar o mandato da presidente da república Dilma Rousseff através de impeachment sem crime de responsabilidade é um golpe político orquestrado pela direita.

A diretoria do ANDES-SN, desde o ano passado, tem se negado a discutir a intervenção do sindicato na crise política, preferindo ora o silêncio ora um alinhamento com setores que advogam abertamente a derrubada do governo Dilma, como os setores da direção da CSP Conlutas.

Na sua nota política (publicada no dia 21 de março), a diretoria do sindicato advoga que não existe polarização política ou que esta seria falsa, e, portanto, tenta, de maneira escandalosamente artificial, evitar a luta contra os golpistas que ameaçam os direitos dos trabalhadores e as instituições democráticas.

Por fim, sem autorização das bases, a diretoria do sindicato convida os docentes para um ato público no dia 1º de abril, junto com agrupamentos sem representatividade política que advogam o “Fora Todos” e o “Fora Dilma”.

É preciso resgatar o nosso sindicato nacional para a luta política democrática, por isso a assembleia aprova esta resolução, visando um debate no interior da categoria sobre as posições da diretoria nacional do ANDES-SN.

TEXTO 3

Contribuição da(o)s professoras(es) Jaqueline Oliveira, Laurileide Barbosa, Sandra Melo, Argus Almeida, Hélio Cabral, Jadson Almeida, José Nunes, Levy Barreto, Marcos Oliveira e Nilson Carvalho – sindicalizados da ADUFERPE SSind

PELA CONSOLIDAÇÃO DO ANDES-SN COMO SINDICATO AUTÔNOMO FRENTE AOS PATRÕES, AOS PARTIDOS POLÍTICOS E AOS GOVERNOS

TEXTO DE APOIO

A natureza cíclica da crise do capitalismo mundial tem impulsionado um discurso ideológico que procura naturalizar suas consequências sociais. Produzido pelas agências reguladoras e governamentais, esse discurso é veiculado por todo o globo desde 2009, através da mídia em geral. O que esse discurso acoberta é que tal crise é, nada mais, nada menos, que reflexos das reações do grande capital internacional, nas suas mais diversas formas (financeiro, especulativo, imobiliário, agroindustrial, etc.) para não reduzir as altas taxas de lucros. Nestas reações, repassam os ônus, como de costume, para a classe trabalhadora. Neste sentido, políticas de austeridade avançam por toda parte, da Grécia a França, de Portugal a Espanha, e além mar.

No caso brasileiro, a esta crise econômica, adjetivada pelo ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva como “marolinha”, junta-se, recentemente, uma crise política e ética sem precedentes na história do país. Tal crise política resulta do esgotamento da opção do Partido dos Trabalhadores (PT) governar através de uma coalisão de classes, sustentada por uma frente popular. No plano do governo federal, tal projeto de poder inicia-se em 2002, quando Lula firma alianças com diferentes partidos conservadores de direita, inclusive escolhendo como seu vice-presidente José Alencar, do Partido Liberal (PL), representante do mais alto empresariado do ramo têxtil do país. Neste momento Lula escreve a Carta ao Povo Brasileiro na qual afirmava seus compromissos com as elites ao declarar que: “O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. ***Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional***”. Era inevitável que tal combinação produzida por meio da contradição/articulação de prioridades políticas, pelas determinações ontológicas gerasse uma dinâmica crescente de tensões no núcleo e na periferia do governo.

Eleito, Lula avança, no primeiro governo em algumas políticas sociais compensatórias, distributivas de renda e geradoras de emprego (como bolsa família e grandes obras do PAC, como Trans Nordestina e Transposição do São Francisco, ambas com impactos sociais e ambientais negativos alarmantes), sem na verdade realizar nenhuma ruptura estrutural com o capitalismo nacional e internacional, levando André Singer a caracterizar o governo como um pacto conservador (de alianças com as elites) e de reformas graduais. Já em 2003, aplicando a receita do neoliberalismo, aprova a reforma da previdência que ataca frontalmente os direitos da classe trabalhadora. Desde então a política econômica do governo (gerida pelo mesmo Henrique Meireles, que retorna ao

poder no Governo Temer), prioriza uma perspectiva neodesenvolvimentista, ancorada na garantia de superávit primário altíssimo (para pagamento de juros da dívida), grandes obras (visando garantir o enriquecimento das empreiteiras, que serviam para lavar dinheiro para o caixa 2 de campanhas eleitorais) e inserção no mercado, de camadas pobres da sociedade, pelo consumo (favorecendo os demais setores da economia, como o setor automobilístico e de eletrodomésticos). Tal perspectiva somente se sustentou devido a uma forte política de isenção fiscal e crédito farto aos capitalistas, tendo o BNDES como maior executor desta política.

Como resultado, aumento da dívida pública, interna e externa, que impossibilitou de seguir garantindo as benesses às elites, além do endividamento massivo de grande parcela da classe trabalhadora, atualmente desempregada. Findo seu segundo mandato, Lula apresenta Dilma Rousseff como nome que deveria dar continuidade a esse projeto (de Frente Popular, neodesenvolvimentista, fundamentado no apoio de forças políticas conservadoras da elite brasileira e frações da elite internacional), desta vez em aliança com o PMDB, historicamente reconhecido pelo seu conservadorismo a favor das elites e oligarquias políticas do Brasil. Neste tortuoso caminho, o PT não hesitou em coligar-se com José Sarney, Renan Calheiros e o próprio Michel Temer. Além de outras alianças esdrúxulas, como a feita com Paulo Maluf, por exemplo. Dilma assume seu primeiro mandato em 2011 com o país e o PT afundando num mar de escândalos, envolvendo corrupção, desvios de recursos públicos e favorecimento/enriquecimento ilícito.

Já durante o primeiro governo, Dilma teve dificuldades de manter a aliança com as elites, o que, segundo Armando Boito Júnior, já representava um estrangulamento destas relações, explicitamente entre o campo neodesenvolvimentista (neoliberal, em curso por obra do governo do PT, priorizando as alianças com a burguesia nacional) e o que ele chama de neoliberalismo ortodoxo (capitaneado pela chamada oposição, apoiada, inacreditavelmente, pela grande maioria da base aliada, expandindo alianças com os interesses da burguesia internacional).

Em tal disputa, protagonizada por essas duas frações da burguesia brasileira, claramente restou à classe trabalhadora políticas compensatórias, mitigadoras de muitas perdas de direitos e bens públicos, em favor do enriquecimento das elites. “Nunca antes na história do Brasil” os banqueiros lucraram tanto. As eleições de 2015 expressam esta disputa e Dilma vence nas urnas, apesar de amargar baixa popularidade e péssimos índices para o seu governo: Não avançou na reforma agrária (governo assentamento zero! Apesar do apoio irrestrito do MST); investiu escassos recursos no combate à violência contra mulher (que leva ao feminicídio em curso no Brasil); aliou-se à bancada evangélica barrando pautas importantes para população LGBT (por exemplo, suspendendo a distribuição de kits educativos contra a homofobia nas escolas e barrando o debate sobre a criminalização da homofobia); apoiou a tramitação e aprovação do Estatuto da Família; não enfrentou o genocídio da juventude negra (a taxa de homicídios de negros aumentou em 18,2% de 2004 a 2014, enquanto que a taxa na população de não-negros diminuiu em 14,6%, no mesmo período, e a probabilidade de uma vítima negra ou parda, de em média 21 anos de idade, ser assassinada é 147% maior de que um não-negro/Fonte: Informandes 75-2016); manteve a política energética que expropriou populações tradicionais por todo país (como aquelas atingidas pela usina de Belo Monte); enviou ao Congresso Nacional o PL215/2015 que objetiva transferir para o legislativo a demarcação de terras quilombolas e indígenas; aprovou as modificações no código florestal e da mineração (facilitando a exploração predatória do meio ambiente, que ocasiona crimes como o ocorrido em Mariana-MG); iniciou os leilões do pré-sal; autorizou investimento de recursos públicos da PETROBRAS na

compra da refinaria obsoleta de Pasadena (Texas-EUA); retirou do Plano Nacional de Educação (PNE) a obrigatoriedade imediata de investimento de 10% do PIB para educação pública; vetou a auditoria da dívida pública; acelerou a construção das Bases Curriculares comuns (desrespeitando as especificidades regionais, étnicas e culturais de nosso país); encaminhou em regime de urgência ao senado federal em PLC257/2016, como parte do ajuste fiscal (com suspensão dos concursos públicos, não pagamento de progressões e promoções nas carreiras, retirada de gratificações, destruição da previdência social e revisão do regime jurídico do serviço público, atingindo a efetividade e estabilidade na função pública), dentre outros feitos.

A descrição listada acima dispõe sobre os feitos de governos que, além de desrespeitarem as distinções ontológicas entre capital e trabalho, perde a centralidade desta categoria, em função da centralidade da política. Desse modo, o PT perde a fisionomia político-ideológica da classe trabalhadora. Desse modo, coopta movimentos sociais, sindicais e suas lideranças, utilizando-os como massa de manobra a favor do governo em todos os momentos de acirramento das tensões entre as elites governantes.

No campo dos direitos trabalhistas, intensificou a flexibilização das relações de trabalho (propondo, inclusive com o apoio da CUT, o Acordo Coletivo Especial), resultando em mais terceirização e subempregos precarizados. Estes restaram como postos de trabalho para “nova classe média”, que Jessé de Souza denomina da “ralé brasileira”.

Para os serviços públicos, a receita é precarização, para justificar a privatização. No campo da previdência pública, trabalhou para o aumento do fator previdenciário (agora sendo finalizado por Temer e Henrique Meireles) e impôs ao funcionalismo público o FUNPRESP. Na saúde, a criação da EBSERH demonstra claramente esta lógica privatista em curso, na medida em que entrega os hospitais universitários às organizações privadas de interesse público, precarizando o acesso ao SUS e fragilizando a formação dos profissionais da saúde.

Neste cenário, o ANDES-SN esteve em todas as lutas contra as perdas de direitos dos/as trabalhadores/as. No último período, protagonizou duas grandes greves, uma em 2012 e outra em 2015 (com duração de quatro meses, em média, cada uma das greves). Para além das questões salariais e de carreira, estavam em pauta o sucateamento das Instituições Federais de Ensino - IFE (precarização das condições para o trabalho docente e para o estudo – inclusive atingindo as políticas de assistência estudantil); o favorecimento dos “tubarões da educação” (via FIES e PROUNI). Apesar das lutas da categoria docente, o governo do PT e seus/suas aliados/as desvalorizam o ensino superior, garantindo aumentos salariais irrisórios nos últimos quatro anos (5% ao ano, em média, imediatamente engolidos pela inflação) e avançando num processo irreversível de “privatização silenciosa”, intensificando as chamadas Parcerias Público-Privado (PPP), expressa mais recentemente na aprovação da legalidade da cobrança de mensalidades nos cursos de pós-graduação *latu sensu*; na aprovação da Lei de Ciência, Tecnologia e Inovação que permite aos docentes com dedicação exclusiva realizarem pesquisas de interesses privados, com direito à remuneração extra, inclusive se utilizando das infraestruturas públicas das universidades, centros e empresas de pesquisa; da proposta de contratação de docentes via Organizações Sociais (OSs) para as universidades públicas e nos cortes da ordem de 25% no orçamento previsto em 2016 para as IFE.

Mesmo garantindo os benefícios da elite, a Presidenta Dilma Rousseff encontra-se afastada para julgamento de um pedido de impedimento no senado federal. Com esse afastamento, assume Michel Temer (PMDB) que visa dar continuidade ao projeto de

governo, tendo como a principal diferença intensificar o projeto neoliberal, tendo como consequência maior impacto sobre a classe trabalhadora.

Diante deste cenário, o ANDES-SN deve manter-se ao lado da classe trabalhadora, fortalecendo todas as lutas da mesma em defesa da garantia de uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade e socialmente referenciada, dizendo não à precarização e privatização da educação e demais serviços públicos e lutando pela valorização do trabalho docente em condições dignas, mantendo-se autônomo em relação a partidos, a patrões/patroas e a quaisquer governos.

TR - 3

Que o ANDES-SN (Diretoria Nacional, Regionais e SSinds) priorize o fortalecimento do *Espaço de Unidade de Ação* e da *CSP-Conlutas* como polos aglutinadores e independentes que visam à organização da categoria docente e demais setores da classe trabalhadora, fortalecendo sua autonomia frente aos partidos políticos, aos patrões e aos governos, para atuar nas lutas necessárias, diante da conjuntura de ataques aos direitos, posta em curso pelos diferentes governos.

TEXTO 4

Contribuição da Diretoria Executiva da ADUFU SSind

RUPTURAS ESTRUTURAIS NÃO SE FAZEM FORA DAS CONJUNTURAS: PARA BARRAR RETROCESSOS, TEMER JAMAIS!

TEXTO DE APOIO

É hora do ANDES-SN tomar uma posição frente ao agravamento da crise política, a ascensão de um governo ilegítimo e o crescimento da intolerância. Esse é claramente um momento de retrocessos. Essa mudança não aponta para melhorias, em nenhum aspecto, para um caminho de maior igualdade social e inclusão.

É claro que há vários que dirão que o impeachment atual não é golpe, já que é uma saída constitucional. Como nos alertou Vladimir Safatle, “nada mais previsível que golpe não ser chamado de golpe em um país no qual ditadura não é chamada de ditadura e violência não é chamada de violência. No entanto, um impeachment sem crime, até segunda ordem, não está na Constituição. Um impeachment no qual o “crime” imputado à presidenta é uma prática corrente de manobra fiscal feita por todos os governantes sem maiores consequências, sejam presidentes ou governadores, é golpe. Um impeachment cujo processo é comandado por um réu que toda a população entende ser um “delinquente” (como disse o procurador-geral da República) lutando para sobreviver à sua própria cassação é golpe. Um impeachment tramado por um vice-presidente que cometeu as mesmas práticas que levaram ao afastamento da presidenta não é apenas golpe, mas golpe tosco e primário”.

Impeachment é golpe quando construído por aqueles que, tendo perdido a eleição, não aceitam seus resultados e desrespeitam a posição da maioria da população. Esse processo foi liderado pelo que há de pior na política e sociedade brasileira: na política,

reacionários direitistas; na mídia, a liderança de grandes conglomerados, já com tradição de golpes e apoio à ditadura.

Nesse processo também tem destaque a Fiesp, com discurso de combate à corrupção, mas investindo nos golpistas com o compromisso de retirada de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, direitos trabalhistas, previdenciários e diminuição do investimento nas políticas sociais. A Fiesp promove o golpe com o símbolo do pato, mas quem paga a conta e o pato, somos nós trabalhadores/as.

Impeachment é golpe quando é construído pela grande mídia, numa narrativa autoritária, de via única, que não passa o conjunto das informações sobre os fatos. Uma mídia que está longe da imparcialidade e da transparência, que persegue um governo legitimamente eleito em 2014, maquiando informações, distorcendo fatos, incitando o ódio e amenizando as denúncias em relação à oposição.

Eduardo Galeano já dizia que “A justiça é como as serpentes. Só morde os pés descalços”. Se o golpe se consumir, a oposição colocará em prática todas as propostas elitistas e autoritárias que Aécio planejava implementar. O custo do ajuste recairá todo nas costas do trabalhador. O programa de governo de Temer é claro neste sentido. Intitulado “ponte para o futuro”, o programa é, na verdade, uma “ponte para o passado”, pois as políticas nós já conhecemos: mudanças nas leis trabalhistas, em prejuízo dos assalariados; revogação da política de valorização do salário mínimo; implementação da terceirização irrestrita; entrega das reservas de petróleo do pré-sal às empresas transnacionais; repressão dos movimentos sociais; sinal verde ao agronegócio para se apropriar das terras indígenas; eliminação da política externa independente, rebaixando o Brasil ao papel de serviçal dos Estados Unidos. É isso o que está em jogo na batalha do impeachment.

Para as IFES, a política econômica que será implementada com Temer significará arrocho; cortes de investimentos; introdução do ensino pago nas universidades federais, como primeiro passo para a sua privatização; estrangulamento dos campi de implantação mais recente; corte de bolsas e ênfase no produtivismo acadêmico sem considerar as especificidades das diversas áreas de pesquisa. É por isso que muitas universidades formaram comitês para defender a Democracia no Brasil. Já são 74, contando com a UFU.

Para os movimentos sociais, caso a resistência não seja forte e articulada, a tendência é de criminalização de suas pautas e lideranças. Alguns casos recentes chamam atenção: A decisão do Ministério Público Federal de proibir a realização de qualquer ato em defesa da Democracia e contra o golpe na Universidade Federal de Goiás (UFG); a possibilidade de criação de um CPI para investigação da UNE, solicitada no dia 28 de Abril por 216 deputados federais sob a liderança de Marcos Feliciano; a decisão judicial que impediu a realização de uma assembleia para discutir o impeachment chamada pelo Centro Acadêmico Afonso Pena (CAAP), da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Estes exemplos apontam para uma tendência perigosa de cerceamento da liberdade de expressão e de ideias.

A primeira mulher presidenta do Brasil foi tirada, em um processo violento e misógino, sem que nenhum crime de responsabilidade tenha sido comprovado, sem nenhuma acusação de enriquecimento ilícito da parte dela. Quem tirou Dilma foram machistas, reacionários, conservadores, opressores da classe trabalhadora. Foram os representantes da Casa Grande no Brasil, que não aceitam mínimos avanços nas políticas para os mais pobres. Tiraram Dilma e com ela as mulheres, os negros, os defensores da agricultura familiar e da reforma agrária, artistas, intelectuais, lutadores por democracia.

Ficaram, como mostra a composição do Governo Temer, o conspirador golpista, os fundamentalistas, os latifundiários, os parlamentares da bancada BBBB – Boi, Bala, Bíblia, Bola. Nenhuma mulher, nenhum negro, nenhum representante dos movimentos de Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais, Transgêneros. Ministérios importantes como Cultura e Previdência extintos.

O que esperar de um governo que, de forma ilegal e ilegítima, toma de assalto o poder central e constrói uma base de sustentação e apoio com o que há de mais retrógrado na sociedade brasileira? No Congresso Nacional, os parlamentares que compõem a maioria governamental são quase todos venais e não têm o menor pejo em deixar transparecer a utilização do espaço público para alcançar benefícios particulares, seja para eles próprios ou para os poderosos que eles representam. Dentre eles, muitos barganham escancaradamente para salvar a própria pele, posto que, são réus em ações penais no Supremo Tribunal Federal, ou, alvo de ações e inquéritos movidos pelo Ministério Público por variadas práticas ilícitas, como improbidade administrativa; corrupção ativa e passiva; peculato; incitação ao crime; formação de quadrilha; superfaturamento de obras; fraudes na lei de licitações; crime eleitoral; crimes de difamação, injúria e incitação ao ódio; emissão de notas frias para justificar gastos públicos indevidos; crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro. Grande parte desses parlamentares é investigada por ter recebido doações de empresas envolvidas com a operação Lava Jato e o próprio líder do governo é réu em três ações no STF e suspeito de tentativa de assassinato. Na sociedade, o apoio ao nefasto governo Temer está concentrado em pessoas violentas e raivosas, que, alimentadas por uma cultura fascista, fazem questão de destilar o seu ódio de classe, agredindo moral e fisicamente aqueles que ousam ter opiniões diferentes das suas. Avolumam-se as pessoas que têm sido vítimas desse tipo de agressão, simplesmente, por usar uma roupa vermelha ou portar objetos que simbolicamente expressem formas de resistência ou de luta dos trabalhadores.

É preciso que se diga que o governo Dilma teve vários equívocos, e o principal deles foi negar o projeto que levou à presidência em 2014, com apoio dos setores progressistas. As medidas tomadas pelo governo confrontaram sua base política como as restrições no FGTS, as alterações também restritivas na pensão por morte, o ajuste fiscal com cortes de recursos nos programas sociais, com forte impacto nas universidades, em programas como Minha Casa Minha vida, entre outros. Sem falar do PLP 257, de autoria do governo Dilma que tramita no congresso em regime de urgência que propõe congelar salários, concursos, plano de demissão voluntária, entre outras medidas que ferem de morte o serviço público.

Temos dito isso em vários momentos: a oposição às políticas do governo Dilma não pode nos imobilizar ou nos colocar ao lado dos golpistas. Defender o mandato da presidenta Dilma é defender a Constituição Federal de 1988, tão duramente conquistada nas lutas sociais das décadas de 70 e 80. O que está em jogo, portanto, mais que um mandato, é a Democracia, o respeito à constituição, as garantias fundamentais. Quem não perceber a gravidade do momento entrará para história como quem ajudou por ação ou omissão a derrubar a Democracia brasileira, ainda tão frágil, mas uma Democracia que precisa ser defendida e aprofundada e não vilipendiada. É por isso que conclamamos os delegados e delegadas do Conad a terem uma posição clara contra esse processo de impeachment, a ter uma posição clara contra o governo ilegítimo do conspirador Temer. Nosso sindicato tem uma oportunidade histórica de reunir parte da base perdida, sabemos que por muitas razões. Ou responderá com firmeza aos apelos da categoria ficando ao lado dos que historicamente lutaram por igualdade e democracia

neste país ou farão eco aos discursos direitistas, retrógrados, autoritários. A história não perdoará. É hora do nosso sindicato agir, ajudar a construir amplas frentes de resistência, não porque concorda com o conjunto da política dessas frentes mas porque compreende a gravidade do momento e prefere reforçar os movimentos sociais como MTST, MST e mesmo UNE e CUT do que reforçar a política da Globo, da Fiesp, de Bolsonaro, Aécio,

A boa notícia é que a população entendeu, o mundo entendeu: o que ocorre no Brasil é Golpe. Grande parte da imprensa internacional noticia com preocupação a situação delicada que vive o Brasil e a injustiça vivida pela presidenta Dilma, condenada por quem não tem moral para condená-la. É como se fosse um jogo com juiz ladrão. Milhares lotam as ruas há meses contra o impeachment e agora contra o governo golpista de Temer. E é dessa capacidade de reação dos progressistas e democratas de nosso país, dos movimentos das mulheres, dos secundaristas que ocupam as escolas em alguns estados, dos diversos movimentos sociais, da comunicação popular como a Mídia Ninja e Jornalistas Livres que ressurgem a esperança de derrotar os golpistas e barrar as reformas que retiram direitos dos trabalhadores e trabalhadoras de nosso país. Isolados não seremos capazes.

TR - 4

O 61º CONAD delibera:

1. Pelo “Fora Temer”, não reconhecendo seu governo que ascendeu por golpe e se inicia aprofundando a retirada de direitos dos trabalhadores/as e cortes nas políticas sociais;
2. Posição contrária ao processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff
3. Participar da Frente Povo Sem Medo, como estratégia de aglutinação com outros setores organizados da classe trabalhadora;
4. Criticar a posição de “Fora todos” da CSP Conlutas que tem contribuído para o fortalecimento da direita e dos golpistas.

TEXTO 5

Contribuição do(a)s professores(as) Tiago Nicola (ADUSC); José Cândido (ADUSC); Alba Lucilvânia Fonseca Chaves (ADUSC); Amanda Silva Rodrigues (ADUSC); Cláudio Félix (ADUSB); Paulo Riela (ADUFS-BA); David Teixeira (APUR); Antonio Eduardo Oliveira (APUR); Karina Cordeiro (APUR); Tarcísio Cordeiro (APUR); Fátima Aparecida Silva (APUR); Cíntia Cardeal (APUR); Ana Cristina Nascimento Givigi (APUR); José Arlen Beltrão de Matos (APUR); Celi Taffarel (APUB); Marise Carvalho (APUB); Jailson Alves dos Santos (APUB); Patrícia Valim (APUB); Fernando Cunha (ADUFPB); Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Carlos José Cartaxo (ADUFPB), Dailton Alencar Lucas de Lacerda (ADUFPB); Flávio Melo (ADUFERPE); Érika Suruagy (ADUFERPE); Eduardo Silva (ADUFERPE); Cícero Monteiro de Souza (ADUFERPE); Eudes Baima (SINDUECE); Lenúcia Moura (SINDUECE); Marco Oliveira (SESDUFT); Domingos Savio (ADUNEMAT); Luiz Jorge Brasilino da Silva (ADUNEMAT); Edna Aparecida Sampaio (ADUNEMAT); Humberto Clímaco (ADUFG), Patricia Sartoratto (ADUFG); Everaldo Andrade (ADUSP); Kimi Tomizaki (ADUSP); Juanito Vieira (APESJF); Alberto Handfas (ADUNIFESP); Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES); Amália Catharina Santos Cruz (ADUNEB); João Silva Rocha Filho (ADUNEB); Crizeide Miranda Freire (ADUNEB); Thais Nascimento (ADUNEB); Marcone Denys R. Nunes (ADUNEB); Tarcísio Praciano (SINDIUVA).

QUE O ANDES-SN SE JUNTE À LUTA CONTRA O GOLPE! PREPARAR A GREVE GERAL! FORA TEMER!

“A proposta não foi feita para enfrentar o voto popular.

Com um programa desses não se vai para uma eleição. (...)

Vai ser preciso agir muito rápido.

E sem mandato da sociedade. Vai ter de ser meio na marra”.

(Roberto Brant, coordenador do documento

Ponte para o Futuro, em O Estado de São Paulo,

18 de abril de 2016, destaques nossos).

TEXTO DE APOIO

Como diz este insuspeito porta-voz do governo títere instalado, a nação vive um golpe perpetrado pela cúpula das instituições do Estado (Judiciário, MPF, Polícia Federal e Congresso Nacional) com o apoio do oligopólio dos meios de comunicação, todos a serviço dos interesses do imperialismo estadunidense. A ilegalidade da farsa do impeachment é flagrante e a ilegitimidade do governo surgido da conspiração golpista já é atestada pelos seus próprios atos. As principais organizações sindicais e populares, como a CUT, o MST, a CMP, a UNE e o MTST declararam, malgrado as diferenças políticas, que apenas Dilma detém o mandato legítimo e que **Temer assume como governo golpista, que nenhuma organização popular pode reconhecer.**

Por outro lado, o usurpador Temer assumiu com um discurso explicitado pelo novo “ministro” dos Transportes (“privatizar tudo que for possível”) e na primeira medida assinada pelo usurpador, criando um PPI (Programa de Parcerias de Investimento) para concessões e privatizações a todo vapor. O banqueiro Meirelles, novo “ministro” da Fazenda, ganhou o controle da Previdência para aumentar a idade mínima da aposentadoria.

No caso da educação superior, o governo ilegítimo já anunciou o corte das bolsas de pesquisa e pós-graduação, como já começou a ser feito no caso das bolsas para o exterior. Ao mesmo tempo, o TCU golpista ameaça anular o pagamento do equivalente a 13,23% dos salários a milhares de servidores federais referente à Vantagem Pecuniária Individual (VPI), instituída em agosto de 2003.

É uma política de guerra ao povo, atrás do discurso de “pacificação do país”. É o que indica a escalada da repressão às manifestações, com criminalização dos movimentos sociais, já iniciada pelos golpistas e a declaração do “ministro” golpista da Justiça colocando no centro a repressão às “ações violentas dos movimentos sociais”.

Em face da grave situação, o ANDES-SN segue paralisado e ausente na luta contra o golpe. Mas um passo qualitativo ocorreu no setor das IFES, em Brasília em 14 e 15 de maio, primeira instância do sindicato a se reunir depois do afastamento de Dilma. Nesta reunião, na discussão de conjuntura, se apresentaram três resoluções acerca do golpe. Foram elas:

- a) “Solicitar manifestação pública do Sindicato nacional, via setor das Federais, contra o ataque à democracia no país, duramente conquistada pela classe trabalhadora; solicitar que se manifeste também contrário ao golpe em curso”.
- b) “Que o setor retire posição de não reconhecimento do governo Temer, que ascendeu por golpe e seu governo se inicia apontando retrocessos”.
- c) “Que o ANDES-SN se posicione de forma mais clara sobre o risco que o golpe representa sobre as garantias fundamentais da constituição federal e de liberdades democráticas pelo estado de direito e contra o golpe”.

As três propostas foram votadas em conjunto, dado seu terem teores semelhantes. E foram rejeitadas por 8 contra 13 votos.

Não importa quais sutilezas possam ser invocadas, o fato cristalino é que, na contramão da esmagadora maioria das organizações populares e da luta pela democracia, o Setor das IFES rejeitou uma formulação que negava reconhecimento ao Governo usurpador!

COMO CHEGAMOS A ISSO?

Parece absurdo, mas a diretoria do ANDES-SN vem passando pelo golpe completamente alheia à encarniçada luta política que o povo trava contra a reação. Mas esta direção foi além da omissão imperdoável. À revelia das deliberações do 35º Congresso, promoveu e sustentou ao lado da CSP-Conlutas, central que assumiu o golpismo sem constrangimentos, a realização de ações públicas nos dias 1º de abril e 1º de maio (deixadas às moscas pelos trabalhadores, é verdade) sob a bandeira “fora todos”, um “fora, Dilma” envergonhado. Palavra-de-ordem saudada pelos coxinhas acampados em frente à sede da FIESP, ao ponto de pregarem o cartaz da CSP-Conlutas no mural que mantinham na porta da federação patronal.

Enquanto isso, milhões de trabalhadores, apoiados em suas organizações, ou espontaneamente, saíam às ruas para barrar o golpe, num movimento multitudinário que expulsou os coxinhas das ruas, mas não comoveu a diretoria do ANDES-SN. Só depois de várias semanas de silêncio, a diretoria do sindicato resolveu se manifestar por meio de uma nota vergonhosa em que afirma: “*o momento exige centrar forças em construir toda a resistência em unidade com todos os trabalhadores e movimentos sociais por fora da falsa polarização alicerçada, entre o governo e os setores que o apoiam, e da tradicional direita*”. Ou seja, o Sindicato, em face do golpe, se declara neutro. Vergonha! Neutralidade que mal esconde um alinhamento prático com a direita.

A seguir, no boletim InformANDES nº 57, o presidente do ANDES dizia: “*Com impeachment ou sem, a luta de classes se intensifica no Brasil. Ela nunca deixou de existir, mas tende a se intensificar. Isso porque o governo, independente de quem esteja nele, será de atenção ao Capital, que já tem controle sobre o poder*”. Ou seja, para a diretoria do ANDES-SN, tanto fazia se o golpe vencesse ou não. Tanto faz se

preservamos nosso terreno de luta ou, se Temer, montado no plano Ponte para o Futuro, assumisse. Tanto fazia se mantemos nosso direito de organização ou se a República do Paraná impusesse uma ditadura do judiciário. Esta política era um verdadeiro perigo à existência do ANDES-SN que, nesse aspecto, se igualava ao PROIFES, também silencioso diante do golpe. Felizmente os professores recusaram esta linha. Diversas seções do ANDES-SN fizeram questão de expor publicamente sua posição, manifestando-se por meio de notas públicas e na organização de atos e comitês **CONTRA AO GOLPE E EM DEFESA DA DEMOCRACIA!**

O ataque às liberdades iniciado pelos golpistas atingiu diretamente as universidades. Em 29 de abril, a Justiça mineira proibiu o CA Afonso Pena da Faculdade de Direito de realizar qualquer atividade relativa ao golpe ou à situação política. Uma violência, mesmo que determinação tenha sido revogada 4 dias depois. No dia 5 de maio, o MPF do Rio Grande do Norte abriu procedimento para apurar improbidade administrativa por parte da Reitoria da UFRN por conta da realização de atos e debates na universidade. O mesmo ocorreu na UFG: dois procuradores baixaram proibição de qualquer manifestação, ato que atingiu outros 30 órgãos públicos, determinação que ainda não foi levantada. No Instituto Nacional de Estudos da Amazônia, servidores foram constrangidos por criarem um comitê contra o golpe naquele órgão. Mas, só em 9 de maio, em nota publicada em andes.org.br o sindicato se deu conta desta escalada, mesmo assim, sem fazer menção ao golpe de estado que teria um momento maior na votação no Senado na madrugada de 12 de maio.

Moções aprovadas pelos docentes da USP ou pela assembleia da Sinduece pedindo que o sindicato se juntasse à luta contra o golpe foram insuficientes para tirar a diretoria de sua paralisia sectária.

Do dia 12 para cá, não houve um só dia em que o povo não saísse às ruas para gritar “não ao golpe, fora Temer”! Servidores da extinta CGU entraram em greve e os do Ministério da Saúde manifestaram seu não reconhecimento do governo golpista, enquanto os do extinto MinC receberam Mendonça Filho com manifestação que mandava o ministro golpista “vazar”. Nosso sindicato não esteve em nenhuma destas iniciativas. Ao contrário, o presidente do sindicato nacional já insistira antes em colocar em contradição a luta pela democracia e a luta pelos direitos: *“conclui Paulo Rizzo, que acredita que a maior ameaça que paira sobre o Brasil NÃO É AO ESTADO DE DIREITO, e sim aos direitos e conquistas sociais e trabalhistas do povo brasileiro”* (InformANDES, 57).

NADA É MAIS IMPORTANTE DO QUE DERROTAR O GOLPE! GREVE GERAL PARA DERROTAR O GOLPE!

Nenhuma negociação salarial salvará uma categoria isolada da ofensiva capitalista para reduzir o custo do trabalho. **É hora das organizações do povo trabalhador e da juventude organizarem – temos menos de 180 dias para isso – uma verdadeira greve geral contra o golpe, em defesa dos direitos, por Fora Temer. Não há outro meio de deter o golpismo.** O dia de paralisação 10 de maio foi um ensaio, devido ao engajamento apenas parcial de dirigentes sindicais que hesitam no enfrentamento das confusões que existem. Agora é preciso empenho na preparação, com um calendário, com plenárias sindicais e populares e reuniões de local de trabalho e de estudo, no campo e na cidade.

Todas as organizações devem se engajar. A diretoria do ANDES-SN assumirá pesada responsabilidade se continuar acompanhando “pela esquerda” os golpistas.

Nenhuma confiança pode ser depositada nas instituições corruptas e manipuladas. Não é possível nenhuma mesa de negociação com quem não detém a autorização popular para falar em nome do Estado, com quem se instalou na presidência por meio de um ato de força, mesmo que blindado pelas instituições reacionárias. O conjunto de nossas demandas hoje exige uma condição para serem atendidas, a remoção do governo usurpador e o reestabelecimento da soberania popular. Nosso sindicato deve afirmar que não reconhece o governo usurpador e se juntar ao povo em luta para enxotar Temer o mais rápido possível. Toda a luta específica, salarial ou pela carreira deve estar subordinada a esta condição.

UMA REUNIÃO NACIONAL DE EMERGÊNCIA PARA LUTAR PELA INSERÇÃO DO ANDES-SN NA LUTA CONTRA O GOLPE!

O resultado das eleições sindicais, ocorridos em meio ao enfrentamento político entre o povo trabalhador e os golpistas, foi curiosamente comemorado pelos apoiadores da diretoria do sindicato, que fala em fantasiosos 90% de apoio da categoria. Mas o que ele mostra é o isolamento do sindicato em relação às bases, ainda que o número de votantes tenha sofrido um ligeiro aumento (sempre lembrando que também aumentou o número de professores nas universidades!): dos cerca de 70 mil filiados, compareceram às urnas 9.807 (algo como 13,7% do universo), dos quais, quase 10% preferiram anular ou deixar seu voto em branco. Ou seja, 12,7% da categoria deu seu voto à única chapa concorrente. Longe de ser motivo de comemoração, o recorrente esvaziamento do processo eleitoral, para o que contribui as regras eleitorais draconianas, reflete justamente o abismo que a política da direção abre entre o sindicato e sua base.

Preservar o ANDES-SN significa colocar o nosso sindicato no seio da luta das maiorias populares que combatem o golpe, para o que os que defendem este horizonte precisam se organizar. Por isso, convidamos as seções e sindicalistas que querem reagir a esta situação a prepararmos juntos, em regime de urgência, uma reunião nacional para organizar congregar todos os colegas que vêm combatendo em suas bases para que o ANDES-SN entre na luta contra o golpe. Não há tempo a perder.

TR – 5

O ANDES-SN se integra plenamente na luta contra o golpe de Estado em curso, lutando pela remoção do governo golpista, sob a consigna Fora Temer, afirmando sua ilegitimidade e afirmando o não reconhecimento do mesmo como interlocutor do Estado (“sem mandato da sociedade”, nas palavras de Roberto Brant), ao mesmo tempo em que reafirma a luta contra o ajuste fiscal, na forma do PL 257/2016 (em qualquer forma que venha a se apresentar) e da contrarreforma da previdência, bem como contra o conjunto das medidas regressivas que o golpismo anuncia e/ou já esteja encaminhando. Para tanto, colocamos em debate a perspectiva da greve geral para derrotar o golpe. Neste sentido, o ANDES-SN se engaja nas iniciativas unitárias das frentes de organizações populares, a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, constituídas no processo de luta contra o golpe.

TEXTO 6

Contribuição do(a)s professores Douglas Bezerra (ADUFPI), Patrícia Andrade (SINDCEFET-PI), Raphael Furtado (ADUFES), Wagner Damasceno (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC).

FORA TEMER! FORA TODOS! CONSTRUIR UMA GREVE GERAL PARA DERROTAR O PLP 257/16, A CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA E O PACOTE DE AJUSTES!

TEXTO DE APOIO

No último dia 12 de maio assistimos o Senado Federal aprovar a abertura do processo de impeachment contra a Presidente Dilma Rousseff (PT) e afastá-la por até 180 dias. Ao contrário do que alguns esperavam, não vimos grandes lutas da classe para impedir isso. Nenhuma categoria parou. A tentativa de “Greve Geral” pelo Fica Dilma que a CUT convocou foi um fiasco. A classe não tinha nenhum motivo para defender o governo Dilma-PT.

Durante os últimos dias, temos assistido não apenas a derrota de um governo, mas sim o encerramento do ciclo da frente popular encabeçado pelo PT. A derrota da estratégia petista de colaboração de classes, que marcou profundamente o movimento dos trabalhadores brasileiros que, por mais de uma década foi freado e desviado pela perspectiva que a luta não era o caminho, e sim a eleição de Lula. Uma política que se mostrou um enorme embuste.

Em seu lugar assume Temer (PMDB) com a tarefa de construir uma unidade nacional da classe dominante e aprofundar os ataques anunciados e iniciados pelo governo Dilma (PT) contra os trabalhadores e estudantes. Temer, vice de Dilma por duas vezes e presidente do partido mais clientelista do Brasil. Este foi o aliado que o PT escolheu para construir um governo de ataques aos trabalhadores, como já havia escolhido o grande burguês José de Alencar. O governo Temer irá desferir ataques de forma mais direta e explícita mas, no conjunto da obra, não mudará a orientação política colocada para o país pelos governos petistas. O novo governo inicia retomando a agenda do governo anterior propondo a criação da CPMF, a Contrarreforma na Previdência e na área trabalhista, ataques aos servidores públicos, privatizações, um ajuste fiscal rigoroso e a intensificação da criminalização do conjunto dos movimentos sociais que resistem aos ataques. Essa linha de continuidade Dilma-Temer também se expressa no fato de que 9 (nove) dos cargos do alto escalão do governo foram ocupados por ex-ministros de Lula e Dilma ou por lideranças do governo anterior no legislativo.

Contudo, este é um governo significativamente mais frágil, que já inicia sem apoio popular, com menos de 10 % de aprovação, e com um curto espaço de tempo para reunificar a classe dominante e implementar os ataques necessário para garantir o ajuste fiscal.

Nem Dilma, nem muito menos Temer têm legitimidade para governar o país. Assim, como Dilma mentiu para a população afirmando que não atacaria os direitos dos trabalhadores e se elegeu com dinheiro das empreiteiras que estão sendo investigadas pela Operação Lava Jato, Temer também o fez. Temer chegou à presidência através desse Congresso Nacional comandado pelos corruptos Eduardo Cunha (PMDB) e

Renan Calheiros (PMDB), com cerca de 60% dos parlamentares envolvidos em crimes que vão de corrupção a homicídio. Temer, assim como Dilma, governará para os empresários e banqueiros e não possui legitimidade.

Por isso, não podemos cometer o erro de compreender essa disputa pela faixa presidencial como um golpe ou algo similar ao que aconteceu em 1964. De fato, existe uma tendência mundial, e também no Brasil, de tornar as democracias burguesas menos democráticas, mais bonapartistas como se diz, repletas de leis e medidas autoritárias. As parcelas de ilegalidades praticadas pelo Juiz Sérgio Moro, da mesma maneira que a lei antiterrorismo sancionada pelo governo do PT, atestam esse estreitamento das liberdades democráticas. Há também uma forte disputa pelo aparato de Estado como forma de enriquecimento ilícito.

Além disso, não se pode tomar o ataque ao “Estado Democrático de Direito” apenas pelas ilegalidades parciais do Juiz Sérgio Moro, é preciso analisar a totalidade. Se assim for feito logo se chega à conclusão que para grande parte da população esse “Estado Democrático de Direito” não existe, pois na periferia os direitos e garantias individuais, e outras nunca são respeitadas. Na periferia não tem ordem de despejo, mandato de busca e apreensão, direito de ir e vir, direito à educação, à saúde e nem o direito ao devido processo legal. Na periferia, a polícia militar dos governadores atira e depois pergunta. Lembremos Amarildo e Cláudia.

O que existe em curso hoje no Brasil é uma tremenda crise de governo com elementos de crise de regime. Ao tempo que a classe rompe massivamente com o PT devido às suas traições, assiste também ao espetáculo grotesco da votação na Câmara, com direito a votos “pelo fim da corrupção” e dedicatória a torturadores, e ver no Senado o primeiro Presidente que sofreu impeachment e que responde a inúmeros processos votar num outro processo de impeachment. Hoje, o Congresso Nacional, segundo diversas pesquisas pelo país, é uma das instituições brasileiras menos confiáveis. Os trabalhadores e a juventude do país revoltados com o peso da crise econômica começam literalmente a ocupar escolas e empresas.

Este ano a juventude tem usado com muita frequência o método de ocupações de escolas. Diversas escolas já foram ocupadas pelo Brasil a fora, sendo mais emblemático a luta dos estudantes de São Paulo contra a reforma escolar do governo Geraldo Alckmin (PSDB). Os operários também seguiram o mesmo caminho com os operários metalúrgicos da Mabe que mantiveram a empresa ocupada por vários dias reivindicando seus direitos. As ocupações também têm sido utilizadas na luta dos docentes, técnicos e estudantes contra a política privatista de sucateamento nas estaduais, como por exemplo, nas estaduais paulistas (com Alckmin-PSDB) e na UESPI do governador Wellington Dias (PT).

O fato é que os trabalhadores no Brasil já não suportam mais o peso da crise econômica internacional, e assim como no restante do mundo levantam-se contra os ataques. Na França no último dia 17 de maio cerca de 200 mil pessoas foram às ruas contra a Reforma Trabalhista do governo francês e os cortes de direitos, mesmo enfrentando forte repressão policial. No último dia 29 de Abril cerca de 300 mil pessoas ocuparam as ruas de Buenos Aires contra o plano econômico do governo Macri que ataca brutalmente todos os trabalhadores e os pobres da Argentina, onde nos primeiros 100 dias do novo governo já existiam 160 mil demitidos.

É necessário unificar as lutas que já existem dos/as trabalhadores/as do campo e da cidade, do movimento popular, da juventude, dos movimentos de luta contra opressões,

rumo a uma grande Greve Geral em nosso país, para barrar os ataques e por pra fora Temer, Renan, Aécio, todo esse congresso corrupto, e convocando Eleições Gerais já!

TEXTOS 7

Contribuição da professora Lucineia Scremin Martins filiada a ADUFG e do professor Alcides Ponte Remijio – sindicalizados da ADUFG SSind

LUTAR CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS E DERROTAR A OFENSIVA GOLPISTA!

TEXTO DE APOIO

A análise concreta da realidade concreta é uma pré-condição para a possibilidade de acerto nas decisões políticas. Por outro lado, o erro na análise da realidade inevitavelmente se desdobra em erro na política.

Para ser possível realizarmos um balanço do último período e a consequente atualização do plano de lutas do movimento docente nacional precisamos reafirmar o caráter democrático deste movimento construído por mais de três décadas de intensos embates econômicos, políticos e ideológicos. O caráter autônomo e democrático do movimento docente é nosso princípio fundamental. A análise da objetivação de nossos princípios democráticos basilares não pode ser formal. Não há forma sem conteúdo. A análise de nossa prática concreta é condição necessária para identificarmos as dificuldades que o sindicato nacional enfrentou nos últimos anos de enraizamento na categoria e de constituir uma alternativa para as lutas econômicas e políticas dos docentes e, num plano mais amplo, para as classes trabalhadoras.

Antes de iniciar a análise do movimento docente queremos deixar explícito o aspecto central de nossa avaliação da conjuntura: o movimento proletário e popular está enfrentando no Brasil uma **perigosíssima ofensiva de um movimento golpista neoconservador e potencialmente fascistizante**.

Este golpe reacionário da direita radical não atinge uma “democracia universal abstrata”, pretensamente acima das classes e das lutas de classe. A Constituição pós-ditatorial de 1988, aprovou avanços democráticos (não só políticos, mas também econômico-sociais e culturais). Ela não foi, no entanto, uma Constituinte soberana; e sim um Congresso Constitucional convocado e tutelado pela ditadura militar-empresarial e manietada pela direita radical (que, já então, se autodenominava “centrão”). Todos os governos seguintes ao consulado de Sarney, mesmo com mandatos oriundos de eleições diretas, estiveram subordinados ao bloco de poder monopolista-imperialista, à manutenção do Estado autocrático burguês (no sentido teorizado por Florestan Fernandes) e do atual regime político de: **democracia restrita dos monopólios capitalistas** – com salvaguardas militaristas, tecnocráticas e policiaescas – constitucionalizado em 1988.

O avanço do movimento golpista da direita radical certamente se beneficiou do oportunismo e dos erros dos governos federais dirigidos pelo PT. O balanço crítico, profundo e objetivo, das práticas destes governos é uma necessidade, mas não há espaço para realiza-lo aqui. Por isto, adiante, nos limitaremos a alguns aspectos pontuais da análise do chamado “lulismo”: na prática um reformismo quase sem reformas, um

conservadorismo “Soft” que sempre priorizou os interesses do grande capital, com tímidas concessões aos pobres, aquém de algo que possa ser considerado sequer como reformista.

No entanto, por mais oportunistas e direitistas que sejam as políticas do PT e dos governos petistas, é essencial **distinguir** claramente este **direitismo petista** do que chamamos **“direita radical”**. Esta nova direita (que absorve antigos partidários da ditadura, conservadores tradicionais e renegados da esquerda) coloca para a luta do povo trabalhador: **perigos mais graves, tarefas mais difíceis e obstáculos maiores para serem superados**.

Julgamos que o retrocesso que nos ameaça é, em médio prazo, algo extremamente perigoso para nossos direitos e nossa liberdade. O programa regressivo “Ponte para o Futuro”, concretizado e desenvolvido na lista de maldades do plano de ação imediato do governo golpista (“Travessia Social”) é só uma amostra dos objetivos da direita-radical. A atual hegemonia golpista enquistada no Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal – que aplica os métodos provocativos do FBI e da CIA, bem como o amálgama dos preceitos autocráticos oriundos de Carl Schmitt, com o pragmatismo utilitarista estadunidense – assim subordinam a Constituição à busca do “justiçamento” ilegal dos adversários. A recriação do Gabinete de Segurança Institucional, nos moldes do SNI ditatorial, foi entregue ao General de extrema direita Sérgio Etchegoyen. A Abin foi desvinculada da estrutura de Secretaria de Governo e colocada sob controle direto do General Etchegoyen, conhecido por suas posições repressivas e pró-estadunidenses. Estes movimentos prefiguram uma mudança de regime político num sentido radicalmente antidemocrático.

Por isto, **propomos que o ANDES-SN participe da construção de uma ampla unidade do movimento popular antigolpista e contra qualquer retrocesso, protagonizada pelas massas proletárias e populares em defesa de seus interesses e direitos**. É necessário fazer tudo o que for possível para priorizar políticas que mobilizem e organizem as massas proletárias, garantia do indispensável alargamento social da luta antigolpista. O combate ao golpismo deve centrar-se no enfrentamento de seus objetivos e medidas antioperárias, antipopulares, antinacionais e antidemocráticas. Enfim devemos fortalecer o protagonismo das massas proletárias e populares em defesa de seus interesses e direitos e conclamar as personalidades democráticas e progressistas para derrotar o golpismo direitista em marcha, impedindo a regressão antidemocrática do regime político e a violação da soberania nacional, bem como a supressão de direitos e de conquistas das classes exploradas e oprimidas.

1. As posições do movimento docente e a conjuntura.

É inegável que este sindicato tem realizado grandes enfrentamentos que foram deflagrados por inúmeras greves nos últimos dois anos. A luta econômica por reposição salarial, concursos públicos, condições de trabalho e carreira (entre outras), tem expressado a capacidade combativa do conjunto do movimento docente no âmbito dos setores das federais, das estaduais e municipais. O nosso Sindicato também atuou firmemente na defesa da educação pública, laica, gratuita e estatal.

No plano de lutas gerais dos trabalhadores o movimento docente não tem conseguido avançar na concretização da centralidade da luta. É fundamental reconhecermos que as últimas deliberações congressuais e do CONAD rejeitaram as análises de que estava em andamento um golpe parlamentar, judicial e midiático. Um golpe neoconservador, que culminou no processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff. A centralidade da luta aprovada no último congresso “Defesa do caráter público, democrático, gratuito,

laico e de qualidade da educação, da valorização do trabalho docente, dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores com a intensificação do trabalho de base e fortalecimento da unidade classista com os movimentos sindical, estudantil e popular na construção do projeto da classe trabalhadora” rejeitou por ampla maioria a inclusão de dois itens: “1. Combatendo o ajuste fiscal do governo em todas as suas formas e a ofensiva da direita sob a forma do impeachment; e 2. Para tanto centrar a operacionalização de nossas ações na luta contra as políticas neoliberais em curso, em especial à política de austeridade fiscal.”

A exclusão do enfrentamento do impeachment na centralidade da luta teve como consequência a automática adoção da orientação política adotada no âmbito da CSP, do Basta Dilma que se converteu no Fora Dilma do dia 01 de abril. O “fora todos!”, lamentavelmente encampado pela CSP Conlutas, é uma bandeira despolitizada e que, na situação concreta da conspiração em marcha, foi aplaudido por setores da grande mídia golpista, pela FIESP, financiadora do golpe e até por movimentos profascistas como o MBL.

Tais decisões políticas adotadas pelo movimento docente levaram a um processo que não apenas interdito o enraizamento na base da categoria, como dificultou a concretização do fortalecimento da unidade classista com os movimentos sindical, estudantil e popular, aprovado como elemento da centralidade da luta.

A conjuntura deste primeiro semestre foi marcada por grandes mobilizações das classes trabalhadoras em torno da defesa das liberdades democráticas, contra o golpe e contra a ascensão fascista. É fundamental registrar que muitas seções sindicais adotaram uma postura ativa diante deste movimento integrando comitês em defesa da democracia, sem abrir mão da necessária e correta crítica das reformas implementadas pelos governos petistas. Em várias universidades a mobilização contra o golpe foi combatida como política partidária por órgãos estatais como o MPF (Ministério Público Federal) que recomendou a abertura de inquérito para responsabilização de docentes e administradores por desfio de função pública. No plano político do movimento docente a justificativa para não lutar contra o golpe era superficialmente defendida sob o argumento de que “ser contra o impeachment era fazer a defesa de Dilma”. O fato é que grandes mobilizações ocorreram em torno da luta política do impeachment e com a participação de importantes movimentos classistas, com destaque para o MTST, MST e a INTERSINDICAL. Do outro lado, a consigna do “fora todos!” (com suas atenuantes de “basta Dilma!” e etc) adotadas no âmbito da CSP e do espaço de unidade e ação conduziram ao um movimento restrito, que culminou em maiores divisões.

O afastamento de Dilma Rousseff não é comemorado por nenhuma organização classista da sociedade brasileira ou internacional. Apenas a Secretaria Executiva Nacional da CSP reivindica a justiça das consignas: “Nem o PT representa mais os trabalhadores, nem a oposição de direita é alternativa! Basta de Dilma, desse Congresso, do PMDB, PSDB e demais alternativas de direita!”.

A realidade demonstrou que tal postura política conduziu ao inverso dos objetivos de construção de uma unidade classista dos lutadores do povo. Neste sentido é fundamental reconhecermos os erros que afastaram o movimento docente, em especial a direção nacional do ANDES-SN, da construção da unidade classista com os lutadores do povo. Com isso, não excluímos a análise e a relevância das lutas que foram realizadas pela categoria, pelas seções sindicais, e o papel que o ANDES-SN tem desempenhado na resistência as reformas e na construção do II Encontro Nacional de Educação.

2. O golpe neoconservador no Brasil e a ofensiva imperialista na América Latina.

No que diz respeito a produção industrial estadunidense, 70% dela depende das matérias-primas produzidas na América Latina. O Secretário de Estado, John Kerry, caracterizou a América Latina como sendo o “pátio traseiro” dos EUA e que todas as medidas diplomáticas, políticas, econômicas e militares serão levadas a cabo para garantir a hegemonia imperialista na região. Para isso é fundamental retomar as negociações comerciais para um Tratado de Livre Comércio – TLC (ALCA). Além da necessidade de matérias primas oriundas da América Latina, o Imperialismo, sob hegemonia dos Estados Unidos, tem utilizado o continente latino americano para aplicação segura de capitais produtivos, devido a superexploração da força de trabalho latina.

A diplomacia latino-americana nos últimos 15 anos representou uma significativa alteração na correlação de forças diante dos interesses imperialistas. Além da derrota da ALCA (2005) o protagonismo das revoluções democráticas na Venezuela, Bolívia e Equador pavimentaram o caminho para a construção da ALBA–TCP (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América–Tratado de Comércio dos Povos), CELAC (Comunidade de Estados Latino americanos e Caribenhos), UNASUL (União de Nações Sul-Americanas), e a rejeição unânime do Bloqueio Continental a Cuba.

Uma multiplicidade de fatores se combina na ofensiva imperialista sobre a América Latina. Do apoio e organização de golpes militares (Venezuela, 2002; Honduras, 2009) a guerra econômica (Venezuela, Bolívia e Equador). Contudo, a ofensiva se intensifica na medida em que os impactos da crise estrutural do capital produzem uma queda das demandas por matérias primas e a conseqüente redução dos preços das commodities, impactando significativamente todas as economias latino americanas. Cabe destacar as conhecidas medidas de espionagem, realizadas pela Agência Nacional de Segurança dos EUA, sobre os governos e empresas estratégicas latino americanas. O caso da espionagem da PETROBRAS levou o governo Dilma a cancelar viagem aos EUA em 2012.

O reconhecimento do governo interino de Michel Temer pela diplomacia imperialista não deixa dúvidas sobre seus interesses no golpe parlamentar, judicial e midiático que está em curso no Brasil. Em especial diante das manifestações do golpista José Serra (ministro das relações exteriores), que vem atacando grosseiramente os governos da Venezuela, Bolívia, Equador, Uruguai e Cuba na tentativa de justificar como constitucional o golpe neoconservador perpetrado pelo parlamento brasileiro. A primeira viagem do ministro golpista será a Argentina, provável articulação de uma diplomacia contrária às conquistas das revoluções democráticas bolivarianas e de retomada das negociações da ALCA. As provocações trogloditas do ministro Serra tem um objetivo claro: apoiar golpes em todos os países com governos progressistas, no continente Latino Americano, a ALCA no lugar do Mercosul; se afastar e depois sair do BRICS. O governo dos EUA faz tudo para manter sua ação invisível, mas a participação dos seus órgãos diplomáticos, de inteligência e para-estatais (financiando o Instituto Milenium – uma espécie de IPES do século XXI – e a nova direita radical) está amplamente documentada.

A rejeição do golpe por parte de setores do movimento docente implica em ignorar, por um lado, a alteração qualitativa que se opera no plano latino americano e caribenho, em especial a significativa alteração da correlação de forças entre os interesses imperialistas e dos povos latino americanos. Por outro lado, o golpe tem como conseqüência, também imediata, uma intensificação da ofensiva contra as classes trabalhadoras brasileiras.

3. As consequências do Golpe no Brasil e aceleração das Contra Reformas e do Ajuste Fiscal.

Nas últimas três décadas do movimento docente brasileiro os embates em defesa e conquistas dos direitos foram combinados com a busca de um sindicalismo que superasse o velho sindicalismo de estado. O chamado novo sindicalismo dos anos 80 foi duramente derrotado na constituinte na medida em que esta preservou os pilares do sindicato de estado no Brasil (que se expressa em três pilares fundamentais: a investidura sindical, a unicidade e o imposto sindical). É fundamental reconhecermos que a luta de classes em uma sociedade democrática exige a construção de um sindicalismo plural e efetivamente livre, independente do estado, dos partidos e dos patrões. A restrita democracia brasileira não possibilitou a efetiva liberdade sindical e manteve a tutela do estado sobre os sindicatos (via Ministério do Trabalho, Justiça do Trabalho e dos aparelhos repressivos do estado). Porém, esta condição não elimina o relevante papel que o movimento sindical desempenha na sociedade do capital. Os sindicatos são, e serão por muito tempo, o tipo mais importante de organização de massa, não por causa da estrutura existente (essa deve ser transformada o mais rápido possível, ainda dentro da ordem burguesa e como requisito do próprio fortalecimento do polo proletário na ampliação desta ordem).

O movimento sindical é a organização de massa típica das classes trabalhadoras, um instrumento importante para a conquista da democracia e para levar até o fim a revolução socialista. Por isto, o esforço em enfraquecer e cooptar os sindicatos é central à política da burguesia, que se pudesse trataria de destruí-los. Mas, o sindicato é um instrumento tão legítimo das classes trabalhadoras que nem mesmo com fascismo conseguem destruí-lo. Temer, ciente do poder dos sindicatos, não titubeou e na primeira semana de seu (des) governo convocou as centrais sindicais para participarem de um grupo de trabalho da Contra Reforma da Previdência (compareceram Força Sindical, CSB e UGT). A tática é a de buscar aliados no sindicalismo para a ofensiva golpista. Porém, nem mesmo as expressões mais reacionárias do sindicalismo de estado podem justificar facilmente às suas bases a intensificação de retirada de direitos sob o argumento de ajuste fiscal.

A intensificação dos enfrentamentos políticos decorrentes da truculência golpista poderá constituir uma etapa de lutas sociais, em que as direções sindicais pelegas serão derrotadas pela indignação generalizada das categorias. O esforço do sindicalismo classista deve ser o de revitalizar o movimento sindical combativo e independente, trazer as lutas proletárias para o centro da luta política e colocar como tarefa consciente da classe a necessidade de superar a atual estrutura sindical tutelada pelo Estado, que é uma excrescência antidemocrática. No combate imediato contra a ofensiva reacionária burguesa do governo Temer a luta sindical é absolutamente prioritária e central.

O enfrentamento ao PLP 257/2016 pode desempenhar um papel unificador das lutas dos servidores públicos, pois esse projeto de lei tende a criar um arrocho salarial, o fim de concursos públicos, suspensão de ganhos salariais, entre outras perdas de direitos. O enfrentamento a este Projeto de Lei pode se constituir no fio condutor da organização do funcionalismo público (parte importante do proletariado) na luta radical em defesa dos seus interesses e dos interesses de todo o povo trabalhador, pobre e oprimido, que necessita dos serviços públicos. Ao mesmo tempo, é também fundamental que o sindicalismo combativo denuncie as exigências de mais lucros realizadas pelo capital financeiro – o imperialismo e os poucos milhares de burgueses internos que formam "o mercado", como proprietários dos títulos da dívida pública – e que intensifique a luta em defesa da auditoria cidadã da dívida.

No diálogo com as organizações sindicais e os trabalhadores da iniciativa privada é fundamental combatermos o PLC 30/2015 (da terceirização) e o PL 4193/2012 (Acordo coletivo Especial – Prevalência do negociado sobre o legislado). Tais medidas fazem parte da pauta modernizadora suplicada pela FIESP, patrocinadora do Golpe. A aprovação destas duas medidas coloca um fim nos direitos trabalhistas contidos na CLT.

A luta contra essas medidas regressivas do capital possibilita a construção da unidade classista. A greve geral passa a se constituir numa necessidade política para as classes trabalhadoras para barrar as contra reformas e responder a truculência e o açodamento político e econômico que o governo golpista quer impor a sociedade, descarregando o ônus da crise sobre os trabalhadores.

As medidas econômicas anunciadas pelo governo golpista reafirmam a agenda do capital, com a promessa de maior eficiência e rapidez na sua implementação, que não estavam se concretizando a contento no governo petista, por isso o esforço dos golpistas em continuarem caracterizando o governo Dilma como ineficiente. A alteração qualitativa nas contra reformas não é de conteúdo, mas de forma e de extensão das medidas tomadas, pois grande parte do ajuste fiscal foi apresentada pelo governo de Dilma,

A saída do PT do governo federal está sendo usada como justificativa para os seguintes objetivos imediatos: Desmonte dos serviços públicos; privatização de todas as estatais (Banco do Brasil, Caixa Econômica, setor elétrico, portos, aeroportos, correios e, em especial, a PETROBRAS); a supressão dos direitos trabalhistas; a supressão de todas as políticas que beneficiam o povo pobre; a criminalização dos movimentos e organizações populares de todo o tipo; arrocho salarial; destruição da previdência pública; contra reforma política (voto distrital, cláusulas de barreira e, talvez, parlamentarismo); revisão da demarcação das terras dos povos originários e tradicionais; entre outras medidas regressivas para as classes trabalhadoras.

O PLP 257/2016 não é suficiente para a transferência do fundo público para o capital financeiro, o ajuste vai impor medidas mais drásticas, com graves consequências para a população brasileira, como a PEC 143/2015 – que aumenta a desvinculação de receitas da união de 20% para 30%, permitindo a aplicação em outras áreas dos recursos hoje destinados à saúde e educação. Além de essa desvinculação permitir um corte imediato de 80 bilhões de reais para a Saúde, o objetivo explícito do programa de governo de Temer “Ponte para o Futuro” é acabar com o SUS, restringindo a saúde pública aos “20% mais pobres”. A estratégia de destruição do SUS é a transferência de uma parte significativa dos usuários do SUS para os planos de saúde, visto que boa parte da bancada do PMDB recebe financiamento de campanha dos planos de saúde.

A ofensiva contra os recursos naturais e sobre o patrimônio público também será acelerada nesta conjuntura. Começando pela retirada da Petrobras do Pré-sal, abdicando do controle tecnológico, o qual a empresa é vanguarda mundial, e tendo como desdobramento a supressão dos royalties para saúde e educação. As quatro transnacionais do petróleo (ExxonMobil, ChevronTexaco, Shell e BP) ficarão com o petróleo praticamente de graça. O programa “Ponte para o Futuro” propõe destinar à iniciativa privada todos os investimentos de infraestrutura, provavelmente intensificando as desigualdades regionais, na medida em que apenas os interesses do mercado serão garantidos.

No plano político o golpismo também representa uma alteração qualitativa. O fato de um vice-presidente interino assumir a presidência e acabar com importantes ministérios e realizar uma composição política com os partidos derrotados nas eleições de 2014 são

uma clara expressão de ruptura com a ordem democrática e com a vontade popular expressa nas eleições de 2014. Este é um governo sem legitimidade e este é o seu “calcanhar de Aquiles”.

A hora é de construir a luta contra o ajuste fiscal, denunciando o golpe, o desmonte dos serviços públicos, através da desvinculação da DRU (desvinculação dos recursos da União); o PLP 257/16; a manutenção do Sistema da Dívida Pública; o ataque aos direitos das classes trabalhadoras com a PLC 30/2015, diante da possibilidade de terceirização dos serviços fins; o PL4193/12 e a contra reforma da Previdência¹, denunciando a ilegitimidade do governo interino de Temer e as suas medidas.

CONTRA O AJUSTE FISCAL (PEC 143/15 E O PLP 257/16)!

NÃO À CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA!

EM DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, PETROBRAS 100% ESTATAL!

CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS TRABALHISTAS (PLC 20/15 E PL 4193/12)!

FORA TEMER!

¹Anexamos o relatório do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) sobre as 55 ameaças a direitos tramitando no parlamento.

ANEXO 1

Desde 1988, ano de promulgação da Constituição Cidadã, mesmo em governos com compromissos neoliberais, não se identificou um número tão expressivo de proposições tramitando no Congresso Nacional que representassem retrocesso e ameaça a direitos e à democracia.

Diante desse quadro preocupante e de quantitativo simbólico, já que o número de ameaças pode ser maior, a assessoria do **DIAP** fez um levantamento das principais matérias tramitando no Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) que tiveram movimentação nos últimos anos e/ou foram identificadas pelo órgão em razão da relevância e grau de polêmica dos temas envolvidos.

O objetivo desse levantamento é lançar luz sobre as atividades do Parlamento, chamar atenção do movimento sindical, em particular, e da sociedade, em geral, para a possibilidade iminente de retirada, flexibilização ou até mesmo eliminação de direitos duramente conquistados ao longo da história no Brasil.

A elaboração desse levantamento contou com a parceria e colaboração de entidades da sociedade civil como o Inesc, Cfemea, Anamatra, Contag, Conectas, entre outras, que tal como o **DIAP**, acompanham as atividades do Parlamento e busca transformar em políticas públicas as demandas legítimas e éticas da sociedade.

RELAÇÃO DAS 55 AMEAÇAS À DIREITOS TRAMITANDO NO PARLAMENTO

1. Regulamentação da terceirização sem limite permitindo a precarização das relações de trabalho (PL 4302/1998 – Câmara, PLC 30/2015 - Senado, PLS 87/2010 – Senado);
2. Redução da idade para início da atividade laboral de 16 para 14 anos (PEC 18/2011 – Câmara);
3. Instituição do Acordo extrajudicial de trabalho permitindo a negociação direta entre empregado e empregador (PL 427/2015 – Câmara);
4. Impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho (PL 948/2011 – Câmara e PL 7549/2014 - Câmara);
5. Suspensão de contrato de trabalho (PL 1875/2015 – Câmara);
6. Prevalência do negociado sobre o legislado (PL 4193/2012 - Câmara);
7. Prevalência das Convenções Coletivas do Trabalho sobre as Instruções Normativas do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (PL 7341/2014 - Câmara);
8. Livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato (PL 8294/2014 - Câmara);
9. Regulamentação do trabalho intermitente por dia ou hora (PL 3785/2012 - Câmara);
10. Estabelecimento do Código de Trabalho (PL 1463/2011 - Câmara);
11. Redução da jornada com redução de salários (PL 5019/2009 - Câmara);
12. Vedação da ultratividade das convenções ou acordos coletivos (PL 6411/2013 – Câmara);
13. Criação de consórcio de empregadores urbanos para contratação de trabalhadores (PL 6906/2013 - Câmara);
14. Regulamentação da EC 81/2014, do trabalho escravo, com supressão da jornada exaustiva e trabalho degradante das penalidades previstas no Código Penal (PL 3842/2012 – Câmara, PL 5016/2005 – Câmara e PLS 432/2013 - Senado);
15. Estabelecimento do Simples Trabalhista criando outra categoria de trabalhador com menos direitos (PL 450/2015 – Câmara);
16. Extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa (PLP 51/2007 – Câmara e PLS 550/2015 - Senado);
17. Susta a Norma Regulamenta (NR) 12 sobre Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos (PDC 1408/2013 – Câmara e PDS 43/2015 - Senado);
18. Execução trabalhista e aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica (PL 5140/2005 - Câmara);
19. Deslocamento do empregado até o local de trabalho e o seu retorno não integra a jornada de trabalho (PL 2409/2011 – Câmara);
20. Susta Norma Regulamentadora 15, do Ministério do Trabalho Emprego, que regula as atividades de trabalhadores sob céu aberto (PDC 1358/2013 – Câmara);
21. Susta as Instruções Normativas 114/2014 e 18/2014, do Ministério do Trabalho, que disciplinam a fiscalização do trabalho temporário (PDC 1615/2014 – Câmara);
22. Estabelecimento da jornada flexível de trabalho (PL 2820/2015 – Câmara e PL 726/2015 - Câmara);
23. Estabelecimento do trabalho de curta duração (PL 3342/2015 - Câmara);

24. Transferência da competência para julgar acidente de trabalho nas autarquias e empresas públicas para a Justiça Federal (PEC 127/2015 - Senado);
25. Aplicação do Processo do Trabalho, de forma subsidiária, as regras do Código de Processo Civil (PL 3871/2015 – Câmara);
26. Reforma da execução trabalhista (PL 3146/2015 - Câmara).
27. Substitutivo apresentado na CAPADR estabelece a inexigibilidade do cumprimento simultâneo dos requisitos de “utilização da terra” e de “eficiência na exploração” para comprovação da produtividade da propriedade rural (PL 5288/2009 – Câmara);
28. Alteração da Lei 5.889/1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, e a Lei 10.101/2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores no lucro ou resultados da empresa, visando a sua adequação e modernização (PLS 208/2012 – Senado);
29. Alteração da Lei no 1.079/1950, para definir como crime de responsabilidade de governador de Estado a recusa ao cumprimento de decisão judicial de reintegração de posse (PLS 251/2010 - Senado);
30. Alteração da Lei 8.629/1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade (PLS 107/2011 - Senado);
31. Regulamentação da compra de terra por estrangeiros (PL 4059/2012 – Câmara e PL 2269/2007 - Câmara);
32. Alteração da Lei de Biossegurança para liberar os produtores de alimentos de informar ao consumidor sobre a presença de componentes transgênicos quando esta se der em porcentagem inferior a 1% da composição total do produto alimentício (PLC 34/2015 – Senado).
33. Dispensa do servidor público por insuficiência de desempenho (PLP 248/1998 - Câmara);
34. Instituição de limite de despesa com pessoal (PLP 1/2007 - Câmara);
35. Criação do Estatuto das Fundações Estatais (PLP 92/2007 - Câmara);
36. Regulamentação e retirada do direito de greve dos servidores (PLS 710/2011 – Senado; PLS 327/2014 – Senado; e PL 4497/2001 - Câmara); e
37. Extinção do abono de permanência para o servidor público (PEC 139/2015 – Câmara);
38. Fim da exclusividade da Petrobras na exploração do pré-sal (PL 6726/2013 - Câmara);
39. Estabelecimento de que a exploração do pré-sal seja feita sob o regime de concessão (PL 6726/2013);
40. Estabelecimento de independência do Banco Central (PEC 43/2015 - Senado);
41. Privatização de todas as empresas públicas (PLS 555/2015 - Senado);
42. Proibição de indicar dirigente sindical para conselheiros dos fundos de pensão públicos (PLS 388/2015 – Senado);
43. Estabelecimento do Código de Mineração (PL 37/2011 – Câmara);
44. Demarcação de terras indígenas (PEC 215/2000);
45. Cancelamento da política de Participação Social (PDS 147/2014 – Senado);
46. Alteração do Código Penal sobre a questão do aborto, criminalizando ainda mais as mulheres e profissionais de saúde (PL 5069/2013 - Câmara);
47. Retirada do texto das políticas públicas do termo "gênero" e instituição do Tratado de San José como balizador das políticas públicas para as mulheres. É um total retrocesso para todo ciclo das políticas (MPV 696/2015 - Senado);
48. Instituição do Estatuto do Nascituro - provavelmente maior ameaça aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Seria concretizada a criminalização generalizada das mulheres, inviabilizando, inclusive, o aborto previsto no Código Penal (PL 478/2007 - Câmara);
49. Instituição do Estatuto da Família - retrocesso para grupos LGTBs e mulheres: não reconhecimento como família - ficam fora do alcance de políticas do Estado (PL 6583/2013 – Câmara);
50. Redução da maioria penal (PEC 115/2015 - Senado);
51. Instituição do Estatuto do desarmamento (PL 3722/2012 – Câmara);
52. Estabelecimento de normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais (PLS 513/2011 – Senado);
53. Aumento do tempo de internação de adolescentes no sistema socioeducativo (PLS 2517/2015 - Senado);
54. Atribuição à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania do exame do mérito das Propostas de Emenda à Constituição (PEC), acabando com as comissões especiais (PRC 191/2009 - Câmara); e
55. Alteração da Constituição para que entidades de cunho religioso possam propor Ações de Constitucionalidade perante o STF (PEC 99/2001 – Câmara).

TEXTO 8

Contribuição dos(as) professores(as) Rigler Aragão (SINDUNIFESSPA), Douglas Oliveira (SINDUNIFESSPA), Janaína Bilate (ADUNIRIO), Annie Schmaltz Hsiou (ADUSP), Marcela Rufato (ADUNIFAL), Máira Mendes (ADUSC), Linnesh Ramos (ADUFS-BA), Vicente Ribeiro (SINDUFFS), Frederico Henriques (ADURN), Caetano de Carli (ADUFERPE)

QUE O POVO DECIDA! FORA TEMER E ELEIÇÕES GERAIS PARA APONTAR SAÍDAS À CRISE POLÍTICA!

“Que continuemos a nos omitir da política é tudo o que os malfetores da vida pública mais querem.”
—Bertolt Brecht

O mundo sob o signo da crise

Vivemos sob os efeitos da crise econômica de 2008 que ainda estão longe de se encerrar. Os desdobramentos vêm provocando maior acirramento dos conflitos sociais, abrindo um período de oportunidades e incertezas. Assim vimos a Primavera Árabe, o movimento dos indignados e o surgimento do PODEMOS e do SYRIZA como alternativas políticas anticapitalistas na Europa, e o Occupy Wall Street e os atos massivos do movimento Black Lives Matter contra a violência policial nos Estados Unidos. Não podemos esquecer que as grandes manifestações de Junho de 2013 no Brasil só podem ser explicadas a partir desse cenário internacional de crise, em que os capitalistas tentam aumentar a exploração dos trabalhadores promovendo retiradas de direitos e promovendo arrocho salarial, através dos Governos de plantões.

O ano de 2015 foi o ano do imprevisível! A vitória da SYRIZA (Coalizão da Esquerda Radical) na Grécia representou o fortalecimento da luta do povo grego contra os planos de austeridade que atacam os direitos trabalhistas e previdenciários, reduzem os salários e geram desemprego. Porém os meses que vieram foram de chantagem financeira encabeçada por Angela Merkel e a Troika por uma capitulação do governo do Syriza, que respondeu a pressões do Banco Central Europeu para continuação do pacote de austeridade. Isto gerou uma grande disputa dentro e fora do governo. Este processo intensificou os debates sobre a construção de alternativas de esquerda no mundo, o que no caso grego abriu caminho para novas ferramentas como a Unidade Popular, o novo partido surgido da ruptura com o Syriza, estimulado pelo ex-ministro das Finanças Yanis Varoufakis.

O que temos atualmente com maior intensidade na Europa, e em distintas escalas por todo o mundo, é uma cisão entre, de um lado a tentativa de impor aos povos um maior volume de políticas de austeridade para tentar sair da crise e, por outro lado, no polo da resistência a estas medidas, há uma grande necessidade de construção de alternativas políticas que possam unificar as lutas anticapitalistas. O caso do Syriza, cuja capitulação levantou muitos debates, explica que ferramentas novas tem surgido a partir da luta real, porém com muitas contradições, avanços e recuos. Existe uma miríade de expressões de lutas sindicais, juvenis e populares, porém muitas vezes expressas de maneira pontual e com dificuldade de unificar em projetos mais amplos para fazer frente a virulência dos ataques da classe política que representa os interesses empresariais.

O elemento de crítica à classe política é também o que explica o fenômeno da campanha

Bernie Sanders nos Estados Unidos. De forma surpreendente para um país em que até bem pouco tempo atrás se tentava colocar o sinal de igual entre socialismo e nazismo, um candidato independente autodeclarado socialista disputa em pé de igualdade com uma das famílias mais poderosas do império, o que por si só já representa uma derrota não só de Hillary Clinton, mas do próprio regime. Que uma campanha como a de Sanders consiga praticamente dividir ao meio as prévias democratas pautando taxaço do capital especulativo, criticando as relações entre financiamento de campanha e a casta política que impõe arrocho aos trabalhadores, além de tocar em questões como a violência policial, aborto e legalização da maconha, deve ser considerado como sinal de novos tempos. É um reflexo do momento de polarização como efeito da crise, visto que se consolida como principal adversário no outro campo Donald Trump, magnata que se pauta por políticas ultrarreacionárias, xenófobas e militaristas. Evidências de que perdem espaço no cenário político saídas “moderadas” ao estilo socialdemocrata, levando a uma polarização social entre saídas mais radicais à esquerda e à direita.

Outro exemplo de saída socialdemocrata em profunda derrocada é o caso francês. O governo de François Hollande, do Partido Socialista, tem adotado o cardápio neoliberal não só na implementação das medidas austeridade, mas também na política externa. Assumiu uma política de “estado de exceção”, com forte aparato militar sob a justificativa de “guerra ao terror”, o que significou uma perseguição ainda maior dos imigrantes no país. Está atualmente sob forte questionamento devido à proposta de lei trabalhista que flexibiliza direitos, principalmente da juventude, facilitando para as empresas demissões e contratações precárias. Esta lei foi o estopim para um movimento semelhante ao dos indignados espanhóis, inicialmente protagonizado por estudantes secundaristas que ocuparam os liceus (escolas secundárias), e posteriormente tomaram a Place de la Republique em Paris em um movimento chamado de Nuit Debout (que pode ser traduzido como “Noite em Pé”). Os estudantes, que ocuparam as praças em 31 de março, têm discutido as limitações do modelo de democracia representativa e a necessidade de uma nova assembleia constituinte capaz de responder aos anseios da população. Há um forte rechaço à ideia de política como “coisa de profissionais”, e toma força a necessidade de “ocupar a política” com grande protagonismo jovem. O governo tenta impor medidas extremamente autoritárias no Congresso a fim de aprovar uma lei extremamente impopular, o que intensifica o sentimento de rechaço contra políticas socialdemocratas.

FORA TEMER, ELEIÇÕES GERAIS JÁ!

O Brasil está possivelmente no momento mais convulsionado da crise política iniciada em 2015. A votação do Senado aprofunda e amplia a crise, deixando o cenário mais complexo e possivelmente mais explosivo e imprevisível. O afastamento de Dilma, praticamente irreversível, coloca a possibilidade de Temer assumir até o fim do mandato. Isso nos leva a pensar qual deve ser a palavra de ordem que unifique os movimentos contra os ataques de um governo extremamente conservador, que opta em desconsiderar o papel das mulheres na política, que nega a cultura como um patrimônio humano, que nega o debate da diversidade na política de inclusão e nomeia apenas homens para os ministérios e políticos investigados pela Lava Jato, inclusive o próprio Michel Temer é investigado.

E não demorou a cair o primeiro, as gravações divulgadas culminaram com afastamento do então Ministro de Planejamento do governo Temer, o Romero Jucá, demonstram o quanto a parceria PT e PMDB não representa e nunca representou os interesses da classe trabalhadora, visto que os dois partidos estão centrados na manobra de desfocar

ou desviar as investigações sobre da Operação Lava Jato e outras que envolve seus parlamentares e de outros partidos (PSDB, DEM, PP, PSC).

Partimos da análise de que o país continuará em uma profunda recessão e que a mudança de Dilma por Temer não reverterá o cenário de crise. Temer é opção para quem quer ver o ajuste fiscal que Dilma vinha impondo, só que com maior intensidade, com corte mais drástico de direitos sociais e uma retomada mais firme das Parcerias Público Privadas - PPP. Não que Dilma fosse contra, mas já não demonstrava cumprir a tarefa com êxito para as demandas exigidas pela burguesia brasileira.

A mudança de um governo antipopular por outro, parece não ter sentido para alguns. Mas para o receituário liberal, governo bom no momento de crise não é o que consegue manter sua popularidade, mas aquele que consegue impor sem restrições e sem conciliação aumento da exploração a partir de planos de austeridades. Para manter o lucro é necessário destruir conquistas históricas da classe trabalhadora, assumindo um perfil de enfrentamento direto contra os trabalhadores. É para isso que servirá o Governo Temer.

Seu pronunciamento ressalta um pensamento positivista e ultraconservador de que não se deve falar em crise, e sim trabalhar. Isso mostra sua visão de que os trabalhadores não poderão questionar os atos do Governo Temer, deverão aceitar calados. Outra expressão de seu conservadorismo está no slogan de governo “Ordem e Progresso” de cunho positivista e fortemente referenciado no militarismo, que significará ordem para os pobres e progresso para os ricos, deixando claro que fará uso da força contra os movimentos sociais que se rebelarem contra suas medidas antipovo. A nomeação do DEM para o Ministério da Educação, a extinção da pasta da Cultura, a tentativa de acabar com as desvinculações constitucionais para educação saúde tem gerado profunda indignação.

É um cenário de possíveis intensificações dos conflitos. Não acreditamos que o “volta Dilma” deva ser a palavra de ordem que possa dar conta da tarefa de organizar o enfrentamento, pois foi justo no seu governo que iniciou o ajuste fiscal, retirou direitos trabalhistas, previdenciários, aprovou a lei antiterrorismo que será usada por Temer e a Lei da mordaza. Parte dos deputados conservadores e retrógrados que votaram pelo impeachment foram eleitos em coligações com PT e foram sustentação dos governos petistas nos estados. Se há hoje uma avalanche conservadora, o PT também a construiu. Por isso, permanecer apenas na luta contra o golpe e pelo volta Dilma, não organiza a resistência contra os ataques que virão e não é consequente com FORA TEMER, porque não coloca o povo no centro do debate e da decisão, não o empodera.

Precisamos de eleições gerais. Não podemos aceitar que um parlamento corrupto, onde 80% dos deputados receberam propina de empreiteiras, praticam tráfico de influência e criam leis para privilegiar grandes empresas determine o futuro. Temer, deputados e senadores não representam os interesses do povo, precisamos de uma reforma política que proporcione condições igualitárias da disputa. Defender a democracia é proporcionar a emancipação do povo, colocá-lo no centro do debate e ter em suas mãos os rumos do país.

O nosso exemplo vem dos mais jovens: a mobilização dos secundaristas que vem sacudindo o Brasil desde de 2015 tem sido um grande exemplo de resistência aos ataques. Planos de redução de gastos com a educação por parte de governos estaduais tem gerado rebeliões dos secundaristas com ocupação de escolas e prédios públicos. Iniciadas em São Paulo devido aos planos de fechamento de escolas e o escândalo do desvio de merenda escolar pelo Governo Tucano, as ocupações já se espalharam por

mais 4 estados: em Goiás ainda no ano passado, Rio de Janeiro em meio à forte greve do funcionalismo estadual, Ceará, também em meio à greve de professores da rede estadual, e mais recentemente Rio Grande do Sul, onde rapidamente se espalhou para mais de 100 escolas.

É por meio da organização e postulação de um campo político que dê o combate necessário ao ilegítimo governo Temer sem se confundir com o “Volta Dilma”, que conseguiremos apresentar uma saída de conjunto para os retrocessos que estão colocados. Os secundaristas, com seu rechaço à direita e ao governismo, sua organização horizontal, e sua disposição e energia, ao se aliar aos trabalhadores e trabalhadoras da educação em luta, representam um perigo para os de cima. Apostamos nesta experiência como capaz de desatar um novo processo de lutas semelhante a junho de 2013, quando a população nas ruas impôs derrotas à classe dominante.

TEXTOS

Contribuição dos professores Welbson do Vale Madeira, Vilema Gomes da Silva e da professora Catarina Malcher Teixeira – sindicalizados da APRUMA SSIND.

DO “SEM MEDO DE SER FELIZ” AO “GOLPE”: NASCIMENTO, VIDA E MORTE DE UMA POLÍTICA DE CONCILIAÇÃO DE CLASSES

É bom ter sempre presente que eleição alguma apaga as condições histórico-concretas onde o governo vai atuar. Nem seu passado. As ilusões, com frequência, têm um preço elevado.
Edmundo Dias²

TEXTO DE APOIO

1 – Introdução

A deliberação do 35º congresso do ANDES-SN de que se busque promover ações para “fortalecimento da unidade classista com os movimentos sindical, estudantil e popular na construção do projeto da classe trabalhadora” continua com uma atualidade indiscutível. Para viabilizar esse fato, todavia, é fundamental que nas táticas a serem definidas no 61º CONAD e demais instâncias de nosso sindicato sejam consideradas as materializações da atual fase do capitalismo e, em nível de Brasil, o cenário político iniciado a partir do que alguns entendem ter sido um golpe.

Quanto à dinâmica em âmbito mundial optamos por fazer apenas breves demarcações, já que não ocorreram mudanças radicais em relação ao que podíamos observar há cerca de oito meses. O capitalismo segue moendo gente e o próprio planeta, com artefatos tecnológicos mais sofisticados, maior extração de recursos naturais e maior exploração de recursos humanos, que são empurrados ao produtivismo, numa ponta, e ao consumismo, na outra. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) pelo menos 200 milhões de pessoas estão desempregadas, com baixíssima possibilidade de entrarem no “mercado de trabalho” no curto prazo, enquanto aquelas que conseguem se manter no mercado perdem cada vez mais direitos sociais.

² Edmundo Fernandes Dias. Democrático e popular? *Revista Outubro*, n. 8, 2003.

O processo de concentração de renda também segue seu “curso normal”, e 1% da população mais rica do planeta tem riqueza superior aos 99% restantes. Em 2015, 62 bilionários tinham a mesma riqueza que os 3,7 bilhões de pessoas mais pobres. O último pico de crise mundial, iniciado em 2007/2008, segue deixando seus rastros, aumentando as barbáries de todos os tipos. Portanto, as lutas anticapitalistas, buscando o internacionalismo dos explorados e oprimidos, continuam imprescindíveis.

Sobre a conjuntura no Brasil e nossas possibilidades de intervir na mesma, além de obviamente ter em conta o cenário mundial, consideramos importante: 1- que recuemos um pouco no tempo, a fim de demarcar algumas características do período Lula-Dilma; 2- que tentemos estabelecer prognósticos quanto às ações de setores que até pouco tempo eram governistas, dos que não eram governistas mas defenderam a continuidade do governo Dilma e dos que não defenderam a continuidade do governo Dilma, mas tampouco consideraram legítimos o governo Temer e o congresso nacional brasileiro. Antes de refletir sobre essas questões, todavia, é interessante fazer um breve diagnóstico do que é o atual governo, suas fortalezas e suas vulnerabilidades.

2 – A fúria neoliberal do Governo Temer

O Governo Temer assumiu um programa mais neoliberal que os dois governos anteriores, e que desde a década de 1990 é defendido por setores do PMDB, pelo PSDB, pelo DEM e por outros partidos reacionários. Dessa forma, tem como principal missão radicalizar as contrarreformas, inclusive algumas que o Governo Dilma acenou está disposto a assumir pouco antes de sua queda.

Além de resgatar do congresso nacional alguns corruptos e lacaios de grandes empresas, para cargos estratégicos foram chamados os capitalistas ou seus representantes diretamente interessados. Os casos mais emblemáticos são verificados no Ministério da Fazenda e no Banco Central, agora comandado por Ilan Goldfajn, do Banco Itaú. Por outro lado, os atuais ministros encontrarão alguns terrenos que tiveram suas “limpezas” iniciadas nos governos Lula ou Dilma.

De interesse do atual governo, mas que começaram a ser costurados ainda pelos dois governos anteriores ou por parlamentares que os apoiavam, podemos citar o PLC 30/15, que amplia as possibilidades de terceirizações para as atividades fim, a PEC 395/14 que acaba com a gratuidade de cursos de especializações em instituições públicas de ensino superior, a lei 13.260/16 (chamada “Lei antiterrorismo”, mas que também pode ser usada contra os movimentos sociais) e, evidentemente, o PL 257/2016, que prevê, dentre outras coisas, a suspensão dos concursos públicos, congelamento de salários, não pagamento de progressões e revisão do RJU.

Como uma das prioridades anunciadas pelo governo, e que certamente será objeto de imensas lutas ainda em 2016, está a contrarreforma da previdência. Para os tucanos e peemedebistas não há mais direitos adquiridos e sim expectativas de direitos, e é fundamental aumentar a idade mínima para a aposentadoria. E para quem ainda vai entrar no mercado de trabalho as regras podem ser mais duras ainda.

Em nome do enfrentamento à crise econômica também já está anunciado o aprofundamento do desmonte do Estado, e, se depender da fúria tucana, vai ser privatizado tudo que for possível. E como já existem poucas empresas estatais, a intenção a é de cada vez mais os diversos serviços públicos se constituam espaços para grupos econômicos sediados no Brasil e no exterior. Os sucateamentos dos sistemas educacionais, de saúde e previdenciário devem contribuir nessa direção.

Evidentemente, não necessariamente as coisas acontecerão conforme os desejos das novas aves de rapina. Em função de interesses políticos diversos e das expectativas de enfrentamentos por parte da população, que não tem a menor confiança no Governo Temer e no Congresso Nacional, o governo está sendo obrigado a tatear melhor seu caminho. Inicialmente, por exemplo, já percebe a dificuldade em retirar direitos adquiridos e em acabar com os programas “sociais” dos governos anteriores, tais como os programas bolsa família e Minha casa, Minha vida.

Entendemos que o ritmo dos avanços das contrarreformas e de outras medidas neoliberais também dependerá das possibilidades de organização e enfrentamento por parte de amplos setores da classe trabalhadora e da juventude. Por outro lado, para arriscarmos alguns prognósticos quanto à amplitude desses enfrentamentos é importante analisarmos o que as possíveis forças que constituirão as alianças táticas fizeram nos anos anteriores.

3 - A era “Lula-Dilma” e suas heranças: repercussões sobre as possibilidades de enfrentamento ao Governo Temer

Embora obviamente estejam articuladas, as características fundamentais das intervenções dos governos Lula e Dilma podem ser concebidas em uma dimensão econômica e em uma dimensão política, e começaram a ser construídas anteriormente à eleição de Lula. De fato, ao mesmo tempo em que a Frente Brasil Popular sinalizava para os movimentos sociais e para a população mais pobre que a esperança iria vencer o medo, que estes não deveriam ter “medo de ser feliz”, também sinalizava aos banqueiros e grandes empresários que estes também não tinham nada a temer. Ou seja, a era Lula-Dilma começou com a ilusão de que era possível conciliar interesses de classes antagônicas. Referindo-se aos primeiros anos dessa “era”, Francisco de Oliveira avaliou que “o lulismo é a perversão da dominação, no Brasil. Ele é extremamente pernicioso porque, no fundo, diz que é possível resolver o problema da miséria, no Brasil, sem conflito”.³

De certo modo tentando ser coerente com o programa apresentado, o Governo Lula incorporou milhares de lideranças sindicais e populares, mas também empresários e representantes de banqueiros, inclusive o atual ministro da Fazenda do Governo Temer. Durante muito tempo, para vários militantes, tratava-se de uma espécie de “governo cabo de guerra”. É discutível se chegou a esse ponto, mas, apenas por hipótese, admitindo que essa analogia tenha sentido, é nítido quem ganhou o jogo ao final.

Embora desde o início tenha incorporado argumentos neoliberais, que foram progressivamente convertidos em projetos de lei, o Governo Lula contou com as “vistas grossas” de várias lideranças sindicais e populares, que pouco ou nada fizeram para enfrentar políticas que anteriormente combatiam no Governo FHC e que voltaram a combater no Governo Temer. Para alguns militantes e organizações, até efetivos atos de violência dos governos ou com os quais esses foram coniventes passaram a ser tolerados. Os novos grandes projetos na Amazônia e suas implicações para comunidades tradicionais e indígenas são expressões desse fato.

Embora setores da antiga Frente Brasil Popular hoje afirmem que se contrapõem ao aprofundamento da contrarreforma da previdência, não é demais lembrar também que essa começou ainda em 2003, nos primeiros meses do Governo Lula. Neste caso, entretanto, este fato também contribuiu para o fim de algumas ilusões e para o início de importantes rompimentos políticos, que acabaram resultando em alternativas novas e

³ Francisco de Oliveira. Vivemos uma hegemonia às avessas. Entrevista. **Dez anos de economia brasileira**: decifrando enigmas. Coletânea de entrevistas do Jornal dos Economistas, p. 96. Rio de Janeiro: CORECON; SINDECON; CED, 2007.

autônomas para enfrentamento ao capital. A CSP/CONLUTAS pode ser consideradas uma das expressões desse processo, para o qual o ANDES-SN teve contribuições decisivas.

Infelizmente, os governos Lula e Dilma preocuparam-se mais em não amedrontar os capitalistas, e para se manterem de pé costuraram uma aliança que reuniu diversas frações da burguesia (os vice-presidentes de ambos foram expressões disso) e que implementou, de forma paralela, projetos para o grande capital e para os setores mais pauperizados e desorganizados do Brasil, sendo que para esses basicamente com as sobras orçamentárias. Além disso, como destacou Reinaldo Gonçalves, embora tenha feito o discurso de que constituiria um novo “nacional-desenvolvimentismo”, o Governo Lula fez isso às avessas e, de fato, aproximou-se mais de uma espécie de modelo liberal periférico⁴.

Mesmo com suas contradições e tensões eventuais, como por exemplo no episódio do chamado mensalão e agora com a “operação lava-jato”, durante a maior parte do tempo os governos conseguiram apoio nos dois extremos das classes sociais. Ao mesmo tempo, as condições de vida da chamada “classe média” (que historicamente tende a apoiar pautas conservadoras) foram sendo progressivamente deterioradas. E isso ajuda a entender o nível de rejeição do Governo Dilma junto a esse segmento.

Não para alimentar polêmicas estéreis, mas para saber as possibilidades de alianças táticas no campo da esquerda, é importante saber quais foram os posicionamentos assumidos por algumas correntes políticas e organizações dos trabalhadores, já que esses posicionamentos expressam concepções que continuam sendo relevantes na atual conjuntura. Ao mesmo tempo, é imprescindível um esforço sincero, por todas as organizações classistas e da juventude, no sentido de evitar posições sectárias e estereótipos que possam barrar as eventuais alianças, ainda que apenas táticas.

4 – Considerações finais: nossos desafios na atual conjuntura

O desfecho do modelo de conciliação de classes iniciado com o Governo Lula e continuado no Dilma está sendo trágico. A efetiva crise econômica e social, pois chegou um momento em que não foi mais possível saciar os rentistas e, ao mesmo tempo, fazer arremedo de políticas desenvolvimentistas e sociais, a desmoralização de lideranças históricas, envolvidas em corrupção como os típicos políticos da burguesia e a desconfiança por parte da população em relação a várias organizações que consideram de esquerda está sendo um preço muito elevado pelas “ilusões vendidas”. Entendemos, portanto, que uma das maiores lições que devemos extrair da experiência com os governos Lula e Dilma é que o agora morto “modelo” de conciliação de classes fatalmente leva a derrotas para a classe trabalhadora.

Na atual conjuntura, de forma mais pragmática, consideramos imprescindível lutar por uma auditoria da dívida pública e para derrotar as contrarreformas. Nesse rumo, deve haver um esforço efetivo para fortalecer o Espaço unidade e ação em todo o Brasil, contribuindo para que sejam criadas as condições para uma greve geral de toda a classe trabalhadora.

⁴ Reinaldo Gonçalves. Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 37, p. 7-39, janeiro 2014.

TEXTO 10

Contribuição dos(as) professores(as) Carla D. Sartor – sindicalizada da ADUNIRIO; Cleusa Santos e Mauro Luis Iasi – sindicalizados da ADUFRJ; Milton Pinheiro de Souza – sindicalizado da ADUNEB; Elza Peixoto – sindicalizada da APUB; Wesley Pinheiro – sindicalizado da ADUFMAT

O PROCESSO DE IMPEACHMENT MARCA UM MOMENTO QUALITATIVAMENTE DIFERENTE DE ATAQUES À CLASSE TRABALHADORA, DE DESCASO COM OS SERVIÇOS PÚBLICOS, COM A EDUCAÇÃO PÚBLICA E COM O TRABALHO DOCENTE.

TEXTO DE APOIO

A burguesia local já inteiramente transnacionalizada, os poderes do Estado e os governos das três esferas, com o apoio da grande mídia, têm desencadeado neste último período um ataque concentrado contra os direitos dos trabalhadores, os serviços públicos (a educação pública entre eles), em uma forma qualitativamente superior. O projeto de lei 257/2016 é um exemplo suficientemente claro desta política a que nos referimos.

Trata-se de uma ofensiva alinhada com as exigências dos grandes monopólios capitalistas (os bancos, os credores da dívida pública, as agências internacionais) para enfrentar o atual subciclo depressivo da crise estrutural do capitalismo que se alastra por mais de quarenta anos.

A crise é estrutural e internacional com particularidades nacionais. Entre nós, depois do subciclo das commodities, que coincide com os dois governos do Lula, a crise deste subciclo se manifesta, com toda sua intensidade, em especial no segundo governo Dilma.

O processo do impeachment

Neste cenário se inscreve o processo do impeachment. Seu atual desdobramento é o afastamento temporário da presidente, que tem seu lugar ocupado por um ilegítimo governo provisório, alçado a esta condição por meio de um mecanismo jurídico-político. Seu programa são reformas pró-mercado, especialmente para avançar na destruição da legislação trabalhista e previdenciária (terceirização e precarização dos empregos, imposição de um ajuste fiscal draconiano, aprofundamento da reforma gerencial do Estado e destruição dos parcos avanços em matéria de saúde e educação pública para o povo).

O processo de impeachment está sendo conduzido de uma forma enviesada, com acusações de falta de “responsabilidade fiscal”, que aparece como causa originária da atual crise econômica. Ele se retroalimenta, na opinião pública estimulada pela “grande” mídia, da investigação sobre os casos de corrupção em grande escala (parte da cultura política de longo prazo no funcionamento do Estado e das empresas no capitalismo na nossa formação social), que tomou conta de setores da direção PT e de outros partidos políticos, tanto da situação como da oposição. A grande mídia foca deliberadamente as acusações dirigidas ao PT, poupando as outras agremiações políticas. E a justiça privilegia as acusações que possam afetar este partido, até mesmo “vazando”

informações para a “grande” mídia se aproveitar de data e hora das buscas e apreensões da “Lava Jato”. Obviamente, é repudiável toda e qualquer corrupção; do PT e de qualquer outro partido político. Neste caso específico, a corrupção diz respeito às relações promíscuas, há muito tempo estabelecidas entre o Estado e o empresariado, das quais o próprio PT também fez parte, no esforço de governabilidade e integração ao sistema político burguês.

Em nossa visão, mesmo com este processo ainda em curso, encerra-se um ciclo político da história recente da Nova República que teve o protagonismo da classe trabalhadora, expresso em alguns elementos: na construção do PT, da CUT e do MST nos anos oitenta; na resistência às políticas neoliberais do governo FHC nos anos noventa; no amoldamento à ordem burguesa da maioria da direção do PT e das organizações sindicais e sociais hegemônicas por ele, na primeira década deste século; e, finalmente, no apassivamento dos movimentos sociais ao longo dos governos de Lula e Dilma até 2013. Com as manifestações de junho, acontece uma ruptura de massas com os aparelhos privados de hegemonia, através dos quais se processava o apassivamento que sustentava os governos de “pacto social”.

Este movimento de ruptura desembocou, depois de um acirrado processo eleitoral, em 2014, na instauração de um congresso retrógrado, um governo conservador e uma oposição que não aceitou o resultado das urnas. O recente afastamento temporário da presidente para responder ao impeachment por parte do Senado, coroa este processo, instaurando um novo governo interino retrógrado e ilegítimo. Este constitui um gabinete de homens brancos, misógino, racista, majoritariamente corrupto, e decidido a realizar as contrarreformas neoliberais exigidas pelos grandes investidores, os credores da dívida pública e as empresas multinacionais monopolistas.

É bom afirmar claramente que tudo o que se passa no Brasil não é alheio ao que ocorre no restante da América Latina: Argentina com o governo Macri, os ataques ao governo da Bolívia, a difícil situação na Venezuela, entre outros. Até nos EUA, há um processo eleitoral polarizado por um candidato xenofóbico. Em países da Europa Oriental têm triunfado governos de ultradireita.

Um projeto de classe para além dos partidos políticos no governo

Há um interesse de classe persistente, modulado pelos diferentes partidos no governo, que atravessa todo este ciclo político. Desde Collor/Itamar, seguido por FHC, passando pelo governo Lula e depois Dilma/Temer, um projeto de classe tem se desenvolvido, ainda que com formas diferentes, em cada um dos cenários, que se configura com os diferentes partidos no governo. Não se trata de dizer que todos os governos são iguais. O que queremos dizer é que é preciso ver os interesses fundamentais presentes no sistema político, para não cair na “fulanização” da política, ou seja, reivindicar a substituição de um governante por outro, ou na rejeição de todos eles, como se, com isso, os interesses das classes pudessem ser neutralizados ou eliminados.

Como tem sido observado ao longo de todos os congressos do nosso sindicato, desde o início do governo do PT, este partido tem muita responsabilidade por esta situação de crise política e econômica. O PT dilapidou o patrimônio político e cultural acumulado nas lutas pela democratização e contra o neoliberalismo, apostando na conciliação de classes e no apassivamento da classe trabalhadora, na manutenção dos fundamentos neoliberais da política econômica, e em políticas sociais financiadas com o derrame do excedente econômico do subciclo de crescimento das commodities. Apostou na integração social através do consumo a crédito dos trabalhadores e das camadas

populares, sem realizar reformas estruturais na matriz produtiva, na propriedade da terra, na estrutura tributária.

Sem dúvida, houve avanços na proteção social através do Bolsa Família, do salário mínimo, da legislação social para determinados segmentos sociais (terceira idade, empregados domésticos, etc.) e, ainda que muito parcialmente, na integração social através das políticas de cotas e ações afirmativas para grupos sociais historicamente oprimidos.

Porém, em matéria de direitos sexuais e reprodutivos da mulher, o saldo não é favorável. Assim como também não o é em relação aos direitos LGBTs (foi o Supremo Tribunal Judicial quem acabou finalmente reconhecendo a união civil homoafetiva). As negras e negros e a juventude pobre, apesar das políticas de cotas e ações afirmativas, continuam sendo penalizados pela polícia e o poder judiciário, e, sobretudo, discriminados socialmente.

A contrarreforma da previdência, iniciada no governo FHC, continuou nos governos de Lula e Dilma, até chegar à criação do Funpresp, que ataca frontalmente os servidores públicos federais e que serve como “modelo” para as reformas previdenciárias nos governos Estaduais. E este processo de contrarreforma promete continuar e se aprofundar ainda neste novo momento, como largamente noticiado. No setor da saúde, pode-se dizer que a proposta da reforma gerencial do Estado com a participação das chamadas Organizações Sociais (OS) e as OSCIP (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) mais avançou nos últimos tempos.

A lei de segurança nacional continua vigente, agora acrescida pela lei antiterrorista aprovada recentemente, a partir de uma iniciativa do próprio governo Dilma. Há avanço também dos setores conservadores e até protofascistas. Lembremos, entre outras situações, os ataques da Juventude Conservadora de Sergipe, nas instalações da ADUFS, no Sergipe, em abril deste ano.

A grande mídia continua seu crescimento oligopólico e agora se mostrou decisiva no processo de impeachment e nas denúncias da “Lava Jato”. Também aqui há de se reconhecer que o marco civil da internet foi um avanço.

Na questão ambiental, também não há saldo positivo (a aprovação da lei de biossegurança de 2005 que libera os plantios com sementes geneticamente modificadas, o código florestal de 2012, o avanço do agronegócio com a monocultura e a ampliação da fronteira agrícola, a crise hídrica, etc.).

As lutas dos povos originários pela demarcação das suas terras e a regularização de áreas das comunidades quilombolas remanescentes avançou muito lentamente. Ainda há a denúncia de etnocídio na construção da hidrelétrica Belo Monte. A reforma agrária praticamente parou no governo Dilma. A violência no campo continua cobrando vítimas como no recente assassinato dos dois trabalhadores do Movimento Sem Terra, no Paraná, também no mês de abril deste ano, num acampamento em Quedas do Iguaçu (447 km de Curitiba) numa área da empresa Araupel.

As universidades particulares cresceram com apoio estatal do ProUni e do FIES, até se transformar em poderosos conglomerados comerciais e financeiros com importante participação na bolsa de valores. Nas universidades públicas, constata-se, que foi seguida pelos governos Lula/Dilma, a proliferação das Fundações Privadas ditas “de apoio”, promotoras da privatização por dentro das próprias instituições de ensino; nos anos noventa, seguiu-se a expansão precarizada, via REUNI, nos governos Lula e Dilma. Os cortes do orçamento de 2015 e 2016 comprometem todo o funcionamento: da

política de assistência estudantil, às de extensão, passando pela investigação científica e tecnológica autônoma. A privatização não clássica dos hospitais universitários, através da Ebserh, avançou abarcando praticamente a totalidade dos hospitais universitários, com exceção dos hospitais da UFRJ, no Rio de Janeiro. A autonomia universitária, consagrada no artigo 207 da Constituição, não se aplica plenamente. Entre outras situações, na escolha de reitor e vice-reitor, que continua sendo nomeado pelo presidente, a partir de uma lista tríplice encaminhada pelo colegiado superior. Em 13 anos de governo do PT e partidos aliados, não foi possível resolver este problema histórico de democracia universitária!

Finalmente, apesar de o PT e a CUT terem surgido lutando contra o sindicalismo de Estado da era Vargas, no final deste ciclo de governos deste partido e de seus aliados, o imposto sindical continua vigente, assim como a imposição da unicidade sindical, ambos instrumentos daquele mecanismo de sujeição dos sindicatos ao poder estatal. A convenção 87 da OIT, uma das principais desta organização, que estabelece a liberdade sindical, não foi assinada ao longo deste ciclo. O Andes-SN, como sindicato autônomo, vítima desta situação, luta contra este déficit democrático na organização sindical, do qual se aproveitam oportunistas e aventureiros, apoiados nas estruturas estatais.

A reorganização da classe trabalhadora e a luta anticapitalista, pelos direitos sociais, contra o governo ilegítimo, e pelo poder popular

Infelizmente, o maior legado deste ciclo político é o apassivamento do movimento dos trabalhadores e das camadas populares. Daí se derivam, a nosso ver, as principais tarefas políticas do momento.

A partir dos movimentos de junho de 2013, greves em setores da produção privada contra o desemprego, de funcionários públicos das três esferas, de professores e ações do movimento estudantil, especialmente secundarista, é correto registrar um certo ascenso nas lutas de massas.

Neste ano, já aconteceram, e estão em curso, múltiplas greves na nossa base social, principalmente no âmbito estadual, que devemos apoiar e saudar em forma entusiasta.

A divisão no movimento de trabalhadores em algumas centrais sindicais, as maiores hegemônicas pelos partidos que fazem parte do pacto social, e o isolamento de sindicatos importantes, são obstáculos a ser superados neste novo ciclo de lutas que se vislumbra, a partir da crise política provocada pelo processo de impeachment.

A CSP-Conlutas, apesar de se constituir num importante polo aglutinador dos sindicatos e movimentos sociais combativos, apresenta problemas de concepção política, de estratégia e de tática, além dos problemas metodológicos na organização dos congressos que já foram sinalizados pelo Andes-SN. Temos também que dizer que situação atual de crise econômica e política tem sido enfrentada, por parte da nossa central, com palavras de ordem equivocadas e com propostas de mobilização também erradas. Há também um complexo problema de hegemonismo nesta central sindical e popular que, sem dúvida, dificulta o desenvolvimento desta importante ferramenta. Isto precisa ser objeto de especial atenção por parte da militância do Andes-SN, de sua Direção, bem como da própria CSP-Conlutas.

Diante deste quadro, e como mediação tática que busque superar a fragmentação e divisão do movimento dos trabalhadores, devemos envidar esforços num Encontro da Classe Trabalhadora e Movimentos Populares para o início do próximo ano. Como forma de construção deste evento, são importantes as etapas preparatórias, nas quais o Andes-SN pode e deve ter um papel de destaque, afiançado pela sua história, sua

capacidade de articulação política, suas definições classistas, unitárias e combativas. Neste sentido e como atividade preparatória estamos colocando a realização de um Seminário com ampla participação de centrais sindicais, movimentos sociais e sindicatos isolados, do campo classista, unitário e combativo.

Todo este processo de unidade e luta, faz parte da construção do Poder Popular como um processo de autonomia e autogoverno dos trabalhadores que prepara o terreno para as transformações estruturais necessárias no enfrentamento da ditadura do capital. O Poder Popular significa a capacidade de a classe trabalhadora de se constituir em força política e social capaz de impor, através da luta, uma orientação anticapitalista ao desenvolvimento social.

As lutas que acontecem na atualidade, aqui e no mundo todo, apesar da fragilidade dos movimentos, são lutas por direitos sociais entrelaçadas com lutas anticapitalistas. Não é que as lutas por direitos preparem o cenário para lutas anticapitalistas. Na verdade, as lutas acontecem conjuntamente, como uma totalidade concreta, e não separadas em etapas no tempo. O sistema do capital, na sua fase atual, perdeu capacidade civilizatória assim como de fazer reformas progressistas.

Tema II: Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA SINDICAL

TEXTO DE APOIO

O plano de lutas deliberado pelo 35º Congresso do ANDES-SN, em janeiro 2016, definiu, em relação às questões sindicais, as seguintes tarefas: construção das mobilizações de massa contra os ataques aos direitos dos trabalhadores; ampliação do campo classista dos movimentos sindicais e populares; luta contra a terceirização; formação política e sindical.

Algumas mudanças na conjuntura merecem destaque uma vez que criam as condições para aprofundar os ataques aos direitos dos trabalhadores, os serviços públicos, a educação pública e o trabalho docente. O processo de impedimento e as medidas tomadas pelo governo interino evidenciam a necessidade do Capital em aprofundar as medidas de contrarreforma do Estado. Esse governo, sem legitimidade social e política, implementa uma política de austeridade, de privatizações “de tudo o que for possível”, de continuidade com a longa marcha, iniciada no governo FHC e continuada por Lula/Dilma, da contrarreforma da previdência, de terceirização e de precarização do emprego, de desconstrução dos direitos sociais e trabalhistas.

Como está claro para grande parte da sociedade brasileira, vivemos uma conjuntura de crise econômica, política e social bastante acirrada. Essa crise traz gravíssimas ameaças aos trabalhadores e às suas conquistas e direitos históricos, aos setores populares em geral e aos serviços públicos. Ao mesmo tempo, grandes desafios são postos aos movimentos da classe trabalhadora, os quais devem ser respondidos com unidade, classismo e autonomia.

Alguns desafios e lutas em andamento persistem com grande centralidade: a luta contra o PLC 30/15, que busca ampliar as terceirizações nas relações de trabalho; a luta pela revogação da Lei nº 13.189/2015, conhecida como Programa de Proteção ao Emprego (PPE); a luta contra o PL 397/2015, que busca estabelecer normas gerais para a negociação coletiva no serviço público que desconsideram a Convenção 151 da OIT; a luta contra a Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/2016), proposta pela então presidente Dilma e aprovada pelo reacionário Congresso, que permite criminalizar os movimentos sociais.

Outros desafios se colocaram recentemente. Destaque para o PLP 257/2016, também proposto ainda pelo governo Dilma, que, sobre a alegação do reequilíbrio fiscal das contas da União, dos estados e dos municípios, promove o mais violento ataque aos serviços e aos servidores públicos já visto. Na prática, o propósito central é reduzir o orçamento com pessoal e com as políticas sociais, priorizando a política de superávit primário para manutenção dos interesses do capital, com saques volumosos de recursos públicos para a dita dívida pública. Esse PLP, pelas diversas medidas que traz (congelamento de salários, aposentadorias e pensões, suspensão de concursos públicos, não pagamento de progressões e gratificações, desligamentos voluntários, novas limitações na folha de pagamento do funcionalismo, etc.), implica na destruição do caráter público dos serviços oferecidos à população trabalhadora e em sua inviabilização econômico-financeira. Ele exige, portanto, pronta e unificada resposta

dos servidores públicos de todas as esferas – federal, estadual e municipal. Essa resposta já se iniciou com as grandes greves construídas por servidores públicos estaduais (com destaque para os trabalhadores da educação) em resposta ao não pagamento ou parcelamento de seus salários, aposentadorias e pensões, e a precarização das políticas sociais, por parte de estados em grave crise financeira. Esses trabalhadores já estão mostrando que não aceitam que a crise econômica seja resolvida às custas do desmonte do serviço público, solução essa da ordem do Capital e de seus representantes políticos, consubstanciada, entre outras medidas, pelo PLP 257/2016.

Entendendo que todas essas iniciativas da burguesia brasileira e internacional (terceirização, PPE, múltiplos ataques aos serviços públicos, Lei Antiterrorismo) constituem um abrangente ataque às conquistas da classe trabalhadora nacional, o ANDES-SN propõe que as articulações e as lutas dos movimentos sindicais e sociais confluem numa resposta unitária e vigorosa contra a retirada dos direitos sociais, por meio do adensamento das lutas sociais que possam desembocar uma greve geral.

As lutas, na perspectiva da greve geral, podem e devem ser constituídas com base nos espaços de construção da unidade da classe trabalhadora. Para isso, tais espaços devem continuar a ser fortalecidos a partir de seus polos mais combativos, numa perspectiva classista e autônoma. A CSP-Conlutas e o Espaço Unidade de Ação devem ter participação ativa nesse processo. O ANDES-SN tem condições de intensificar seu papel nas articulações a fim de ampliar os espaços da classe em luta, tão necessário para o momento em que vivemos. Tais espaços devem ser capazes de incorporar as experiências de resistência protagonizadas nas várias frentes de luta por movimentos sociais, trabalhadores e juventude – sejam pelos diversos fóruns dos servidores públicos, seja por meio do 2º Encontro Nacional de Educação, sejam pelas ocupações de escolas que assumem escala nacional, sejam por lutas dos trabalhadores rurais, sem-teto, dos povos tradicionais, entre outros.

Especificamente a respeito do debate em torno da terceirização, tema que tem motivado polêmicas no seio do movimento sindical, inclusive na CSP-Conlutas, devem ser reafirmadas nossas posições históricas favoráveis ao concurso público, bem como aos direitos dos trabalhadores terceirizados.

No que tange as atividades de formação política e sindical, está em pleno andamento nosso Curso Nacional, estando previstos para o segundo semestre de 2016 as suas duas etapas finais.

Também levando em conta a formação política e sindical de nossa categoria, é sempre importante resgatar e debater momentos da história das lutas dos trabalhadores, incluindo o plano internacional. Assim, uma vez que no ano de 2017 completam-se 100 anos da Revolução Russa e 50 anos da morte de Che Guevara, duas referências fundamentais na luta pelo socialismo, o ANDES-SN deve articular ações com outras entidades, como a CSP-Conlutas e a Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, com vistas à comemoração dessas duas datas.

As questões relacionadas com a política sindical, aprovadas no 35º Congresso do ANDES-SN, permanecem, e o plano de lutas aprovado municia nossa categoria para os enfrentamentos necessários no ano de 2016. Além das questões já implementadas ou em curso, há a necessidade de atualizarmos no 61º CONAD outras questões relacionadas à política sindical.

I - POLÍTICA SINDICAL

O 35º CONGRESSO delibera:

1. Defender na CSP-CONLUTAS que em 2016 se implemente a campanha nacional pela ratificação, por parte do governo brasileiro, da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a consequente revogação dos dispositivos que impõem a unicidade sindical.

2. Em relação ao Seminário Nacional, as CSP e o debate sobre os trabalhadores terceirizados:

2.1 lutar contra as terceirizações, defendendo o concurso público para o ingresso no serviço público;

2.2 lutar pela garantia de todos os direitos trabalhistas e previdenciários aos trabalhadores terceirizados, com isonomia salarial para trabalho igual, enquanto houver terceirização;

2.3 que o GTPFS promova debate com a realização de seminários locais, regionais e nacional, com o objetivo de avaliar o processo de terceirização nas IES e propor medidas que assegurem a defesa do concurso público e a defesa da isonomia dos terceirizados como forma de subsidiar a posição do ANDES-SN e a CSP-CONLUTAS.

2.4 que as seções sindicais se empenhem, no âmbito da CSP-CONLUTAS estaduais, na construção dos seminários regionais ou estaduais sobre o tema das terceirizações tanto no serviço público quanto no setor privado;

3. Realizar, no primeiro semestre de 2016, seminário nacional para debater a questão da precarização do trabalho docente nas IE, considerando a situação dos professores substitutos, tutores, visitantes e bolsistas, e que se realize campanha de sindicalização com ênfase no novo perfil docente com vínculos precarizados.

4. Realizar reunião conjunta do GTPFS e do GTPE para debater o trabalho e a organização docente diante da expansão e da multicampia das IES.

5. Intensificar a luta contra o PLC 30/15, que busca ampliar as terceirizações nas relações de trabalho.

6. Lutar pela revogação da Lei 13.189/2015, oriunda da MP680/2015, conhecida como Programa de Proteção ao Emprego (PPE).

7. Lutar contra a criminalização dos movimentos sociais expressa no PLC 101/2015, aprovado no Senado, que possibilita tipificar como ato terrorista a luta por direitos.

8. Lutar contra alterações, nos regimes jurídicos, que buscam a intensificação do trabalho por meio do sistema de escritório remoto (home-office) no serviço público, a exemplo do PLC 2723/2015. Que o sindicato promova um amplo debate e divulgação, na base, sobre os riscos presentes na Lei.

9. Intensificar a participação do ANDES-SN nos espaços de construção das mobilizações com os setores classistas e populares, em 2016, em particular: o Espaço de Unidade e de Ação e os Fóruns de Servidores Públicos, em âmbito nacional e nos estados.

10. Aumentar a participação do ANDES-SN nos espaços de mobilização com movimentos sindicais e populares com a perspectiva de contribuir com a construção da unidade do campo classista, de forma autônoma em relação aos partidos e de forma independente frente aos governos e aos patrões.

11. Avaliar, com o setor das federais, o papel e as perspectivas de rearticulação da CNESF na conjuntura atual.

12. Que o ANDES-SN apresente na Coordenação Nacional da CSP-CONLUTAS uma proposta de metodologia de funcionamento do III Congresso da CSP CONLUTAS, previamente discutida no GTPFS e aprovada no 36º congresso do ANDES-SN.

13. Que o GTPFS produza um documento de avaliação da participação do ANDES-SN na CSP-CONLUTAS na perspectiva de identificar o seu enraizamento nos movimentos e organizações dos trabalhadores.

14. Lutar contra o PL 397/2015, que busca estabelecer normas gerais para a negociação coletiva no serviço público que desconsideram a Convenção 151 da OIT.

15. Realizar o Curso Nacional de Formação Política e Sindical do ANDES-SN, com a realização de Encontros de Formação Política (em diferentes secretarias regionais), organizados de acordo aos eixos de interesse da classe trabalhadora e do mundo do trabalho, dentre os quais:

I. Fundamentos da sociedade capitalista, mundo do trabalho hoje e organização sindical.

II. Formação econômico-política e social do Brasil e da América Latina.

III. História dos movimentos sociais: exploração, opressão e revolução

IV. Universidade, trabalho e movimento docente.

16. Realizar, em 2016, 4 (quatro) encontros de formação, dois no primeiro e dois no segundo semestre.

17. Que as seções sindicais intensifiquem a luta e as atividades contra a terceirização na educação, buscando articulação com entidades dos trabalhadores técnico-administrativos e terceirizados e dos estudantes.

18. Lutar para que reitorias e conselhos superiores se manifestem contrariamente às terceirizações.

19. Continuar promovendo atividades como encontros e seminários (locais, regionais e nacionais) sobre as formas de organização sindical dos docentes no contexto da multicampia, intensificando a discussão no GTPFS, a partir dos debates ocorridos nos setores, nas regionais e no seminário sobre questões organizativas do ANDES-SN.

20. Promover seminário nacional sobre multicampia no interior do Paraná, organizado pela SINDUTFPR e ADUNICENTRO.

Recomendação: *Construir, a partir das seções do ANDES-SN, plenárias unificadas de base (estudantes, professores, técnico-administrativos e terceirizados) ou outras formas de organização contra a terceirização e a precarização da educação*

TR - 11

O 61º CONAD delibera:

- 1.** Lutar contra o PLP 257/2016, na perspectiva da mais ampla unidade da classe trabalhadora, em especial dos trabalhadores dos serviços públicos (das esferas federal, estadual e municipal) e do setor privado.
- 2.** Intensificar a luta contra as terceirizações, defendendo o concurso público para o ingresso no serviço público e a garantia de todos os direitos trabalhistas e previdenciários aos trabalhadores terceirizados, com isonomia salarial para trabalho igual enquanto houver terceirização.
- 3.** Envidar esforços de construção de um amplo polo classista e de resistência, com centrais sindicais, sindicatos e movimentos populares, para enfrentar o agravamento dos ataques aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.
- 4.** Atuar na construção de uma greve geral, intensificando, junto à CSP-CONLUTAS e Espaço Unidade de Ação, nessa perspectiva, a articulação e as lutas com as demais centrais sindicais e outras entidades e organizações sindicais e populares.
- 5.** Articular ações, com a CSP-Conlutas, a Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas e outras organizações, com vistas à comemoração dos 100 anos da Revolução Russa e dos 50 anos da morte de Che Guevara, em 2017.

TEXTO 12

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS PARA ENFRENTAR O APROFUNDAMENTO DA CONTRARREFORMA DO ESTADO E SEUS IMPACTOS NAS POLÍTICAS DE SEGURIDADE SOCIAL

TEXTO DE APOIO

O cenário que ora enfrentamos reitera o que já havia desenhado a política de conciliação dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), que era a de manter e de ampliar alternativas confiáveis para o capital. Os primeiros meses de 2016 foram marcados pelo aprofundamento das medidas de ajuste fiscal adotadas pelos governos das três esferas, multiplicando ações no sentido de responder à crise internacional.

A agenda do capital para a previdência, expressa, desde o primeiro governo Dilma, sob a forma de medidas fragmentadas, mas não menos regressivas para os direitos dos trabalhadores, como as Leis nº 13.135 e nº 13.134, adquire ainda mais organicidade nas proposições da “Agenda Brasil” em 2015 e do projeto do governo peemedebista de Temer “Uma Ponte para o Futuro” em 2016.

Medidas já anunciadas como a da desindexação dos benefícios de assistência social, a exemplo do Benefício de Prestação Continuada, se estendem ao conjunto dos benefícios previdenciários. Os hoje cerca de 70% de beneficiários que recebem um salário-mínimo com reajuste de suas aposentadorias e pensões pelo mesmo índice do Salário-Mínimo passariam a ter uma correção arbitrada pelo poder legislativo e atrelada ao ajuste fiscal, resultando na progressiva redução de seus proventos.

Sob a argumentação falaciosa do déficit da previdência, o conjunto de medidas apresentadas inclui aumentar o tempo de vida dedicado ao trabalho e diminuir o tempo de vida dedicado à aposentadoria, com base na proposta de que a idade mínima não seja inferior a 65 anos para os homens e 60 anos para as mulheres, com a previsão de aumento progressivo futuro na dependência de dados demográficos. Para os trabalhadores do campo, historicamente mais penalizados, sobretudo em decorrência da ausência de direitos trabalhistas e das péssimas condições de trabalho, análogas ao trabalho escravo, há a proposição de também aumentar o tempo de trabalho.

O projeto ainda em tela é aquele das classes dominantes para enfrentar a crise colocando o ônus, mais uma vez, na conta dos trabalhadores, em continuidade às medidas já infligidas pelos governos petistas. Exemplo concreto é o Projeto de Lei Complementar nº 257 (PLP 257/2016), que apresenta elementos referentes à previdência dos servidores públicos, com destaque para o aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos de 11% para 14% e a adoção da previdência complementar/fundos de pensão nos estados e nos municípios. O PLP propõe que o refinanciamento das dívidas de estados e municípios com a união esteja condicionado a um conjunto de medidas que promovem o desmonte do serviço público com retirada dos direitos dos seus trabalhadores.

As imposições aos estados e municípios incluem a instituição do regime de previdência complementar nos estados e municípios, a que se referem os parágrafos 14, 15 e 16 do art. 40 da Constituição, nos casos em que ainda não tenha sido aprovada legislação

nesse sentido. Portanto, um processo no qual a apropriação do fundo público para a reprodução do capital vem combinando a retirada de direitos dos trabalhadores com a ampliação dos espaços de reprodução do capital, sobretudo em sua dimensão financeirizada, a partir da implementação da previdência complementar.

Sobre as deliberações do 35º Congresso do ANDES-SN de combate à ofensiva da FUNPRESP, com destaque para a adesão compulsória, Lei nº 13.183 de 2015, propusemos, em conjunto com entidades dos SPF, organizar a ação jurídica pela declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 13.183 de 4/11/2015 (inscrição automática ao Funpresp), implementada pela ADIN 5502 na data de 19 de abril de 2016. Posteriormente, o ANDES-SN ingressou como Amicus Curiae na referida ADIN.

Entretanto, é necessário mantermos a mobilização junto aos docentes que ingressam nas IFE, pois a atuação da FUNPRESP se mantém e se atualiza, agora com a campanha de adesão dos docentes antigos à FUNPRESP.

As contínuas ações dos três poderes – executivo, legislativo e judiciário – têm traduzido o quadro político e a necessidade de fortalecimento e o ascenso das lutas dos trabalhadores com o objetivo de barrar a retirada de direitos. Por essa razão, a articulação com outras entidades para barrar mais essa etapa da contrarreforma previdenciária, visando a manutenção e a ampliação dos direitos, é mais que urgente.

O ANDES-SN participa, em conjunto com diversos movimento, da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência, compreendida como mais um espaço de articulação que deve ser acompanhado da mobilização e da ocupação das ruas pelos trabalhadores do setor público e privado.

Saúde do trabalhador docente e o processo de conscientização sobre a precarização e a intensificação do trabalho docente

A política educacional, em particular do ensino superior, técnico e tecnológico, e a política de Ciência e Tecnologia, forjadas sob a perspectiva neoliberal a partir da década de 1990, aprofundam a submissão do trabalho docente à lógica produtivista e meritocrática que resulta na intensificação do trabalho docente e na ampliação da heteronomia. Na última década, a relação entre a precarização do trabalho e os processos de adoecimento tem sido tema presente nos debates sobre condições de trabalho nas IES, motivando a um conjunto de ações por parte do ANDES-SN.

As demandas relacionadas à saúde do trabalhador docente se tornam, portanto, elemento essencial do Plano de Lutas do Movimento Docente e pauta do GTSS/A, que, a partir de 2013, indica como necessária a realização de uma pesquisa sobre adoecimento docente seus determinantes entendida como instrumento de conscientização e luta.

A experiência acumulada pela APUFPR e SEDUFSM na realização da pesquisa, assim como as dificuldades de implementação por parte de algumas Seções Sindicais, que demonstravam interesse em desenvolvê-la, foram objeto de intenso debate no GTSS/A, resultando na indicação de aprofundamento sobre as estratégias de implementação da pesquisa em eventos regionais do sindicato, nos quais seria possível compartilhar essas experiências e subsidiar as Seções Sindicais para a sua realização.

Cumprindo as deliberações do 34º Congresso do ANDES-SN e 60º CONAD, realizamos duas Oficinas da Pesquisa sobre Saúde e Adoecimento Docente (novembro de 2015 em Curitiba e abril de 2016 em Feira de Santana-Bahia). A realização das duas oficinas resultou na elaboração de uma cartilha, cujo objetivo será o de facilitar a

implementação das pesquisas nacionais pelas Seções Sindicais, no sentido de investir politicamente no debate das condições de trabalho da categoria docente.

A luta do ANDES-SN em unidade com os movimentos sociais para enfrentar um novo patamar de ataques ao Sistema Único de Saúde

O direito à saúde, fruto de uma luta dos movimentos sociais na década de 1980, ainda que inscrito na Constituição Federal de 1988, vem sendo desconstruído na prática a partir de uma combinação entre subfinanciamento do sistema público de saúde, prioridade para as parcerias público-privadas e garantias para o crescimento da saúde suplementar. Esse processo de privatização se intensificou, na última década, com a aprovação da Lei nº 13.097 de 2015, que autoriza a abertura ao capital estrangeiro na oferta de serviço de saúde, e a PEC 451 2014, que propõe a obrigatoriedade da oferta de plano de saúde por parte dos empregadores como “garantia fundamental”. Assim, objetiva transformar o direito à saúde em mercadoria e inscrevê-la no processo de mundialização financeira.

Tais medidas não são suficientes para as garantias que o capital demanda. A ampliação da Desvinculação das Receitas da União (DRU) de 20% para 30%, proposta pelo Poder Executivo em 1º de julho de 2015 (PEC 87 de 2015), segue na pauta do atual governo. Tal alteração da constituição irá reduzir em 30% o orçamento constitucional da saúde, da educação e dos demais investimentos sociais.

A cartada final do capital para a destruição do Sistema Único de Saúde (SUS), cujo desmonte progressivo vem se dando desde Fernando Henrique Cardoso, foi apresentada recentemente pelo governo Temer, que propôs retirar da CF a concepção do direito à saúde como um direito universal, retomando, na essência, a agenda do Banco Mundial para a saúde no Brasil.

VII – POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 35º CONGRESSO delibera:

- 1. Unificar a luta dos docentes e dos demais trabalhadores em defesa da Previdência Pública e Estatal sob regime de repartição, do direito à aposentadoria integral e contra a privatização da Previdência, lutando também pela revogação das Leis nº 13.134/2015 e nº 13.135/2015.*
- 2. Estabelecer um calendário para realização de dossiê sobre a situação das aposentadorias nas três esferas (federal, estadual e municipal), coordenado pelo GTSS/A.*
- 3. Organizar, conjuntamente, ação jurídica do ANDES-SN e demais entidades dos Servidores Públicos Federais pela declaração de inconstitucionalidade da inscrição automática ao Funpresp (Lei nº 13.183 de 04/11/2015).*
- 4. Desenvolver análise jurídica, política e econômica sobre a Previdência Complementar nos estados e municípios para os Servidores Público, para subsidiar ações de combate à privatização da Previdência nos estados.*
- 5. Propor às outras entidades dos trabalhadores a organização de um Fórum em Defesa da Previdência Pública e Estatal.*
- 6. Intensificar a luta pelo direito à aposentadoria integral para os novos servidores e pelos direitos dos aposentados e pensionistas, adotando uma agenda de mobilização, com encontros regionais e estaduais, centrada na mobilização de base, unificando ativos, aposentados e pensionistas de todos os setores (federais, estaduais e municipais).*
- 7. Intensificar a luta contra o Funpresp e os fundos de pensão nos estados e municípios.*
- 8. Organizar ação jurídica nacional (também para os estados e municípios onde isso ocorrer) com o objetivo de impedir os empregadores estatais de fornecer para bancos, previdências privadas,*

seguradoras, Fundos de Pensão e, especialmente, para a FUNPRESP, os dados dos trabalhadores sem sua expressa autorização.

9. Organizar de forma articulada com os setores da classe trabalhadora a resistência às novas etapas da contrarreforma da previdência.

10. Analisar os impactos do PL 4251/2015 sobre as questões de aposentadoria, pautando nos GTSS/A.

11. Recomendar às seções sindicais a ampliação da representatividade dos aposentados nas atividades sindicais e no Andes-SN, visando o fortalecimento do GTSS/A.

12. Intensificar a lutar pela aprovação da PEC 555/06.

13. Intensificar a luta e exigir do MPOG o restabelecimento do direito previsto no artigo 192 da Lei n. 8112 para aqueles docentes que se aposentaram até a publicação da Lei 9527/97, revogando os efeitos da Nota Técnica MPOG 188/2012.

14. Que as seções sindicais realizem levantamento das seguintes informações: a) os processos de adesão das IFES à EBSEERH; b) os contratos realizados entre a EBSEERH e as IFES; c) os contratos realizados entre a EBSEERH e as empresas privadas; d) os problemas vivenciados pelas IFES que aderiram à EBSEERH. Após o levantamento destas informações, o ANDES-SN deve produzir, em 2016, um dossiê, cartilha ou material correlato com descrições e análises de fatos, mobilizações, fotos, vídeos etc, avaliando o impacto da assistência e na formação dos profissionais da saúde, o modelo de gestão, a política de gratificação e as práticas de controle social.

15. Realizar seminário para divulgação do dossiê sobre a privatização dos Hospitais Universitários via EBSEERH, convidando os movimentos que lutam por saúde e educação públicas para participarem do Seminário.

16. Realizar seminário para divulgação do dossiê sobre a privatização dos HU via EBSEERH, convidar os movimentos que lutam por saúde e educação públicas para participarem do Seminário.

17. Intensificar a luta em defesa do Sistema Único de Saúde, na perspectiva da garantia dos serviços públicos gratuito de saúde de qualidade e contra todas as formas de precarização da saúde (EBSEERH, Fundações Estatais de Direito Privado e Organizações Sociais) em articulação com as entidades sindicais dos trabalhadores federais, estaduais e municipais do SUS e com a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde.

18. Lutar pela revogação da lei da EBSEERH, pela dissolução da EBSEERH e pela revogação dos contratos existentes e contra a ampliação de sua ação que promove a adesão dos demais hospitais vinculados ao SUS.

19. Realizar o VI Encontro Nacional de Saúde do Trabalhador Docente, no 1º semestre de 2016, em Salvador.

20. Lutar, em articulação com as entidades sindicais dos trabalhadores federais, estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde, contra a PEC 451/2014, contra a entrada de capital estrangeiro nos serviços de assistência à saúde previsto na Lei nº 13.097/2015 (revogação do artigo 142, que altera a Lei nº 8080/1990).

21. Que as seções sindicais participem do 2º Encontro de Saúde do Trabalhador, da Central Sindical e Popular - Conlutas, que será realizado nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 2016, em Divinópolis (MG).

22. Construir uma cartilha de orientação para as seções sindicais para a realização da Pesquisa sobre Saúde Docente, da qual constem:

a) instrumento de avaliação mínimo padronizado e construído nacionalmente, com as adaptações acordadas nas Oficinas Interregionais I (Curitiba 2015) e II (Salvador 2016, a ser realizada) do ANDES-SN sobre Saúde e Adoecimento;

b) orientações sobre a metodologia a ser seguida na realização da Pesquisa.

23. Remeter para a II Oficina interregional de saúde docente, com o objetivo de subsidiar o debate e a elaboração da cartilha de orientação, os seguintes elementos:

a) elaboração de um projeto contendo: escopo da pesquisa, objetivos gerais e específicos, hipóteses, levantamento bibliográfico, casuística e método de coleta de dados.

b) construção de amostra estratificada, com 15% do total de docentes ativos e substitutos, tendo por base os seguintes critérios: sexo, carreira, regime de trabalho, setor de lotação e titulação.

c) garantia, por sorteio, da aleatoriedade da amostra.

- d) envio de carta-convite para cada docente, antes da realização do sorteio, colocando a possibilidade de recusa em participar da pesquisa, e indicando endereço eletrônico para a resposta.*
- e) garantia de que a aplicação do Instrumento de Avaliação seja por entrevista pessoal com o sorteado, no cumprimento de um dos objetivos da pesquisa, que é estimular os docentes a falar sobre o tema.*
- f) organização prévia de um grupo de aplicadores e coordenadores da pesquisa para: preparo teórico (estudos de textos-base), conhecimento do histórico da pesquisa, apropriação dos instrumentos e cuidados na aplicação, formas de abordagem dos entrevistados, treinamento para entrada de dados no sistema eletrônico.*
- g) garantia de que a equipe de aplicadores seja composta de docentes militantes da Seção Sindical e de estudantes com interesse no campo da Saúde do Trabalhador.*
- h) caso se considere a submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da instituição, observação de pontos em geral solicitados, como: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Termo de Confidencialidade (dos aplicadores), Declaração de publicização dos resultados, Declaração de Uso Específico do material e/ou dados coletados, análise de mérito (por docente pesquisador) e Declaração de Concordância da seção sindical de parceria na pesquisa.*
- i) implementação de processo de informação da base docente, previamente à aplicação, explicando os motivos da pesquisa e a forma da aplicação.*
- j) em caso de algum docente sorteado se recusar ou não poder participar da pesquisa, realização de novo sorteio, respeitando-se a estratificação.*
- k) digitação do material coletado em uma base de dados para posterior análise. O uso da plataforma EPI INFO é adequado devido a sua gratuidade e ao fato de a base de dados por ela gerada poder ser utilizada por diversas ferramentas computacionais.*
- l) divulgação ampla dos resultados da pesquisa, suscitando o debate e o enfrentamento coletivo de situações de adoecimento docente.*

TR – 12

O 61º CONAD delibera:

- 1.** Intensificar a luta em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), de forma articulada com os movimentos sindicais e sociais contra o fim da universalização do direito à saúde e a ampliação do subfinanciamento do sistema público de saúde.
- 2.** Publicar a Cartilha de Orientação para a realização da Pesquisa sobre Saúde e Adoecimento Docente, no segundo semestre de 2016.
- 3.** Articular a luta contra o PLP 257/2016 com os trabalhadores do serviço público das três esferas – federal, estadual e municipal.



Diretoria do ANDES-SN

ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA EDUCACIONAL

TEXTO DE APOIO

O 61º CONAD ocorre em um momento em que o Brasil está imerso em graves problemas econômicos, políticos, sociais e éticos. O governo de conciliação de classes dirigido pelo Partido dos Trabalhadores (PT) ruiu com a abertura de um processo de impedimento da presidente da república, que está afastada por 180 dias do cargo. O país está sendo dirigido por um governo de transição que desde a constituição do ministério

já deixou muito claro o aprofundamento do conservadorismo no Brasil. As primeiras medidas anunciadas revelam uma opção clara pelo mercado em detrimento dos interesses sociais.

A política educacional do governo afastado demonstrou-se incapaz de reverter os graves problemas da educação pública. O *slogan* adotado no segundo mandato, inconcluso, da presidente, foi “Pátria Educadora”. Contudo, o que se assistiu nos últimos anos foram cortes de recursos financeiros para o setor público e aumento de recursos para o setor privado, desvalorização dos professores, desestruturação da carreira, precarização do trabalho docente, corte de bolsas de mestrado e de doutorado, diminuição das bolsas do PIBID, e sua descaracterização, suspensão do PARFOR, diminuição de bolsas do Programa Ciências sem Fronteiras, dentre outras ações nefastas.

A relação do governo com ONG, tais como Todos pela Educação e outras que veem a educação como um negócio, tem feito surgir de forma intensa as parcerias público e privada, traduzidas na educação básica por contratos com empresas educacionais que passam, com recursos públicos, a gerenciar escolas, como é o caso, por exemplo, da Fundação Ayrton Senna. As Organizações Sociais (OS) vêm assumindo nos estados a gestão das escolas públicas, responsabilizando-se pelas questões administrativas e pedagógicas, como formação continuada de professores, metodologia a ser adotada no processo ensino-aprendizagem, e os livros didáticos a serem utilizados que passam a ser responsabilidade exclusiva desse tipo de organização.

No ensino superior, essas parcerias destacam-se pela aprovação do marco legal do Código de Ciência e Tecnologia e Inovação Lei nº 13.242 de janeiro de 2016, do financiamento das empresas privadas nas pesquisas realizadas no interior das universidades, pelas bolsas atribuídas aos pesquisadores e pela flexibilização da Dedicção Exclusiva.

As perspectivas privatizantes serão ainda adensadas caso sejam aprovados o Projeto de Lei do Fundo Patrimonial 4643 de 2012 e a PEC 395 de 2014.

Ressalte-se ainda que o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, Lei nº 13.005 de 2014, deixa claro que os recursos para a educação serão destinados ao ensino público e privado, ao colocar na letra da lei (§4º do art. 5º) que esses “investimentos” abrangem o PRONATEC, o PROUNI, o FIES e as Creches Comunitárias. Dessa forma, os 10% do PIB indicados para 2024, caso sejam alcançados, não serão exclusivos para o ensino público.

Os ataques à educação pública cresceram nos últimos anos, havendo uma intensificação na apresentação, por parte do Executivo e do Legislativo, de propostas que aprofundam a mercantilização e a privatização da educação. Enquanto, por exemplo, são cortadas as verbas para a educação (em 2015 o valor foi na ordem de 11 bilhões de reais, e no primeiro trimestre de 2016 já foram contingenciados 6 bilhões de reais), os programas que beneficiam o setor privado vêm crescendo. O FIES, em 2015, desembolsou R\$ 12,5 bilhões para o financiamento de estudantes de instituições privadas para cursarem o ensino superior. Em 2016, segundo previsão da Receita Federal, o governo brasileiro deixará de arrecadar R\$ 1,27 bilhão em impostos, para, também, custear vagas em instituições privadas por meio do PROUNI. Isso significa que, enquanto são retirados recursos das instituições públicas, aumentam os recursos para as instituições privadas, o que caracteriza de forma clara a opção do governo Dilma em matéria de educação.

Os estados da federação vêm sofrendo cortes em montantes de recursos financeiros consideráveis, trazendo prejuízos para a educação, tendo já ocorrido cortes e parcelamentos de salários, suspensão de concursos, dentre outras medidas restritivas, o

que vem ocasionando paralisações e greves em diferentes instituições estaduais de educação superior. Fatos que tendem a um agravamento, na medida em que o ajuste fiscal se acentuará conforme está sendo anunciado pelo governo provisório.

O “novo-velho” governo, seguindo a cultura de distribuir os ministérios por critérios políticos, nomeou, para o agora Ministério de Educação e Cultura, um privatista, que designou para a secretária executiva um quadro do PSDB, vinculado ao Banco Mundial, assim como assumiu a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação do Ensino Superior um dos diretores de um grupo empresarial-educacional, trazendo à superfície, novamente, uma equipe que colocará em prática um plano de educação que se distanciará ainda mais do projeto de educação classista e democrático que o Sindicato defende.

O ANDES-SN, em atendimento às decisões congressuais, vem analisando e produzindo material sobre Resoluções emanadas do Conselho Nacional de Educação, projetos que circulam no Congresso Nacional e que ferem os princípios defendidos pelo Sindicato, tais como a gratuidade e a autonomia da educação.

Por meio do GTPE, foram analisados e publicados, em uma Cartilha denominada “Projeto do Capital para a Educação: análise e ações para a luta”, a proposta do MEC de Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação básica; o PL 867 de 2015 que propõe incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional o “Programa Escola sem Partido”; a PEC 10 de 2014 que pretende alterar a CF para a criação do Sistema Único de Educação Superior Pública. O material de análise está disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-1284030136.pdf>.

Seguindo as análises das políticas educacionais em curso, o GTPE produziu documentos contendo reflexões críticas sobre a Resolução nº 2 do CNE, de julho de 2015, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica; sobre o PL 6.114 de 2009 que institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica (ENAMEB); e sobre o Decreto 8.752/16 de maio de 2016 que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica e que traduzem as preocupações e os desacordos do Sindicato em relação a essa formação.

Toda a análise desse material publicado pelo ANDES-SN aponta para uma consolidação de um projeto educacional de caráter privatizante, instituindo uma agenda neoconservadora que evidencia o obscurantismo que se quer implementar na educação, cerceando a liberdade de pensamento e de expressão, em uma tentativa de alterar o papel precípuo da educação e da escola, que deve ser a formação de pessoas críticas as quais contribuam efetivamente para a transformação da sociedade.

O governo federal tem privilegiado políticas voltadas para a formação de pessoal, acenando no Decreto 8.752/2016 com a Residência Docente, o que vem colidir com a proposta apresentada no PL 6.114/2009 que indica a criação da Residência Pedagógica.

Para além da iniciativa de produção crítica dessa política, o ANDES-SN tem realizado ações internas de enfrentamento e de articulação com outras entidades alinhadas com o projeto de educação historicamente defendido. O Comitê em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública, Já! tem sido um espaço fundamental dessa articulação, e, nesse sentido, o II ENE reveste-se de importância estratégica, seja para a elaboração do projeto de educação classista e democrática, seja para a definição de ações concretas, por meio de uma Agenda de Lutas. Os resultados do II ENE, construídos a partir dos encontros preparatórios, serão apreciados nesse CONAD e, com certeza, nos armarão com as ferramentas necessárias à resistência contra a destruição da educação pública,

bem como para continuarmos seguindo na elaboração de um projeto de educação que sirva aos interesses da transformação social e da emancipação humana.

O ANDES-SN já se manifestou contrário aos PL 867 de 2015 (Escola sem Partido) por diferentes meios, tais como: InformAndes, Cartilha “Projeto do Capital para a Educação: análise e ações para a luta” e Reuniões do GTPE. Contudo, é preciso continuar essa luta em função das ações que os estados e os municípios estão desenvolvendo, com o objetivo de aprovar, nesses âmbitos, legislações semelhantes, que buscam tolher a livre expressão e a liberdade de pensamento, além da retirada dos termos “gênero”, “orientação sexual” dos planos estaduais e municipais de educação.

II - POLÍTICA EDUCACIONAL

O 35º CONGRESSO delibera:

- 1. Dar ampla divulgação do Caderno 26 do ANDES-SN para a categoria, às entidades sindicais, às acadêmicas, às institucionais, aos movimentos sociais ligados à educação (comitês locais em defesa da educação pública) e na mídia.*
- 2. Que as seções sindicais promovam debates, utilizando o Caderno 26 do ANDES-SN como referência, sobre os documentos Pátria Educadora, PEC 395/14 e do PL 4372/12.*
- 3. Reafirmar posição contrária à aprovação do PL 518/2009 que transfere a educação superior para o Ministério de Ciência e Tecnologia.*
- 4. Lutar contra a aprovação da PEC 10/2014.*
- 5. Produzir material sobre a PEC 10/2014 que propõe a criação do Sistema Único de Educação Superior Pública, tendo como parâmetro a luta por um Sistema Nacional de Educação.*
- 6. Lutar contra a aprovação do PL 867/2015 (Programa Escola sem Partido) e demais projetos de lei a ele apensados, bem como os projetos de leis similares nos estados e municípios.*
- 7. Produzir materiais que denunciem os efeitos nocivos do Programa Escola sem Partido para a liberdade de expressão e manifestação,*
- 8. Articular ações com outras entidades sindicais, estudantis e científicas para barrar a aprovação do PL 867/2015.*
- 9. Lutar contra a aprovação do PL 4643 de 2012 que propõe a criação, nas IFES, do Fundo Patrimonial e construir na base as condições de luta.*
- 10. Lutar contra a assinatura, pelo governo brasileiro, do Trade in Services Agreement (TISA), que visa regulamentar a educação como serviço.*
- 11. Articular ações com outras entidades sindicais, estudantis e científicas contra a assinatura do TISA.*
- 12. Intensificar a luta contra o crescente mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e a ressignificação do caráter público da educação que estão presentes no PNE (2014-2024) e nos diversos projetos que tramitam no Congresso Nacional, nas leis já aprovadas e nos programas e ação do governo em andamento.*
- 13. Apresentar o estudo aprovado no 34º Congresso do ANDES-SN sobre a crescente transferência do fundo público para o setor privado, em especial via FIES, PROUNI, PRONATEC, PRONACAMPO e BNDES, até o 61º CONAD.*
- 14. Incorporar a discussão sobre o PL 867/2015 (Programa Escola sem Partido) e demais projetos de lei a ele apensados nos encontros preparatórios e no II ENE.*
- 15. Que as secretarias regionais envidem esforços juntos às seções sindicais para a realização de discussão sobre estes projetos.*
- 16. Que as secretarias regionais e as seções sindicais, em conjunto com as demais entidades representativas dos trabalhadores e dos estudantes e oposições sindicais e estudantis no campo classista, constituam os comitês estaduais em defesa da educação pública e fortaleçam os já existentes.*
- 17. Que as secretarias regionais e as seções sindicais, em conjunto com demais entidades representativas dos trabalhadores e dos estudantes, realizem os encontros preparatórios até abril de 2016, tendo como*

referencia todo o material produzido pelo Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já!.

18. Participar do II Encontro Nacional de Educação, no período de 16 a 19 de junho de 2016, em Brasília (DF), organizado pelo Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já!, envidando esforços para o envio de sindicalizados e de caravanas com demais trabalhadores e estudantes.

19. Defender no II ENE a elaboração de uma agenda de lutas em defesa da educação pública, organizada pelo Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já e articulada com demais entidades representativas dos trabalhadores da educação e do movimento estudantil.

20. Aprofundar as discussões e análises no GTPE e nas Seções Sindicais, quando possível em articulação com as entidades nacionais e locais da área da educação, acerca da política de formação de professores materializada na Resolução 02/2015 – CNE/CP, que privilegia a mercantilização da educação e aprofunda a desvalorização do magistério.

21. Desenvolver ações políticas e jurídicas (articuladas com outras atividades nacionais) que fortaleçam a luta para barrar e revogar tanto a política de formação de professores expressa na Resolução n. 02/2015 – CNE/CP quanto à política de reforma curricular da educação básica, materializada na proposta de uma Base Nacional Curricular Comum (BNCC), de iniciativa do MEC e denunciando seu caráter tecnicista e pragmático sintonizado com os interesses imediatos do mercado e em detrimento aos interesses de formação humana da classe trabalhadora.

22. Que o ANDES-SN, somando-se a outras associações e entidades, refute publicamente a versão preliminar da BNCC, elencando os pontos gerais da proposta contrários às deliberações do ANDES-SN, denunciando a falta de debate real e efetivo sobre a questão, bem como a preocupante modificação dos rumos da educação básica brasileira, inserida ao longo do documento do MEC.

23. Que o ANDES-SN, sob a coordenação do GTPE, aprofunde as reflexões (gerais e específicas) sobre os elementos contidos na versão preliminar da BNCC.

24. Publicar nota crítica do ANDES-SN sobre a proposta de BNCC apresentada pelo MEC.

TR - 13

O 61º CONAD delibera:

1. Lutar contra o PL 6.114 de 2009 (Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica) com ações articuladas pelas seções sindicais junto aos comitês estaduais, outras entidades sindicais e acadêmicas e com ampla divulgação do material produzido sobre a matéria no âmbito do GTPE.

2. Reafirmar a defesa pelo ANDES-SN da autonomia e da democracia interna das instituições de educação, em especial à avaliação e à promoção/progressão na carreira que deve ser mediada por critérios que envolvam condições de trabalho e de estudo construída por aqueles que integram o processo educacional.

3. Posicionar-se contra o Decreto 8.752/16 de 10 de maio de 2016 que institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica e lutar contra seus efeitos deletérios na educação.

4. Analisar os documentos que visam criar a residência docente/educacional/pedagógica (Projeto de Lei do Senado nº 227/2007; Projeto de Lei do Senado nº 284/2012, transformado em PL 7552/2014 na Câmara dos Deputados; PL 5054/ 2016 da Câmara dos Deputados, oriundo do Projeto de Lei do Senado nº 6/2014).

5. Debater e deliberar sobre os encaminhamentos do II ENE, no sentido de fortalecer a construção de um projeto classista e democrático de educação e a agenda de lutas em defesa da educação pública.

6. Enfrentar, em conjunto com os comitês estaduais em defesa da educação pública, as diferentes versões estaduais e municipais do projeto Escola sem Partido, bem como a desconstrução da chamada “ideologia de gênero” e a retirada dos termos “orientação sexual”, “gênero”, entre outras, dos planos estaduais e municipais da educação.

TEXTO 14

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE QUESTÕES AGRÁRIAS, URBANAS, AMBIENTAIS

TEXTO DE APOIO

Ao longo do tempo e das lutas, o ANDES-SN vem acumulando, do GTPAUA, elementos teóricos e políticos sobre as temáticas de política agrária, urbana e ambiental, como um cenário em que também se dão os conflitos presentes na sociedade, marcado pelo jogo de forças e de interesses que disputam o controle do Estado.

O debate das questões agrárias, urbanas e ambientais, por estarem, também, no centro da movimentação dos projetos políticos (política energética, agronegócio, política de inovação tecnológica) vinculados à produção econômica orientada pela expansão do capital, mais do que nunca precisa avançar. Embora, o aprofundamento da concentração e da centralização da riqueza produzida tem avançado em detrimento do conjunto da população trabalhadora e dos grupos sociais historicamente oprimidos – indígenas, quilombolas, caiçaras. Sobretudo, impondo à maioria da população uma gama de dificuldades, principalmente pela intensificação de níveis alarmantes de desigualdades. Nesse sentido, há de se considerar que, nas últimas décadas do século XX e nas primeiras do atual século, as populações tradicionais de quase todas as partes do mundo vêm sofrendo pressões e têm sido alvo de processos de desterritorialização, de violação da sua cultura, de agressões físicas e morais, que atingem, em última instância, o seu caráter identitário e o seu modo de vida. Portanto, nesse contexto, os projetos políticos capitaneados pelo governo federal, governos estaduais e municipais, vêm retroalimentando a pressão e a intervenção, direta ou indireta, do grande capital sobre o Fundo Público, assim como seus desdobramentos aos espaços sociais e ambientais como um todo.

No Brasil, como no restante do mundo, um conjunto de conflitos sociais é materializado por meio da coação, da expulsão e das violências cometidas à população tradicional (execução de indígenas, e ações contra a demarcação de terras dos povos originários) que esteja no caminho dos megaprojetos, da especulação imobiliária, do agronegócio e dos projetos de cidades voltadas para a remuneração do capital. Soma-se a isso a flexibilização das legislações ambientais (código florestal, código de mineração, legislação de liberação dos produtos geneticamente modificados e dos agrotóxicos, que hoje são consumidos a uma taxa de cinco litros por ano para cada brasileiro/a), que colocam em grave risco os ecossistemas originais e a biodiversidade, a produção de alimentos saudáveis, assim como a vida nas cidades, no campo e nos territórios florestais e seus biomas. No sentido de dar curso ao enfrentamento dessas questões, é indispensável a ampliação da discussão e da organização política das lutas urbanas e rurais alinhada aos movimentos sociais e aos sujeitos diretamente atingidos.

A contínua ofensiva burguesa que segue envolvendo a cidade retrata a face do sequestro do espaço urbano, no sentido de atender às necessidades do mercado. Assim, sob a égide do sistema capitalista de produção, as elites se impõem de forma quase hegemônica, tanto sob o aspecto econômico-territorial quanto pelos aspectos legais e jurídicos, avançando à manutenção e à ampliação da propriedade privada e, sobretudo, quando reforçada pelo aparato legal que regula o processo fundiário.

No curso da retirada de direitos da população, em atendimento ao setor industrial nacional e internacional, que já se faziam marcar a partir da política energética, ambiental e industrial – Marco da Biodiversidade, Código de Mineração, Código Florestal, PEC 215/2000, Marco Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – um outro conjunto de ataques (que já vinham avançando no Congresso Nacional) é apresentado em outras iniciativas legislativas, como: PEC 65/2012 – fragiliza os instrumentos de concessão de licenças ambientais no sentido de facilitar o processo exploratório do solo e do subsolo – aprovada na Comissão de Constituição e Justiça em abril de 2016, tendo como relator o senador Blairo Maggi (conhecido como rei da soja). Nesse sentido, em exercício de “abstração” do horizonte dos efeitos da PEC 65/2012, podemos considerar que na atual legislação ambiental, mesmo limitada, fomos impactados com rompimento da barragem do Fundão – Mariana (MG), um dos maiores desastres ambientais na América Latina e no Mundo. Assim, imaginemos o quadro de devastação que teremos com mais essa tentativa de flexibilização do acesso a esses recursos naturais pelo capital.

Tendo como referência a catástrofe que assolou os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, o acordo anunciado no dia 2 de março do presente, entre governos (federal e estadual – MG e ES), Samarco, Vale e BHP Billiton, podemos mensurar o alto grau do descaso oficial com o emblemático crime ambiental de Mariana/Bento Rodrigues, subsidiando a defesa do patrimônio das empresas bem como os reflexos financeiros sobre as mineradoras, e nenhuma preocupação com o meio ambiente ou com as pessoas atingidas pelo desastre presentes de Mariana (MG), e todos aqueles que já vêm sendo denunciados pelos movimentos sociais organizados e nos espaços de pesquisa.

VI - POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

O 35º CONGRESSO delibera:

1. Intensificar a luta nacional e local, em unidade com os demais movimentos sociais, contra a política energética e ambiental imposta pelo governo federal – Código de Mineração, Código Florestal, Marco da Biodiversidade e PEC 215/2000, aprofundando o debate nas seções sindicais e nos encontros regionais do ANDES-SN.

2. Propor que as seções sindicais intensifiquem o debate sobre a política energética e ambiental imposta pelo governo federal – Código de Mineração, Código Florestal, Marco da Biodiversidade e PEC 215/2000, incluindo a questão da exploração das jazidas de xisto betuminoso no Brasil e seus danos ao meio ambiente e à saúde pública.

3. Pautar nos encontros regionais do ANDES-SN debates no formato interregional, em 2016, a política energética e ambiental (Código de Mineração, Código Florestal, Marco da Biodiversidade, Crise Hídrica e PEC 215/2000).

4. Participar das lutas nacionais e regionais em defesa da reforma agrária popular e da soberania alimentar (agroecologia camponesa, agricultura familiar, pesca artesanal) e contra a política de transgenia e agrotóxicos no setor.

5. Integrar o coletivo de movimentos sociais e entidades científicas, que promovem a "Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida";

6. Realizar debate em conjunto com os movimentos sociais sobre o impacto socioambiental na regulamentação dos planos diretores municipais e nas propostas de expansão dos espaços urbanos.

7. Defender, no interior da CSP-Conlutas, a intensificação dos debates sobre as questões socioambientais rurais e urbanas, tais como as problemáticas mineral, hídrica, energética e do agronegócio, que vulnerabilizam territórios no campo e na cidade atingindo povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses entre outros.

8. Colaborar com organizações e movimentos sociais que atuam em direção a outro modelo de cidade, diferente deste baseado na especulação imobiliária, que expropria e remove milhares de pessoas em diversos territórios urbanos no Brasil.

9. Participar das lutas dos trabalhadores/as urbanos/as por trabalho, moradia e mobilidade urbana.

10. Participar das lutas de resistência contra as políticas econômicas geradas pelo poder público com o capital, que implicam em impactos sociais e ambientais, decorrentes de obras para megaeventos, como as realizadas por ocasião dos Jogos Olímpicos de 2016.

TR – 14

O 61º CONAD delibera:

1. Realizar debates por meio das Secretarias Regionais em conjunto com as Seções Sindicais e Movimentos Sociais, que pautem a política energética do país, em seus marcos regulatórios, a partir da defesa do meio ambiente e da vida.

2. Produzir material sobre questões relativas às lutas políticas que envolvem o GTPAUA – Revista Universidade e Sociedade Especial, sobre as temáticas de política agrária, urbana e ambiental.

3. Fortalecer e ampliar as relações com os movimentos que estejam no campo das lutas agrárias, urbanas e ambientais, avançando no acúmulo de informações/dados.

4. Empreender ações em conjunto com as Seções Sindicais, Movimentos Sociais e CSP-Conlutas, pela rejeição da PEC 53/2014 que pretende dar nova redação aos artigos 21 (que trata da Competência da União) e 177 (que define o que constitui monopólio da União) da Constituição Federal, que quebra o monopólio estatal sobre os minerais e os minérios nucleares, e a PEC 65/2012, que fragiliza os instrumentos de concessão de licenças ambientais no sentido de facilitar o processo exploratório do solo e subsolo.

TEXTO 15

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

TEXTO DE APOIO

RESISTIR À LEI Nº 13.243/16 – “MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO”

No início de janeiro deste ano, foi sancionada a Lei nº 13.243/16, denominada “Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação”, que teve elaboração questionável e tramitação célere no Congresso Nacional, em especial durante o turbulento segundo semestre de 2015.

Essa lei, se implantada, trará inúmeras consequências antissociais por ferir o caráter público da Educação, da Ciência e da Tecnologia, das universidades e dos institutos de

pesquisa públicos e trazer sérias avarias nas carreiras e nas condições de trabalho de todos os servidores públicos, entre eles os docentes das IES.

Por essas razões, o ANDES-SN deve implementar um conjunto de ações – por meio de suas Seções Sindicais e Secretarias Regionais – pela revogação dessa lei e, enquanto tal revogação não ocorre, pela não regulamentação/implantação da lei nas IES e nos institutos de pesquisa públicos.

Nesse sentido, o ANDES-SN somou-se a um conjunto de entidades que tomou a iniciativa de articular e de propor o *Movimento pela Ciência, Tecnologia e Inovação*, que teve início com o lançamento, em 19/3/16, na Adunicamp, do Manifesto autoexplicativo reproduzido a seguir.

“MANIFESTO DO 'MOVIMENTO PELA CIÊNCIA E TECNOLOGIA PÚBLICAS'

A sociedade brasileira tem sido submetida a uma agenda regressiva no plano político e social, que se expressa num conjunto de projetos de lei, emendas constitucionais e medidas provisórias que atacam direitos constantes da Constituição de 1988. Este é o caso da imposição de agendas privatizantes ao ensino superior e à pesquisa pública por meio da Lei 13.243/2016, denominada 'Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação'.

Análise criteriosa da referida lei mostra ter sido urdida com a participação de parte da comunidade científica, sobretudo dos ditos 'acadêmicos empreendedores', que somaram forças com empresas privadas na busca de flexibilizar o Complexo Público de Ensino Superior e de Pesquisa Brasileiro, com o objetivo de se apropriarem de maior parcela dos recursos públicos gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

A Lei 13.243/16 permite a criação de Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) como órgãos públicos ou pessoas jurídicas de direito privado 'sem fins lucrativos', inclusive sob a forma de Organizações Sociais (OS), bem como a criação de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) de direito privado no interior das instituições públicas, para o desenvolvimento de atividades de pesquisa. Essas instituições poderão: i) receber recursos públicos dos entes federados e de fundações ditas “de apoio” para a cobertura de todas as suas despesas; ii) usufruir de pessoal especializado (pesquisadores etc.) pagos com recursos públicos; iii) utilizar infraestrutura e recursos públicos em atividades de pesquisa para empresas privadas.

A Lei 13.243/16 implica em mudanças regressivas no Complexo Público de Ensino Superior e de Pesquisa Brasileiro, dentre as quais destacam-se: I. aumento da transferência do fundo público para empresas privadas e a substituição de instituições públicas (estatais) de pesquisa por OS, apontando para a diminuição de concursos públicos para a carreira de professores universitários e pesquisadores; II. docentes e pesquisadores das instituições públicas (estatais) poderão assumir funções de diretores/presidentes de OS que desenvolvam atividades de pesquisa e inovação tecnológica, auferindo rendimentos por atividades realizadas nos setores público e privado. Isso impactará negativamente o trabalho de docência e de pesquisa, principalmente o regime de Dedicção Exclusiva (DE); III. professores e pesquisadores pagos com recursos públicos poderão atuar em empresas, podendo resultar num aparente crescimento das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) como 'inovação', porém tendo em vista interesses privados; IV. o Estado poderá até ampliar seus gastos, ao passo que as empresas tenderão a diminuí-los, uma vez que terão acesso a recursos estatais (financeiros e de pessoal); V. o número de patentes registradas pelas instituições públicas tende a cair, pois o registro passará a ser feito em nome dos envolvidos no processo e das OS a que eles estarão ligados. A fonte de recursos para a manutenção dos registros continuará a mesma, os cofres públicos, enquanto a apropriação dos benefícios será privada. VI. a produção científica e tecnológica pública será direcionada por demandas do mercado, com prejuízos das atividades de C&T em áreas não rentáveis e fundamentalmente nas de ciências básicas e de ciências humanas.

Deve-se salientar, ainda, que a Lei 13.243/16 fere também o princípio constitucional de publicidade, direito de acesso público ao conhecimento gerado pelas Instituições de Ciência e Tecnologia, inclusive prevendo sanções administrativas, civis e penais aos servidores que não aderirem aos acordos firmados nas instituições onde trabalham. Com a implantação dessa Lei, o Estado ficará vulnerável aos interesses particulares, pois os recursos públicos poderão ser apropriados por interesses privados.

As consequências referidas anteriormente nada mais são que a materialização da Reforma do Estado capitaneada por Bresser-Pereira nos anos de 1990, no governo de FHC e levada adiante por sucessivos governos. Segundo essa reforma, a responsabilidade pelos 'serviços sociais e científicos' passa a ser das OS, organizações 'públicas não-estatais'.

Pelo exposto, a Lei 13.243/16 desfecha ataque frontal ao Complexo Público de Ensino Superior e de Pesquisa e representa grave ameaça aos interesses da maioria da sociedade em favor de interesses privados, bem como aponta para a destruição da capacidade nacional de produção de C&T de interesse público.

Faz-se, pois, necessária uma vigorosa mobilização contra esse 'Marco Legal de CT&I' e em defesa da produção científica e tecnológica que responda às necessidades e aos problemas vividos pela maioria da sociedade brasileira.

*Para fazer frente às ameaças que o referido 'Marco' representa, os signatários deste Manifesto convidam os setores organizados da sociedade civil para participarem do **Movimento pela Ciência e Tecnologia Públicas**.*

Signatários: ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior; Asfoc-SN – Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública; CFESS – Conselho Federal de Serviço Social; FASUBRA – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil; FENASPS – Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social; SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica; Fórum das Seis – formado pelas entidades sindicais e estudantis da Unesp, Unicamp, USP e do Centro Paula Souza (Ceeteps); Adunesp – Associação dos Docentes da Unesp; ADunicamp – Associação dos Docentes da Unicamp; ADUSP – Associação dos Docentes da USP; APqC – Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo; APUFPR – Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná; Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS – Seção Sindical do ANDES-SN na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Sinpaf – Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário – Seção Sindical Campinas e Jaguariúna; Sinteps – Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza; Sintunesp – Sindicato dos Trabalhadores da Unesp; Sintusp – Sindicato dos Trabalhadores da USP; STU – Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp; Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida; CSA Brasil – Comunidade que Sustenta a Agricultura; MUDA – Movimento Urbano de Agroecologia, a Comunidade que Sustenta a Agricultura; Mandato do Vereador Paulo Bufalo (PSOL Campinas); Mandato do Vereador Pedro Tourinho (PT Campinas).

Campinas/SP, 19 de março de 2016”

IV - POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O 35º CONGRESSO delibera:

- 1. Reafirmar a defesa de um sistema público de produção científica e tecnológica, com financiamento estatal, priorizando os problemas que atingem a maioria da sociedade brasileira.**
- 2. Reforçar a defesa de investimentos de verbas públicas exclusivamente em políticas e serviços públicos, inclusive quando se tratar de políticas de C&T.**
- 3. Lutar pelo aumento de verbas estatais para a pesquisa básica e tecnológica realizada nas IES públicas e nos institutos públicos de pesquisa.**
- 4. Intensificar o combate a toda forma de privatização do ensino, da pesquisa e dos resultados alcançados em instituições públicas de ensino superior e de institutos públicos de pesquisa.**

5. Desenvolver ações políticas e jurídicas pela revogação da Lei 13.243/2016, que institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, denunciando seus efeitos deletérios para as IES públicas, inclusive sua inconstitucionalidade:

5.1 construção de ações conjuntas com Sinasefe, Fasubra, Asfoc e outros movimentos sindicais, Movimento Estudantil e outras entidades vinculadas ao ensino superior e à produção de C&T contra a implementação da Lei 13.243/2016 nas IES públicas e institutos públicos de pesquisa.

5.2 que as seções sindicais e secretarias regionais desenvolvam ações de conscientização da comunidade acadêmica sobre os efeitos nocivos da Lei 13.243/2016, combatendo sua implementação no âmbito das IES públicas.

6. Publicar um boletim InforANDES Especial até o mês de abril do corrente ano, enfocando a Lei 13.243/2016 e a Emenda Constitucional 85/2015 com o fim de subsidiar o debate nas seções sindicais.

7. Realizar em 2016, com a participação de entidades representativas da Ciência e Tecnologia convidadas pelo ANDES-SN, um seminário nacional sobre a política de C&T no Brasil - financiamento, estrutura, institucionalidade e impactos para as IES públicas - com o fim de produzir estudos e ações e municiar a luta política do ANDES-SN no enfrentamento da privatização e da intrusão da lógica empresarial na produção de ciência e tecnologia.

TR - 15

O 61º CONAD delibera:

1. Impulsionar a luta, por meio das Seções Sindicais e das Secretarias Regionais, contra a Lei nº 13.243/16, “Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (MLCTI)”, promovendo:

1.1 a continuidade da disseminação do InforANDES Especial (maio/16), que contém matérias analíticas sobre a Lei nº 13.243/16;

1.2 a intensificação da divulgação do Movimento pela Ciência e Tecnologia Públicas, incrementando a coleta de assinaturas;

1.3 a realização de um dia nacional de luta contra o “MLCTI”, com atos públicos, debates, seminários etc.

2. Lutar para que a Lei nº 13.243/16 não seja regulamentada e implantada no âmbito dos estados e dos municípios, e no âmbito de cada uma das IES federais, estaduais e municipais:

2.1 acompanhamento da implantação dos conteúdos do “MLCTI” nas IES, denunciando e combatendo as iniciativas de privatização e de precarização do trabalho docente que tais conteúdos promovem.

3. Realizar seminários regionais sobre o “MLCTI”, precedendo o Seminário Nacional que o ANDES-SN realizará no segundo semestre de 2016, produzindo novas matérias analíticas sobre o tema e propostas de ações em resistência ao “MLCTI”, a serem enviados à secretaria do Sindicato até 31/8, que deverão compor os subsídios para discussão no seminário nacional.

TEXTO 16

Contribuição dos(as) professores(as) Bartira Telles Pereira Santos, Benedito Carlos Libório Caires Araújo, Bruna Tavora, Paulo Roberto Felix dos Santos, Saulo Henrique Souza Silva e Yanne Angelim Acioly - sindicalizados da ADUFS-SE; Vinícius C. Santos; Cristiano Ferraz sindicalizados da ADUSB; José Alex Soares Santos, sindicalizado do SINDUECE; Tulio Lopes e Roberto Kanitz, sindicalizados da ADUEMG; Wesley Pinheiro, sindicalizado da ADUFMAT.

AVANÇAR NA REORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA: CONVOCAR O ENCONTRO NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA (ENCLAT)

TEXTO DE APOIO

O processo de reorganização da classe trabalhadora: um balanço necessário

Ao longo dos últimos anos, seja pelas transformações produtivas impulsionadas pelo capital, seja pelas direções sindicais claudicantes, atreladas aos partidos do governo, ou por ambas, o movimento dos trabalhadores tem passado por uma grande crise.

Nas tentativas de superá-la, no campo classista, unitário e combativo, foram realizados esforços que resultaram na formação da CSP-Conlutas e das duas Intersindicais. Por outro lado, e mais recentemente, movimentos sociais, como o MST, têm participado da construção de frentes políticas como a Frente Brasil Popular (FBP) e a Frente Povo Sem Medo (FPsM). O MTST, em 2012, rompe com a CSP-Conlutas e, em 2015, impulsiona com vigor a FPsM. No campo estudantil universitário, temos a Anel, que integra a CSP-Conlutas, e a Oposição de Esquerda da UNE que participa em posições minoritárias nessa entidade nacional. O movimento secundarista não está unificado, assim como também acontece com o movimento dos professores do ensino básico (fundamental e médio). Há também uma miríade de movimentos de luta por moradia, defesa dos direitos das mulheres, LGBTTs, negros, quilombolas, povos originários e de defesa dos direitos humanos.

A CSP-Conlutas nasceu primeiro sob o nome de “Conlutas”, em 2004, e logo depois de uma tentativa de unificação parcialmente frustrada, no Conclat de 2010, passou a se constituir em “CSP-Conlutas”, no mesmo ano de 2010. Importante afirmar que ela ainda se trata de um projeto em construção.

Nas Intersindicais, o processo de sua divisão esteve vinculado a avaliações sobre a participação ou não no Conclat, cujo resultado foi a criação da CSP-Conlutas. Um setor decidiu por participar e outro não. Aquele participante do Conclat, ao final, não se integrou à CSP-Conlutas e se conforma como central sindical, em 2014, cujo nome é “Intersindical - Central da Classe Trabalhadora”. O outro setor, “Intersindical - Instrumento de luta e organização da classe trabalhadora”, continua funcionando como uma plenária de sindicatos.

O Andes-SN, no seu 24º Congresso, em Curitiba, em 2005, decidiu pela desfiliação da CUT (da qual fez parte desde seu 8º Congresso, em 1989) e pela construção de um polo de resistência sindical às reformas do governo do PT. Materializada a ruptura com a CUT, o Andes-SN participou em todo este processo construindo, primeiro, a Conlutas (26º Congresso, 2007), e logo a seguir, a CSP-Conlutas (30º Congresso, 2011). Ao longo deste tempo, o Andes-SN se manifestou por avançar no processo de reorganização e unificação da classe trabalhadora com base em princípios de autonomia

e independência de classe por parte dos trabalhadores com relação aos patrões, governos e partidos políticos.

É válido ressaltar que a CSP-Conlutas vem sendo um importante instrumento na luta dos trabalhadores, na atualidade. Porém, limites precisam ser reconhecidos. Há um problema de longa data, que nos parece estrutural e vem sendo sinalizado em várias instâncias de nosso sindicato, que é o hegemonismo de uma força política. Isto dificulta enormemente o nosso trabalho na central (isto, o enraizamento da nossa base na central).

Tal fato ficou patente no último período quando a luta política se tornou mais tensa e intensa, com os episódios dos atos do 1º de abril e 1º de maio aprovados por maioria na reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas. A realidade mostrou que tais decisões foram amplamente equivocadas. No âmbito de nossa categoria, a maior parte da base do Andes-SN rechaçou-as e não as acompanhou de nenhum modo. Mesmo em face desta e outras situações pontuais, reconhecemos que a CSP-Conlutas tem tido mais acertos que erros e que sua estrutura e organização criam condições de trabalho político no seu interior.

Avançar na reorganização e convocar ao Enclat

Pensamos que chegou a hora de dar um salto qualitativo na reorganização da classe trabalhadora. Ou seja, continuar aquele processo que gerou a formação da CSP-Conlutas e das Intersindicais; que levou movimentos sociais importantes a integrarem as frentes políticas; e que permitiu muitos sindicatos e movimentos mesmo isolados se manterem no campo classista.

Neste sentido, a realização do encontro nacional da classe trabalhadora (ENCLAT) seria um instrumento importante no processo de retomada dos esforços unitários da classe trabalhadora e dos movimentos populares. O Andes-SN, pela sua história e sua prática político-sindical, pode atuar como um importante articulador na promoção desta unidade. De fato, o Andes-SN participa, com destaque, na construção de importantes frentes unitárias de resistência e luta, tais como o Fórum Nacional dos Funcionários Públicos Federais e do Comitê em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública, já!, por exemplo.

Com base nesta história e nas necessidades de enfrentar a situação política atual, que se configura com o processo do *impeachment* e com o fim do ciclo lulista/petista, passa a ser relevante a retomada dos esforços unitários num patamar qualitativamente superior.

Com base nisso, estamos propondo que inicialmente o Andes-SN organize um seminário, ainda neste ano, com as centrais sindicais do campo classista, combativo e unitário, sindicatos, movimentos sociais e populares para, nesse espaço, criar as condições de convocação do ENCLAT, no primeiro semestre do próximo ano. A fim de que este movimento não seja superestrutural, é necessário que também as seções sindicais e as secretarias regionais realizem um esforço local no mesmo sentido.

TR - 16

O 61º CONAD delibera:

1. Promover ações para convocar a realização do Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT) no primeiro semestre do ano de 2017 com a participação de

centrais sindicais, sindicatos, movimento estudantis, populares e sociais do campo classista, unitário e combativo;

2. Realizar, no segundo semestre do 2016, “Seminário Pró-ENCLAT”, convidando CSP-Conlutas, as Intersindicais, MST, MTST, Oposição de Esquerda da UNE, Anel, sindicatos e movimentos sociais do campo classista, unitário e combativo com a finalidade de avançar no processo de reorganização da classe trabalhadora. Para assim, promover a convocatória do encontro;

3. Que as secretarias regionais e seções sindicais promovam ações (tais como mesas redondas, fóruns, encontros, seminários) visando a ampliar e a unificar as lutas dos movimentos sociais, populares, sindicais no âmbito local.

TEXTO 17

Contribuição do professor Alcides Pontes Remijo – sindicalizado da ADUFG SSind

FORTALECER A LUTA CONTRA O GOLPE E NENHUM DIREITO A MENOS

TEXTO DE APOIO

A categorização da época em que vivemos como o período da crise estrutural do capital tem explicitado cotidianamente o acerto teórico de analistas marxistas como Istvan Mészáros entre outros e as perversas consequências para a humanidade de um sistema sociometabólico que intensifica as tendências destrutivas e a regressão social.

A crise estrutural não é apenas uma categoria de caracterização, ela opera na realidade tornando o modo de produção capitalista destrutivo da natureza e proporciona a tendência da barbárie social. A crise estrutural encurta os ciclos produtivos e períodos de contração da economia, mais curtos e mais intensos, por exemplo em 1970, crise do petróleo, 1978 América Latina, 1982, Crise da Bolsa de New York 1987, Crise no Japão, 1990, Crise da Rússia 1995, Crise do México 1998, Crise nos Estados Unidos 2000 e o pico regressivo de 2008 até os dias atuais 2016. Compreendemos que essas crises isoladas demonstra que o Capitalismo não tem mais possibilidade de um crescimento longo como ocorreu no pós segunda guerra. Ademais, as saídas tipo Keynesianas, que possibilitava por muito tempo uma política de consenso de classes através do Estado de bem Estar Social ao mesmo tempo em que as empresas oligopolistas e o capital bancário (característica do capitalismo monopolista a fusão de ambos) auferiam lucros gigantescos. Esse modelo “seguro” de desenvolvimento capitalismo se exauriu através da própria dinâmica do capitalismo de substituir trabalhadores por máquinas. O que desarticulou o movimento sindical no mundo inteiro.

O segundo elemento que o Estado de bem Estar Social foi substituído por um modelo de Estado regressivo que foi alcunhado como “neoliberalismo”, essa política econômica favorece o grande capital e utiliza o próprio Estado para redistribuir parte do fundo público para o capital financeiro (especulativo). O final do bloco socialista possibilitou a aceleração desta política regressiva para os trabalhadores em nível mundial.

Os Estados Unidos após a década de 1990 busca rearticular sua dominação Imperialista acirrando a transferência de riquezas da periferia do capital leia-se América Latina, África e Ásia. A política de acirramento da voracidade Imperialista ficou conhecida como Consenso de Washington. Política predominante em toda América Latina (salvo as exceções) durante a década de 1990.

No auge da atual crise as guerras se proliferam atingindo os cinco continentes do planeta. O avanço dos interesses imperiais sobre a bandeira da Organização do Atlântico Norte (OTAN) tem levado a guerra para os quatro cantos do mundo e inclusive para dentro das fronteiras europeias – apoio logístico, econômico e político aos movimentos fascistas da Ucrânia – para impor seus interesses em todo o globo. A humanidade já vivenciou no século passado os efeitos de duas guerras mundiais que se desdobram dos processos de crise do capitalismo e está diante de uma nova escalada de violência internacionalmente articulada. A interrupção desta escalada de guerras se constitui numa medida urgente, e precisa ser assumida como ação consciente de governos, povos e organizações políticas. O objetivo dos atuais confrontos militares podem ser sinteticamente analisados como o deslocamento das tensões econômicas - decorrente das crises - em um processo amplo de destruição de riqueza e de busca da linha de menor resistência para forjar um breve “ciclo” de produção de mais valor no complexo industrial militar e na indústria da “reconstrução” das nações invadidas e ocupadas. Por outro lado, quando o capital não faz uso das tropas da OTAN e do Estados Unidos de forma autônoma, para impor aos povos seus interesses imperiais busca construir medidas políticas e econômicas para subjugar povos e nações. Desta maneira as distinções entre periferia e centro vão perdendo a cada dia as distinções que marcaram grande parte da metade do século XX - atualmente existem mais pobres nos Estados Unidos do que entre os chineses. As chamadas políticas de austeridade aplicadas em solo europeu têm ampliado a pobreza na mesma proporção que retira os direitos das classes trabalhadoras e da população em geral. A Grécia desponta como um exemplo da perversidade das políticas do capital em particular da dominação Alemã sobre a comunidade europeia – é a ascensão do 4º Reich através da TROIKA (Banco central Europeu, FMI, Comunidade Europeia). Os memorandos impostos ao povo grego com a colaboração das mais diversas forças políticas do campo conservador à social democracia de esquerda, no parlamento grego, demonstram que as alternativas dentro da comunidade europeia são a intensificação da espoliação de toda uma nação. Romper com os monopólios e o imperialismo implica em constituir um bloco de forças contra hegemônico capaz de colocar a Grécia e seu povo novamente de pé. As greves gerais das classes trabalhadoras gregas têm demonstrado que a insatisfação popular acumula forças para novos e necessários enfrentamentos em defesa da autodeterminação do povo grego e do fim da dominação Alemã, escondida sob o manto da Comunidade Europeia. Na América Latina a ofensiva do imperialismo estadunidense é sentida em todo o continente. A estratégia de dominação imperial se intensifica com a adoção de medidas econômicas de desvalorização das moedas nacionais e redução dos preços das commodities intensificando os impactos da crise e impondo a intensificação da dependência e transferência de riqueza da “periferia” para o “centro”. Desta maneira presenciamos em várias nações latino americanas a intensificação das políticas de contra reformas que diante da polaridade entre o capital e o trabalho se institui como estado máximo ao capital e mínimo para os trabalhadores. A implantação destas políticas se concretizam por meio de diferentes mecanismos, que vão deste o golpe de estado, a guerra econômica aberta – Venezuela – as ações de enfraquecimento político dos governantes e a chantagem econômica aberta – a adoção da lei antiterrorismo é apresentada como uma condição para que as nações obtenham grau de investimento

para o capital yanque. Poucos povos e governos latino americanos estão preparados para o enfrentamento desta ofensiva que no limite poderá se converter em disseminação de guerras. Neste sentido, a República Bolivariana da Venezuela, com todas as dificuldades impostas pela guerra econômica e política tem conseguido avanços em impedir o avanço de para militares financiados pelos interesses do capital e de seus sócios menores na oligarquia venezuelana. A manutenção da revolução socialista em Cuba e da direção política do partido comunista cubano é exemplo de que a sociedade socialista se constitui numa fortaleza decisiva para a autodeterminação dos povos. Os avanços nas negociações de paz entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP) e o Estado Colombiano forjam uma conjuntura em que a ocupação militar estadunidense (em mais de 9 bases militares) sofrerá uma importante derrota e possibilitará a constituição de uma alternativa política conscientemente socialista para o povo colombiano na medida em que as FARC-EP se constitua em partido político. No Brasil a ofensiva dos interesses imperialistas estão diretamente associada intensificação de políticas econômicas e sociais voltadas para a exploração da riqueza nacional em benefício dos interesses do bloco de poder dominante formado pela associação entre imperialismo, monopólios e o latifúndio. Combinando o arcaico e o ultramoderno numa estrutura social em que a 9ª economia do mundo é ao mesmo tempo a 169ª em desenvolvimento humano – a nação mais desigual do mundo. Nossas reservas de minerais, produção agrícola e industrial são alvo de permanente expropriação para satisfazer as necessidades do imperialismo e de seus sócios menores nacionais. Neste sentido, a atual neoconservadora na sociedade brasileira não é uma mera casualidade da composição eleitoral parlamentar do congresso nacional ou das assembleias legislativas estaduais e parlamentos municipais. Trata-se da combinação entre ação econômica e dominação ideológica dos interesses do bloco de forças dominante. O esgotamento da política de conciliação de classes do petismo – que possibilitou a reciclagem do estado autocrático burguês por mais de uma década – indica que a intensificação das contradições entre capital e trabalho tornam-se cada vez mais explícitas para toda a sociedade levando as classes em conflito a reorganizar suas forças nos distintos embates cotidianos. Neste sentido, a luta econômica dos trabalhadores em defesa dos seus salários e dos seus direitos é contraposta aos interesses do capital que busca concentrar e centralizar a riqueza e ao mesmo tempo forjar uma reconfiguração ideopolítica da sociedade brasileira voltada para a transferência dos “recursos dos de baixo” para os “de cima” da sociedade brasileira. Não é atoa que as pautas conservadoras no congresso estão sendo aprovadas sucessivamente, criando um ambiente social de restrição das liberdades individuais e da democracia que se assemelham aos piores momentos da última ditadura, criminalizando a luta, o protesto e os lutadores sociais, bem como as suas organizações. Para a concretização dos objetivos de intensificação da exploração da nação e de seu povo é necessário reduzir a resistência social e política a iniquidade, se possível mantê-la existente apenas como um elemento de legitimação da própria ordem de exploração – desta forma se fortalece no movimento sindical o sindicalismo de estado, colaboracionista e atrelado à reprodução da ordem desigual do capital. As pautas conservadoras foram socialmente disseminadas pelos meios de comunicação tratando de forjar as bases ideológicas da ofensiva econômica do bloco de forças dominante na sociedade brasileira. Esta ascensão está em processo, o ódio social contra a juventude, a homofobia, a intensificação de discriminação de gênero, o não reconhecimento de direitos indígenas, a configuração familiar do falso moralismo burguês entre outras ações políticas e sociais, se constituem em um processo reafirmação do estado autocrático burguês. A maioria parlamentar conservadora atual é expressão deste movimento e elemento importante de intensificação da das medidas

econômicas voltadas para o capital. A fragilidade política e ideológica do governo federal (poder executivo) e da composição política que administra os interesses do capital é contraditória na medida em que o processo de reconfiguração da autocracia burguesa necessita alterar os fundamentos políticos, econômicos e jurídicos atuais, para intensificar a espoliação das classes trabalhadoras e da riqueza nacional. A agenda de privatizações, endividamento público e privado, redução de direitos sociais e arrocho salarial, entre outras medidas, necessitam ser implementadas de forma acelerada para constituir uma contra-tendência ao processo de crise que se intensifica nos países “centrais” do sistema sociometabólico do capital. Caso a constituição e/ou o governo se constituírem em obstáculos a essa ofensiva do capital, as campanhas de golpe de estado, renúncia ou impeachment ganham a luz do dia. O ano de 2015 foi marcado por inúmeras manifestações de ódio, apelo a violência e ao golpe. A ofensiva do capital se converte em ação fascista e dissemina o ódio contra as organizações e lutadores sociais. O genocídio de nações indígenas é silenciosamente omitido em nome dos interesses do latifúndio travestido de agronegócio. Nesta conjuntura as organizações das classes trabalhadoras precisam resistir e construir instrumentos de luta e ação contra a ofensiva do capital. As organizações políticas, sindicais e movimentos sociais das classes trabalhadoras precisam intensificar os esforços para a constituição de uma unidade classista das forças sociais contra-hegemônicas. As diferenças políticas e ideológicas no campo dos lutadores sociais se constitui num obstáculo que precisa ser superado por meio da construção de ações sociais e políticas unitárias, mesmo que inicialmente apenas pontualmente. No 34º Congresso do ANDES-SN o movimento docente aprovou “que o ANDES-SN participe como observador da Frente por Reformas Populares promovida pelo MTST e mais 26 entidades e delibere sobre sua efetiva participação no próximo Congresso.” A adequação política desta deliberação foi demonstrada em várias manifestações durante o ano de 2015, desta a luta contra as terceirizações 15/04 até a luta contra a direita e por mais direitos (20/08). A experiência dos enfrentamentos de 2015 forjaram a necessidade de constituição da Frente Povo Sem Medo. Uma frente em que os princípios classistas são reafirmados e que tem a capacidade de dialogar com amplos setores das classes trabalhadoras. Sem em momento algum deixar de caracterizar a contradição fundamental entre capital e trabalho esta frente política compreende que a ofensiva da direita em um golpe de estado, impeachment ou renúncia presidencial fortalece ainda mais as contra reformas e a violência 45 contra os trabalhadores e suas organizações. Neste sentido, habilmente, coloca como possibilidade para as classes trabalhadoras fazer o enfrentamento das políticas do capital, implementadas pelo governo denunciando os cortes nas áreas sociais, as privatizações e o arrocho salarial e ao mesmo tempo rechaçando o discurso do golpismo, do impeachment e da renúncia. Precisamos reconhecer que o campo político circunscrito a Central Sindical e Popular não é suficiente para reagir a ofensiva do capital. Neste sentido, sem abrir mão do classismo, mas abandonado as tendências esquerdistas que levam ao isolamento, cabe às organizações e lutadores deste campo político fortalecer a ação unitária contra a retirada de direitos e contra a direita, forjando um polo classista capaz de reorientar os movimentos políticos das classes trabalhadoras para o enfrentamento do capital. A construção de espaços de ação unitários se constitui num momento preliminar para a construção da greve geral, a Frente Povo Sem Medo tem se plasmado neste instrumento articulador de movimentos de diferentes matizes políticos das classes trabalhadores, participar deste espaço é buscar a construção do bloco de forças contra-hegemônico. Aqueles que ainda acreditam na perspectiva governamental, na socialdemocracia veem a cada dia suas ilusões serem desfeitas. Cabe ao campo classista demonstrar que a unidade na ação e na luta cotidiana são capazes de

forjar os instrumentos de ação no combate aos interesses do capital, abrindo o caminho para a construção efetiva da alternativa socialista na sociedade brasileira.

TR – 17

Centralidade da Luta

O movimento docente deve intensificar a luta em defesa do caráter público e gratuito da educação e a unidade das classes trabalhadoras contra as reformas do capital.

Tema III: Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores

TEXTO 18

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

TEXTO DE APOIO

Os ataques aos direitos de trabalhadores e trabalhadoras, intensificados pelo ajuste fiscal em âmbito nacional, foram acelerados de forma brutal neste semestre nos estados e municípios, implicando em arrocho salarial e cortes de verbas nas Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (IEES-IMES). A resposta do ANDES-SN a esses ataques foram mobilizações e greves em diversas seções sindicais contra o sucateamento das IES, visto que várias dessas instituições estão carentes de pessoal docente e técnico-administrativo, pois não são feitos concursos, caracterizando um quadro de aprofundamento da precarização, sendo que algumas sequer têm dinheiro para honrar contratos com empresas que prestam serviços terceirizados.

Os governos têm negado a correção inflacionária de salários dos servidores públicos e, inclusive, impedido sua progressão por diversos mecanismos que ferem os planos de cargos e de carreiras de docentes e de técnico-administrativos, ou mesmo acordos firmados anteriormente.

No Amapá, os professores da Universidade Estadual (UEAP) deliberaram greve em 14/4 e, por respeito a prazo legal, iniciaram o movimento em 17/4. Os docentes e os funcionários técnico-administrativos, em greve há mais de 40 dias, não conseguiram resposta à pauta de reivindicações. As categorias apoiaram a ocupação realizada pelos estudantes e participaram de ato em frente à UEAP, fechando as ruas com pneus. Consta que as 35 categorias do estado estão mobilizadas pelo pagamento integral dos salários e em luta contra a retirada de uma série de direitos. Essas diferentes categorias do serviço público se organizam para a construção de uma paralisação geral dos servidores. No entanto, o governo conseguiu uma liminar proibindo as categorias de realizarem greve por um período de 120 dias. A comunidade acadêmica da UEAP, já em greve no momento da decisão, não foi atingida pela liminar. Porém, a ação inviabilizou a greve geral, por enquanto. Contudo, há disposição de continuidade da luta.

No Ceará, o Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Ceará (Sinduece) deliberou greve em 29/4, com a seguinte pauta: cumprimento de acordos não cumpridos pelo governo, dentre eles: a não nomeação de professores aprovados em concurso; o reajuste linear não pago na data-base (janeiro); a não implementação de progressões na carreira; os docentes das outras duas universidades estaduais também estão mobilizadas pelo reajuste linear na data-base, que é comum. Os docentes da Universidade do Vale do Acaraú (UVA), *campus* de Sobral, deflagraram greve em 12/5 pelo cumprimento de acordos das greves de 2013 e 2014. A pauta do Sindiuva traz, entre outras reivindicações, a nomeação de 34 professores aprovados na primeira fase de um concurso, em 2015, e a publicação de edital para contratação das 29 vagas restantes; a reposição salarial de 12,67 %, que inclui aumento real de 2%, a implementação de direitos de ascensão e incentivo profissional dos docentes; a equiparação da verba de

custeio com a da URCA; a construção/reforma do *campus* do CCH; e a construção de laboratórios multiusuários. Após as greves citadas, a solicitação de aumento do orçamento para R\$ 10 milhões incluía a assistência estudantil, com R\$ 4 milhões para a construção de restaurante e residência estudantil em Sobral, para atender a demanda dos três *campi*. Além dos docentes da UVA e da UECE, também estão em greve os professores da educação básica e os agentes penitenciários, por reposição salarial. Conforme estudos dos fazendários, o Ceará tem um superávit de R\$ 1 bilhão.

Em Minas Gerais, os docentes dos *campi* de Ibirité e Frutal da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e os da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) entraram em greve em 2/5/16. Os colegas reivindicam, de maneira unificada, reajuste imediato que recomponha perdas acumuladas desde 2011, realização de concurso público em fluxo contínuo e reparação de danos materiais e morais aos professores atingidos pela lei que regia a contratação de trabalhadores temporários no serviço público estadual, como se fossem efetivos, considerada inconstitucional pelo STF, gerando a demissão de quase 100 mil trabalhadores no Estado. Outras reivindicações: incorporação de gratificações ao vencimento básico; dotação orçamentária com base na Receita Corrente Líquida do Estado, garantindo a autonomia universitária; e a implementação de Estatuintes nas universidades estaduais. Reivindicam, ainda, revisão da Lei nº 15.463/2005, que regulamenta a carreira; reconhecimento imediato da titulação e reposicionamento em nível correspondente na carreira, independente do período de estágio probatório; mudança do regime de 20h para 40h sob parecer favorável do departamento em que o docente está lotado e aprovação da Unidade; Dedicção Exclusiva (DE) como regime preferencial de trabalho na universidade. Os docentes sofrem perdas salariais de 40%, mas o governo nega o reajuste alegando a Lei de Responsabilidade Fiscal. Em 2/5, os estudantes da UEMG, que além de apoiarem a greve deflagrada pelos professores, ocuparam o pátio do *campus* de Frutal, no Triângulo Mineiro, reivindicaram melhorias para a Universidade.

No Piauí, docentes e técnico-administrativos da Universidade Estadual (Uespi) estão em greve por tempo indeterminado desde 18/4, com o apoio dos estudantes. A principal razão é a imposição da Lei nº 6.772/2016, que congela a progressão da carreira dos docentes. De acordo com essa lei, professores que fizessem mestrado, doutorado ou qualquer outra qualificação não iriam receber aumento de salário. Várias manifestações foram realizadas, conseguindo marcar reunião com o governador; audiência pública na Assembleia Legislativa (Alepi) em 18/5, com a participação de professores, técnicos, estudantes e Executivo. Ao final da audiência, foi elaborada, na própria Alepi, uma contraproposta ao governo. Constituem alguns pontos dessa contraproposta: pagamento imediato de progressões e promoções, admitindo a possibilidade de parcelamento do retroativo; formação de uma comissão composta por Executivo, Legislativo, Reitoria e representantes de professores, técnico-administrativos e estudantes para discutir a autonomia da universidade; lançamento de edital para concurso de professores e técnicos ainda neste semestre; chamada imediata dos classificados no último concurso; envio imediato da lei de alteração do plano de cargos, carreiras e salários dos técnicos, com tabela alternativa construída com base na realidade das universidades estaduais do nordeste; elaboração no prazo de uma semana de um plano de aplicação para os R\$ 25 milhões do empréstimo do governo do Estado; 25% de reajuste salarial para os docentes e 33,36% para os técnicos, se admitida a tabela alternativa, esse índice seria de 15,26%. Professores, técnico-administrativos e estudantes buscam constantemente o diálogo com o governo e a Alepi, até agora sem sucesso.

No estado do Rio de Janeiro, UERJ, UEZO e UENF estão em greve. Na UERJ, a greve começou em 7/3. Desde 2008, cresce a disputa acerca da Dedicção Exclusiva (DE); a reitoria quer que haja um período de carência para obtê-la, a Asduerj a defende como regime de trabalho preferencial, devendo ter incorporação imediata, pois hoje ela é paga como adicional, não mantido na aposentadoria. Os reajustes salariais têm sido tão irrisórios que se costuma dizer: “deixou de existir desde 2001”. Há insatisfação crescente, resultando na aprovação do “estado de greve” e, depois, na greve, que ensejou a criação de comissões de mobilização e ocupação, possibilitando ampla participação. A seguir, ocorreram algumas reuniões com a nova reitoria e tentativas de contato com o governo estadual, que alega não ter como atender reivindicações. Para complicar, não houve repasse de recursos financeiros em 2016, instalando uma crise sem precedentes, que inclui o não pagamento de terceirizados, de bolsas aos estudantes, de docentes contratados há 6 meses e culmina com a ameaça de não pagar aposentados e pensionistas, o que só não ocorreu por conta de determinação judicial que aprovou o arresto de dinheiro sob a custódia do governo. O vice-governador em exercício alega falta de dinheiro para tais pagamentos e ameaça estender para os ativos essa possibilidade. A lei de criação e “autonomia” da UEZO criou uma situação equivalente a um estado de exceção. Sua consolidação requer mudanças profundas, reiteradamente negadas ou adiadas. A UEZO sofre contingenciamentos crescentes a cada ano. A falta de autonomia de gestão financeira e patrimonial compromete suas atividades-fim. Apesar de todos os docentes serem doutores, pois a lei exige essa titulação, não há um plano de cargos e carreira (PCC) nem DE. Há uma luta exaustiva da Aduero para garantir direitos trabalhistas de PCC, DE, adicional de insalubridade e periculosidade. O sucateamento imposto pelo governo asfixia as universidades estaduais fluminenses, impossibilitando-as de cumprir suas atividades-fim. Contudo, até o fechamento deste texto, os grevistas continuavam firmes, pressionando para que o governo negocie.

Na Bahia, o movimento das universidades estaduais, ADUFS, ADUNEB, ADUSB e ADUSC, organizado por meio do Fórum das AD, continua enfrentando a intransigência do governo Rui Costa (PT), que vem afirmando que os servidores públicos não terão reajuste linear relativo à inflação. O Fórum das AD vem construindo uma unidade com as demais categorias do funcionalismo público por tal reajuste linear e contra o PLP 257/16. A pauta do Fórum foi protocolada em dezembro/15, retomando pontos apresentados durante a greve de 86 dias da categoria docente, a maior nos últimos 15 anos. Entre esses pontos encontram-se: aumento de vagas para professor; garantia dos direitos trabalhistas, em especial promoção, progressão, alteração de regime de trabalho, recursos para assistência estudantil, e destinação de no mínimo 7 % da RLI para as universidades. O governo avança sobre os direitos dos docentes, retirando o adicional de insalubridade de 450 professores, sem respeitar procedimentos legais, aprofunda a crise das universidades com a não nomeação de professores aprovados em concurso, desde 2014; o estrangulamento das verbas de custeio e investimento, provocando a demissão de mais de 150 vigilantes e trabalhadores terceirizados. Para a semana nacional de mobilização e de lutas, o movimento docente previu mobilizar e paralisar as atividades em 24/5, realizar debates e atos públicos chamando a atenção para os efeitos do PLP 257/16. O movimento docente tem sido fundamental na articulação de comitês locais e do Comitê Estadual em defesa da Educação Pública, que realizaram o Encontro Preparatório ao II ENE, contando com 200 participantes.

No estado do Pará, a UEPA entrou em greve em 18/5 para que o governo cumpra o acordo realizado no ano passado, após a saída da greve da categoria docente. Como trata-se de uma greve unificada, há também uma pauta conjunta com os demais servidores estaduais, que já estavam em greve desde 12/05, face à negativa do governo

de negociar e de reajustar os salários dos servidores. Consta da pauta dos docentes: reajuste salarial de 11,36 %, com base no Índice do Piso Nacional de Professor; revisão do PCCS, com ampliação imediata de vagas para as categorias de especialista, assistente e adjunto e realização de concurso público; revitalização e investimento na UEPA, com orçamento mínimo de R\$ 100 milhões; revisão da portaria de lotação, com vistas a garantir o equilíbrio entre ensino, pesquisa e extensão; prestação de contas do plano de aplicação do recurso de investimento conquistado na greve de 2015 para ações emergenciais nos *campi*; eleições diretas e paritárias para reitor, com o fim da lista tríplice; autonomia econômica, política e didático-pedagógica para a UEPA.

Na Paraíba, a ADUEPB segue na luta. Em 25/1, durante o 35º Congresso do ANDES-SN, o governo do estado revogou a data-base dos servidores públicos estaduais, com a MP 242, transformada em seguida na Lei nº 10.660/16, que suspendeu todas as progressões e promoções do funcionalismo, além de não dar o reajuste da inflação na data-base. A ADUEPB participa do Fórum dos Servidores Públicos do Estado. A UEPB tem autonomia orçamentária desde 2004, contando inicialmente com a destinação de um percentual de 3% da Receita Líquida do Estado, não podendo nunca ter destinação inferior à do ano anterior. Atualmente, a reitoria reclama que 90% do orçamento da UEPB vai para o pagamento de pessoal e, por conta disso, entre outras ações, repassou os museus para a administração do estado. Para 2016, está previsto um aumento de apenas um milhão e meio de reais no orçamento. A ADUEPB reivindica que os recursos do orçamento garantam a progressão na carreira docente e entrou com ação judicial pedindo a inconstitucionalidade da não concessão de reajuste anual aos servidores.

No Rio Grande do Norte, a categoria docente continua mobilizada na Universidade Estadual (UERN). O governo do estado tem atrasado o pagamento de salários, as verbas da UERN estão sendo contingenciadas e os recursos estão diretamente depositados nas contas do governo. A ADUERN participa do Fórum dos Servidores do Estado, negociando os reajustes lineares referentes à inflação, que, conforme o último acordo com o governo, se estenderam até o ano de 2014, sendo que de lá para cá não houve mais reajustes. Em 2015, os docentes da UERN fizeram uma greve de quase cinco meses, só interrompida por conta de decisão judicial, mas havendo disposição da categoria para retomá-la. A ADUERN aprovou uma paralisação para 2/6, em conjunto com o Fórum dos Servidores do Estado, prevendo a realização de caravanas até Natal e a construção de um calendário com vistas à construção de uma greve geral.

No estado de São Paulo, o Fórum das Seis – articulação política que congrega Adunesp, Adunicamp, Adusp e outras entidades de técnico-administrativos e estudantes das três universidades estaduais e servidores do Centro Paula Souza (Sinteps) – está mobilizado, com greve já deflagrada por funcionários e estudantes da USP e Unicamp. A pauta unificada 2016 foi encaminhada ao Cruesp em 31/3, pois a data-base é 1º/5. No que diz respeito à questão salarial, cabe lembrar que Unesp, Unicamp e USP são sustentadas por 9,57% do ICMS-QPE, sendo que, face à baixa arrecadação do ICMS no período, a perspectiva não é das melhores para conseguir que o Cruesp apresente uma resposta decente à reivindicação salarial unificada, que é de pagamento do índice do ICV-Dieese para cobrir a inflação do período de maio/15 a abril/16, mais 3% a título de recuperação de perdas históricas. O Cruesp utiliza usualmente o índice Fipe para medir a inflação no período, que é de 10,04%. No momento de elaboração deste texto, a categoria docente vivia a expectativa de deflagração de greve das três categorias, nas três universidades.

No Tocantins, os docentes da Unitins sofrem assédio moral e desrespeito ao concurso público realizado em 2015, anulado pelo governo. Há pouco mais de 50 professores concursados, que estão trabalhando por conta de liminar. Após a reorganização da extinta Unitins, Fundação de Direito Público criada no governo FHC, no *campus* de

Palmas, vários docentes foram induzidos a lecionar em cursos na modalidade Ensino a Distância (EaD). Há uma pressão para que docentes aprovados no concurso abandonem suas atividades. Na Fundação Universidade Municipal de Gurupi, os docentes conquistaram, em 2016, o reajuste de 10,25 %, pago com retroatividade a partir de janeiro, sendo que desde 2010 os professores não tinham reposição salarial. Após a atuação da APUG, os docentes reconquistaram o reajuste em 2014 e 2015. A APUG enfrenta forte luta para assegurar o enquadramento docente, considerando que a atual gestão acadêmica está atropelando e não garantindo muitas das negociações efetivadas desde 2011.

Esse quadro negativo e *desalentador* tem provocado uma reação positiva e *aguerrida* nos docentes, com mobilizações intensas em 2016, incluindo greves nas IEES/IMES em que há seções sindicais do ANDES-SN. As lutas têm pautado a defesa da autonomia e o financiamento público das universidades, melhores condições de trabalho, salários e carreira e, em especial, a resistência aos novos cortes orçamentários e ao descumprimento de acordos firmados com o Movimento Docente. A atuação conjunta de docentes, de funcionários técnico-administrativos e de estudantes continua mostrando a capacidade de unificação nas lutas em defesa de direitos e da universidade pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

O Texto Resolução (TR), a seguir, considera os indicativos deliberados nas duas últimas reuniões do Setor das IEES/IMES, com atualizações e ajustes necessários. Em relação ao Encontro Nacional do Setor, já previsto para o segundo semestre de 2016, aprovou-se a temática do evento, sua programação e previu-se a **Planilha de despesas do XIV Encontro Nacional das IEES/IMES**, a seguir, que explicita a execução de despesas para permitir a participação de representantes de seções sindicais com menos de duzentos sindicalizados ou que se encontram em dificuldades financeiras justificadas.

A última reunião do Setor discutiu as atividades da semana de lutas (23 a 27/5), que tem como eixos centrais: defesa de mais recursos para as IEES/IMES, luta contra a precarização do trabalho docente e os ataques aos direitos trabalhistas. Além disso, discutiu as possibilidades das lutas a serem realizadas nos estados contra o PLP 257/16 e a implantação/regulamentação da Lei nº 13.243/16, “Marco Legal da Ciência e Tecnologia e Inovação”.

Em virtude da política de ajuste fiscal em âmbito nacional, na última reunião do Setor (Palmas/TO, 13 e 14/5) deliberou-se intensificar a luta pelo Fundo Público nos estados e nos municípios, com atividades nas respectivas assembleias legislativas e câmara de vereadores, em especial durante a tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

RESOLUÇÕES DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN

I - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

A - GERAL

- 1. Realizar, no segundo semestre de 2016, em Salvador (BA), sob a organização da ADUNEB, o XIV Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES, com tema a ser definido na reunião do Setor, preparatória para o XIV Encontro Nacional.*
- 2. Realizar uma semana de lutas unificadas do setor das IEES/IMES, de 23 a 27 de maio de 2016, em defesa de mais recursos públicos para as IEES/IMES e contra a precarização e o sucateamento dessas instituições.*
- 3. Produzir um boletim Informandes Especial até o fim de abril de 2016, com as pautas da semana de lutas unificadas do setor das IEES/IMES, como material de mobilização, e outro, no mês de junho, apresentando os resultados da mobilização nos estados.*

4. Intensificar a luta contra a precarização do trabalho docente e a violação dos direitos trabalhistas, inclusive contra o atraso e o parcelamento dos salários mensais e do 13º salário.

B – SOBRE A SEGURIDADE SOCIAL

1. Lutar contra a apropriação de recursos dos Regimes Próprios de Previdência dos servidores públicos dos estados, por parte dos governos, e sua utilização para outros fins.

2. Nos estados nos quais o governo já se apropriou destes recursos, adotar ações necessárias para sua revisão.

3. Lutar contra a implantação dos Fundos de Pensão nos estados, em articulação com os demais servidores públicos nos estados.

4. Atualizar as informações sobre os planos de carreira dos docentes das IEES/IMES e analisar as mudanças nas carreiras, que retiram direitos do pessoal da ativa, bem como dos aposentados.

C – SOBRE A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

1. Lutar pela valorização do trabalho docente por meio de:

1.1 campanhas salariais;

1.2 intensificar a defesa do teto salarial em cada estado - e seus municípios - de 90,25% do subsídio de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF);

1.3 defesa da carreira, segundo os princípios do Caderno 2 do ANDES-SN com foco na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

1.4 intensificar a luta para que os docentes não tenham perdas salariais, denunciando os governos que fazem ajuste fiscal e anunciam reajuste zero ou ausência de planos de recomposição salarial da categoria docente.

1.5 reposição para os professores das IEES/IMES, tendo como referência a data-base da categoria em cada estado.

D – SOBRE O FINANCIAMENTO

1. Intensificar a luta, em cada estado, pelo aumento de verbas públicas para a educação pública em geral e para as IES estaduais e municipais, considerando, no mínimo, o “total do produto” da receita de impostos ou tributária. Continuar atuando por meio de mobilizações:

1.1 na LDO e, se necessário, na LOA;

1.2 nos planos plurianuais de governo.

2. Dar continuidade a estudos e a análises das contas públicas e dos orçamentos, com foco no financiamento e na evolução salarial dos servidores das IEES/IMES.

3. Continuar a orientar as seções sindicais e as secretarias regionais a procederem levantamento, no âmbito estadual e municipal, da situação orçamentária e de financiamento das Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais/municipais, solicitando, em casos especiais, contratação de assessoria técnica nos estados, paga pelo caixa nacional.

4. Contribuir para a realização de pesquisas sobre a dívida de estados e municípios e suas implicações para o financiamento das IEES/IMES, inclusive fomentando a participação das seções sindicais e das AD em núcleos locais da Auditoria Cidadã da Dívida.

5. Desenvolver lutas contra os cortes nos orçamentos das IEES/IMES, demonstrando a importância dessas instituições para a educação, ciência e tecnologia nos âmbitos, estadual e municipal.

6. Aprofundar o debate nas reuniões ou encontros do setor sobre o tema financiamento federal para as IEES/IMES o debate sobre o tema financiamento federal para as IEES/IMES.

7. Lutar para estabelecer as condições jurídicas e operacionais, para destinação de recursos federais IEES/IMES.

E – SOBRE DEMOCRACIA E AUTONOMIA

1. Continuar a luta pelo binômio autonomia/democracia, com a realização de Estatuintes Exclusivas, Soberanas e Democráticas, com participação no mínimo paritária de docentes, técnico-administrativos e estudantes.

2. Socializar e divulgar as experiências de processos estatuintes e de mudanças estatutárias nas Instituições Públicas de Ensino Superior (federais, estaduais e municipais), por meio de materiais

elaborados com base em levantamento de relatos das Seções Sindicais.

3. Apoiar a implementação de comissões da verdade locais, cujo trabalho é fundamental para subsidiar processos estatuintes.

F - SOBRE O PROCESSO DE ELEIÇÕES

1. Intensificar a luta por eleição direta, universal ou paritária, para todos os cargos de dirigentes nas IES, dando ampla divulgação ao item 1.6.3. Escolha de Dirigentes do Caderno 2 (versão 2013), com processo realizado e finalizado na própria instituição.

G - SOBRE A MULTICAMPIA E A INTERIORIZAÇÃO DAS IES

A expansão e a interiorização das IES devem ser garantidas com as seguintes condições:

1. como parte de um projeto de IES pública, gratuita, laica e de qualidade e socialmente referenciada;

1.1 que as seções sindicais façam levantamento das condições de trabalho ante a heterogeneidade de situações da multicampia.

1.2 o projeto de expansão deve ser submetido e aprovado pela comunidade universitária.

2. planejadas, democraticamente, com base em diagnóstico das necessidades locais e de modo que assegurem a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, com garantia de carga horária adequada para todas as modalidades;

3. financiadas com verba pública, com aporte de recursos perenes, que assegure condições dignas de trabalho e de estudos;

4. contratação de professores e de servidores técnico-administrativos efetivos, por meio de concurso público e o fim de todas as formas de precarização do trabalho docente;

5. não fragmentação geográfica do local de trabalho, sem a obrigatoriedade de os professores desenvolverem suas atividades em campus multicidade ou em mais de uma localidade, a exemplo dos cursos interdepartamentais;

6. enquanto houver ocorrência de casos, em que há a fragmentação geográfica do local de trabalho, que sejam garantidas as condições dignas de trabalho para todo docente submetido a tal situação.

7. política de moradia e de transporte dos docentes nos locais e nas cidades em que trabalham.

8. política efetiva de acesso e de permanência estudantil.

9. o tema multicampia deve continuar pautado e debatido nos encontros e nas reuniões dos setores.

10. condições adequadas para a realização de trabalho nos órgãos colegiados das IES, com garantia de participação efetiva de todas as representações dos diferentes campi.

TR - 18

O 61º CONAD delibera:

1. Intensificar a luta contra a PEC 139/15, que extingue o Abono de Permanência.

2. Continuar a discussão nas Seções Sindicais e no Setor sobre mecanismos de solidariedade entre as IEES/IMES.

3. Lutar pela revogação e, enquanto isso não acontecer, contra a regulamentação da Lei nº 13.243/16 (**Marco Legal da Ciência e Tecnologia e Inovação**) nas IEES/IMES.

4. Intensificar a disputa pelo fundo público no âmbito de estados e de municípios.

5. Lutar contra o PLP 257/16 nos estados e municípios, fomentando frentes de luta com o conjunto de servidores públicos estaduais e municipais.

6. Realizar, de 16 a 18 de setembro de 2016, o XIV Encontro Nacional das IEES/IMES, em Salvador (BA).

7. Adotar a **Planilha de despesas do XIV Encontro Nacional das IEES/IMES**, a seguir, que explicita a execução de despesas para permitir a participação de

representantes de seções sindicais com menos de duzentos sindicalizados ou que se encontram em dificuldades financeiras justificadas.

7.1. para solicitar ajuda financeira, essas Seções Sindicais devem apresentar suas justificativas e estar em dia com a Tesouraria Nacional.

8. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a proceder ajustes, caso sejam necessários, na referida planilha.

**Planilha de Despesas (em Reais) do XIV Encontro Nacional das IEES/IMES
16 a 18 de setembro de 2016 – ADUNEB, Salvador (BA)**

Seção Sindical	Trecho	Deslocamento	Hospedagem	Diária
Regional Norte 1				
SINDUERR	BVB/SSA/BVB	1.014,56	540,00	400,00
SINDUEA	MAO/SSA/MAO	1.121,00	540,00	400,00
Regional Norte 2				
SINDUEPA	BEL/SSA/BEL	890,26	540,00	400,00
SINDUEAP	MCP/SSA/MCP	879,43	540,00	400,00
Regional Nordeste 1				
Convitado UEMA	SLZ/SSA/SLZ	1.093,65	540,00	400,00
SINDCENTEC-JN	FOR/SSA/FOR	410,26	540,00	400,00
ADCESPI	THE/SSA/THE	847,28	540,00	400,00
Regional Nordeste 2				
ADESA-PE	REC/SSA/REC	493,36	540,00	400,00
ADUPE	REC/SSA/REC	493,36	540,00	400,00
Convite Autarquias Municipais do Interior de PE	REC/SSA/REC	493,36	540,00	400,00
Regional Nordeste 3				
UNICISAL-AL	MCZ/SSA/SSA	803,00	540,00	400,00
Regional Rio Janeiro				
ADUEZO	RIO/SSA/RIO	483,13	540,00	400,00
ADUENF	CAW/SSA/CAW	1.600,00	540,00	400,00
ADOPEAD	RIO/SSA/RIO	483,13	540,00	400,00
Regional Leste				
ADUEMG	BHZ/SSA/BHZ	510,51	540,00	400,00
Regional Planalto				
Convitado UNITINS	PMW/SSA/PMW	586,02	540,00	400,00
ADUEG	GYN/SSA/GYN	841,44	540,00	400,00
APUG	GYN/SSA/GYN	841,44	540,00	400,00
SESDFESG (Goiatuba)	GYN/SSA/GYN	841,44	540,00	400,00
Regional Sul				
APRUDESC	FLN/SSA/FLN	528,36	540,00	400,00
SINDUNESPAR	CWB/SSA/CWB	636,16	540,00	400,00
ADUNICENTRO	CWB/SSA/CWB	636,16	540,00	400,00
Regional RG do Sul				
Convitado UERGS	POA/SSA/POA	657,06	540,00	400,00
Total		17.184,37	12.420,00	9.200,00
Total Geral	R\$ 38.804,37			

Observação: as diárias em fins de semana nos hotéis em Salvador (BA) custam em média R\$ 180,00.

TEXTO 19

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

TEXTO DE APOIO

O Plano de Lutas do Setor das Federais para 2016, aprovado no 35º Congresso do ANDES-SN, reafirmou a necessidade de articularmos nossas reivindicações específicas à pauta comum dos Servidores Públicos Federais (SPF). Diante do aprofundamento dos ataques aos serviços públicos e, particularmente, ao caráter público das IFES, foi definida uma agenda de mobilização e de lutas, articuladas nacionalmente, conjugando a Campanha Unificada dos SPF e nossas lutas mais específicas. Considerando a necessidade de atualizarmos esse Plano de Lutas, apresentamos o balanço sobre as ações desenvolvidas e as perspectivas e encaminhamentos para o próximo período.

No âmbito dos SPF

No 35º Congresso do ANDES-SN, apontamos como central para a construção da Campanha 2016 dos SPF a defesa dos serviços públicos de qualidade, para a população, e dos direitos dos servidores. Para tal, indicamos três grandes eixos na pauta: 1. Negociação e política salarial; 2. Previdência; 3. Condições de trabalho e financiamento. Para o desenvolvimento da luta, aprovamos a indicação de mobilizações/campanhas contra a adesão automática ao FUNPRESP, em defesa da Auditoria da Dívida Pública (com denúncia do veto da presidente Dilma), data-base em 1º de maio e, especialmente, em defesa dos serviços públicos de qualidade e dos direitos dos servidores.

Com base na avaliação do ocorrido em 2015, deliberamos, ainda no 35º Congresso, a necessidade, no âmbito das seções sindicais, de articulação com as demais entidades dos SPF nos estados, com a organização de fóruns regionais, para potencializar as ações da agenda nacional e local a serem desenvolvidas nos estados.

Como desdobramento das deliberações do 35º Congresso, mantivemos nossa participação ativa nas reuniões, nas plenárias e nas demais ações de planejamento e de mobilização do Fórum das Entidades Nacionais dos SPF. Destaque, nesse processo, a Reunião Ampliada do Fórum, realizada em Brasília, nos dias 27 e 28 de fevereiro deste ano, já com a indicação de tema para a Campanha Unificada 2016 dos SPF: **Defesa dos serviços públicos de qualidade para a população e dos direitos dos servidores.** Como ação mobilizadora para essa Reunião Ampliada, bem como início da Campanha, foi divulgado um Boletim com a posição do Fórum sobre a nova etapa da reforma da previdência, então anunciada pelo governo federal. Além de mesa central sobre a Reforma da Previdência e Desmonte do Estado, incluiu-se na programação da atividade grupos de trabalho para apontarem os eixos da pauta e da Plenária para apresentação dos encaminhamentos consensuais. Ficou então deliberada que a Campanha Unificada 2016 tem como mote central a defesa dos serviços públicos e dos direitos dos servidores, a partir de três grandes eixos (os mesmos indicados pelo Congresso), desdobrados em

pautas de reivindicações que retomam as pendências da negociação em 2015, com a inclusão de pontos para barrar os novos ataques, particularmente no que tange aos direitos previdenciários e trabalhistas. Na agenda aprovada, foi definido dia 16 de março como data-lançamento da Campanha e 14 de abril como Dia de Ato Nacional, ambos em Brasília.

No dia 16 de março, como atividades de lançamento da Campanha, foi protocolizada ao MPOG a pauta de reivindicações e entregue aos parlamentares federais a carta com a indicação dos projetos em tramitação no Congresso Nacional que têm relação com a pauta dos SPF. O ato nacional do dia 14 de abril, seguido de nova Reunião Ampliada, foi antecedido do anúncio, pelo governo federal, do PLP 257/2016, com o aprofundamento de ataques aos servidores públicos das três esferas (federal, estadual e municipal). Diante das condições restritivas de manifestação, em função do processo de afastamento da presidente Dilma, definiu-se por realizar o ato no Ministério da Fazenda, registrando-se a ausência de resposta do governo à pauta dos SPF. Essas ações foram importantes para marcar posição dos Servidores frente aos ataques em curso, destaque para o ato do dia 14, que contou com a participação significativa de representantes de todos os estados, mas não foi suficiente para que o governo nos recebesse.

Na Reunião Ampliada realizada ainda no dia 14 de abril, ficaram definidas as ações de continuidade da Campanha Unificada com destaque para a pressão aos parlamentares, um chamado às Centrais Sindicais e às entidades dos servidores estaduais e municipais para a organização da luta contra o PLP 257 e a construção de novo dia de luta com caravanas a Brasília em maio.

O Fórum das Entidades Nacionais dos SPF realizou três reuniões, 26/4, 3 e 10/5, para organizar/implementar a semana de lutas e as atividades dos SPF, de 9 a 13 de maio, com foco no enfrentamento ao PLP 257/16. Nessa semana, ocorreram Reuniões do Fórum e ações com os parlamentares federais em Brasília.

Destaca-se que a luta contra o PLP 257/16 e a contrarreforma da previdência constituíram-se elemento de unificação do funcionalismo público federal, bem como outras entidades e centrais sindicais, para além do Fórum das Entidades Nacionais dos SPF.

Nosso balanço sobre as ações desenvolvidas da Campanha Unificada dos SPF 2016 aponta a necessidade de intensificarmos a mobilização, particularmente em torno da luta contra o PLP 257/2016, a contrarreforma da previdência e trabalhista, com o avanço da terceirização. Assim, está evidente que o governo interino de Temer (PMDB) não medirá esforços para levar a cabo as medidas antissociais na perspectiva de manutenção da rentabilidade do capital. Isso nos coloca o desafio de articularmos em conjunto com os servidores públicos (federais, estaduais e municipais) uma agenda de luta no próximo período.

Como parte do enfrentamento necessário e para manutenção da unidade dos Servidores Federais, devemos rearticular a Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Federais (CNESF), conforme apontado pelo Setor das IFES e na Reunião do GTPFS. A unidade dos servidores públicos, com o conjunto da classe trabalhadora, numa perspectiva classista, apresenta-se como condição basilar para barrar os ataques em curso.

No âmbito do Setor

Em nossa pauta específica do Setor, o 35º Congresso do ANDES-SN estabeleceu como estratégia geral duas ações centrais: 1. Articular as lutas, com técnicos e estudantes, em defesa do caráter público, gratuito, laico e de qualidade das IFE e de garantia da função social em prol da classe trabalhadora; 2. Ampliar a luta pela autonomia e democracia, pela carreira e valorização salarial dos docentes, ativos e aposentados. Ficou definido um conjunto de iniciativas para implementação do Plano de Lutas, desdobrado em reivindicações e lutas, nacionais e no âmbito de cada IFE, em torno dos seguintes eixos: a) Carreira e Salário; b) Precarização e condições de trabalho; c) FUNPRESP; d) EBSEH, Fundações e Organizações Sociais.

Na pauta aprovada, reafirmou-se, com atualizações, as demandas da Campanha Salarial e da Greve de 2015, devendo ser protocolizadas com a exigência de reuniões de negociações com o governo federal sobre autonomia, democracia, reestruturação da carreira, condições de trabalho, verbas para as IFE e liberação de vagas para concurso público.

Também no âmbito das ações, foi aprovado no 35º Congresso o Cronograma da Campanha, com agenda temática a ser desenvolvida entre fevereiro e maio. Para fevereiro, o tema estabelecido consistiu-se em **Defesa do caráter público das IFE e o combate ao FUNPRESP**. O tema de março foi **Orçamento das IFE e luta contra as Organizações Sociais**. No mês de abril, a agenda temática foi **Carreira docente, precarização e condições de trabalho**. Por fim, para o mês de maio, ficou definido o tema **Autonomia e democracia**.

A partir do 35º Congresso foram realizadas três Reuniões do Setor (12 e 13/3; 15 e 16/4; 14 e 15/5), as quais deram encaminhamentos ao Plano de Lutas. Além disso, esteve na pauta desses encontros a avaliação da conjuntura, particularmente diante do aprofundamento dos ataques aos servidores públicos (PLP 257/16, FUNPRESP e nova etapa contrarreforma da previdência) e da crise política nacional (com o afastamento de Dilma). Diante desse cenário, nova Reunião do Setor será realizada no período de 3 a 5 de junho, ou seja, antes do 61º CONAD.

Nossa pauta foi protocolizada no dia 14 de março, acompanhada de uma carta solicitando reunião com MEC e MPOG. Diante da ausência de respostas, as reuniões subsequentes do Setor apontaram a necessidade de intensificarmos nossa mobilização, particularmente em articulação com as demais entidades dos SPF. Em abril, foi reiterado o pedido de reunião ao MEC e ao MPOG. Em maio, com a mudança de governo, mais uma vez foi solicitada resposta à nossa pauta e reunião.

No transcorrer da Campanha Salarial, conforme a agenda temática definida, um conjunto de estratégias de mobilização foi desenvolvido. Dentre tais ações, destacam-se debates realizados no âmbito das IFE, a indicação de pressão aos parlamentares em pautas gerais e específicas, bem como material virtual e impresso, incluindo Informandes Especial. Também foram solicitadas das seções sindicais informações sobre a situação nas IFES dos concursos públicos, professores que recebem abono permanência, processos estatuintes, progressão e promoção na carreira docente e RSC. Mesmo com a reiteração desses pedidos, poucas seções sindicais responderam à demanda.

No que tange especificamente ao RSC, destacamos a necessidade de realizar, no segundo semestre, a reunião conjunta do Setor das IFES, GTPE e GT Carreira, para subsidiar o debate e a luta sobre a política de qualificação docente. Da mesma forma, faz-se necessário analisar a Portaria nº 17 – SETEC/MEC, de 11 de maio de 2016, e seus impactos no trabalho docente da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.

Em relação ao nosso balanço sobre as ações desenvolvidas, ressaltamos a participação expressiva de seções sindicais nas reuniões do Setor e em outras atividades de mobilização (com destaque para o ato do dia 14 de abril e as Reuniões Ampliadas do Fórum dos SPF). Isso possibilitou o desdobramento da agenda temática do Setor e a permanente atualização na análise de conjuntura. Porém, contraditoriamente, identificamos, com base nas informações sobre as ações desenvolvidas no âmbito das seções sindicais, dificuldades de implementação das atividades e encaminhamentos aprovados.

Avaliamos que no próximo período é necessário centrarmos nossa mobilização na defesa do caráter público da educação, da carreira docente e da previdência social. Isso coloca na ordem do dia a luta contra o PLP 257/16, a FUNPRESP, a nova etapa da contrarreforma da previdência, o Marco Legal da C&T e ao PL 4251/15 (que aprofundará a desestruturação de nossa carreira). Para enfrentar esses ataques, também afirma-se como necessário a intensificação de ações articuladas com técnicos e estudantes em defesa da educação pública, contra os cortes no orçamento das IFE e a transferência de recursos públicos ao setor privado.

É fundamental articularmos as ações locais com a mobilização nacional contra a retirada de direitos. No âmbito de cada IFE, devemos continuar pressionando politicamente, com expedientes administrativos e judiciais, para garantir o direito à progressão e à promoção, com efeitos financeiros relativos à data-cumprimento de interstícios e/ou defesa de dissertações e teses. Ainda em relação à defesa da carreira docente, precisamos ampliar o debate sobre as consequências nefastas do PL 4251/2015. Ressaltamos que o êxito nesse embate perpassa, centralmente, pela luta contra o PLP 257, o qual afeta as carreiras dos servidores públicos federais, estaduais e municipais.

RESOLUÇÕES DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN

I - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

O 35º CONGRESSO delibera:

A – NO ÂMBITO DOS SPF

1. Indicar para as seções sindicais do ANDES-SN, a necessidade de articulação em âmbito local com as demais entidades dos Servidores Públicos Federais (SPF).

2. Indicar às seções sindicais a organização de fóruns regionais dos servidores públicos federais, especialmente nos estados em que ainda não estão constituídos, para potencializar as ações da agenda nacional e local a serem desenvolvidas nos estados.

3. Desenvolver a Campanha 2016 dos SPF, de forma articulada com o Fórum Nacional das Entidades do Serviço Público Federal, construindo as lutas com base na definição de eixos, de pauta, de estratégias de ação e de calendário, integrando e consolidando a unidade política de ação dos servidores públicos federais, tendo como tema central a defesa dos serviços públicos de qualidade, para a população e dos direitos dos servidores.

4. Pauta unificada da campanha dos SPF para 2016:

NEGOCIAÇÃO E POLÍTICA SALARIAL

- a) política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias;*
- b) data-base 1º de maio;*
- c) direito de negociação coletiva (Convenção 151 OIT);*
- d) paridade salarial entre ativos e aposentados;*
- e) isonomia de todos os benefícios entre os poderes;*
- f) retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos SPF e aprovação imediata dos projetos de interesse dos SPF*
- g) incorporação de todas as gratificações produtivistas;*
- h) liberação de dirigentes sindicais, com ônus para o Estado, sem prejuízo das promoções e progressões na carreira e demais direitos trabalhistas;*

Recomendações:

- 1. que nomeiem os projetos que atacam os direitos dos SPF e os projetos que são do interesse do SPF;*
- 2. que atualizem anualmente a lista/relação dos projetos que serão prioritários.*

PREVIDÊNCIA

- i) anulação da reforma da previdência e revogação da FUNPRESP;*
- j) extinção do fator previdenciário, da fórmula 85/95 e quaisquer outras medidas tomadas pelo governo federal para o cálculo da aposentadoria que penalizem os trabalhadores;*
- k) aprovação da PEC 555/06, que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados;*

CONDIÇÕES DE TRABALHO E FINANCIAMENTO

- l) fim da terceirização e combate a toda forma de privatização e de precarização;*
- m) garantia de tratamento isonômico aos trabalhadores terceirizados em relação aos contratados e efetivos, tanto no que se refere a direitos, condições de trabalho e salário, quanto no que é concedido a título de “benefícios”, enquanto houver essa forma de contrato no Serviço Público Federal;*
- n) criação de novas vagas para contratação pelo RJU e reposição de cargos vagos por exoneração, falecimento ou aposentadoria, com imediata abertura de concursos públicos;*
- o) nenhuma contratação via Organizações Sociais;*
- p) revogação das leis que criaram a EBSERH e as Organizações Sociais (OS) assim como a anulação de todas as ações decorrentes de tais leis (contratualizações e criações de empresas);*
- q) fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços públicos;*
- r) rejeitar o PL 2723/15 que autoriza a implantação de “home office”, sistema de escritório remoto, no âmbito da Administração Pública Federal;*

MOBILIZAÇÃO/CAMPANHAS

- s) desenvolver campanha contra a adesão automática ao FUNPRESP e ações políticas e jurídicas conjuntas, contra a obrigatoriedade de adesão automática ao FUNPRESP;*
- t) campanha nacional pela defesa dos serviços públicos de qualidade para a população e dos direitos dos servidores, demonstrando a importância dos serviços públicos para a sociedade;*
- u) campanha nacional pela Auditoria da Dívida Pública, denunciando o veto da presidente Dilma;*
- v) ampla mobilização em defesa da data-base em 1º de maio.*

B - QUANTO À PAUTA ESPECÍFICA E À AGENDA DO SETOR

ESTRATÉGIA GERAL

- 1. Articular as lutas do Setor em defesa do caráter público, gratuito, laico e de qualidade das IFE e de garantia da função social em prol da classe trabalhadora, buscando sempre a articulação política com o movimento sindical dos técnicos, o movimento estudantil e os trabalhadores terceirizados.*

2. Intensificar a luta pela autonomia e democracia, reestruturação da carreira docente, por valorização salarial de ativos e aposentados, por melhoria das condições de trabalho e autonomia das IFE, tendo como referência a pauta do Setor e o projeto de carreira única, aprovado no 30º Congresso.

INICIATIVAS E AÇÕES

1. Cargos/vagas: cobrar a ampliação do quadro efetivo de servidores (docentes e técnico-administrativos), em número correspondente às necessidades para manter o padrão unitário de qualidade. Cobrar transparência e divulgação dos dados, pelo MEC e pelas reitorias, centralmente no que se refere ao banco de professor equivalente, número de docentes efetivos, substitutos e temporários, política de utilização das vagas abertas e critérios de alocação.

2. Que o ANDES-SN, através do Setor das Federais, do GTPE e do GT-Carreira, aprofunde a discussão acerca do RSC, as suas implicações para a carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e para a política de capacitação dos docentes da mesma, a fim de produzir materiais que instrumentalizem as seções sindicais para realizarem essa discussão em suas bases.

3. Que o ANDES-SN realize, por meio de suas Secretarias Regionais e Seções Sindicais, debates, ações e atos de denúncia e resistência acerca da correlação entre extinção do abono de permanência, instituição de Fundos de Previdência, não realização de concursos e contratação de professores, via Organizações Sociais (OS), e suas implicações para as IES e a educação como um todo.

4. Que as Seções Sindicais solicitem junto às administrações locais informação sobre o número de docentes que recebem o abono permanência em suas instituições de ensino para uma posterior problematização, sobre os dados obtidos e as possíveis implicações.

5. Infraestrutura e orçamento: cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, com vistas a verificar adequações técnicas e de custos e prazos. Cobrar das reitorias, com base na lei de Acesso à Informação, informações sobre os novos acordos com o governo a respeito das obras e do orçamento federal para as IFE (previsto e executado), distinguindo verbas de pessoal, custeio, investimento e HUs, incluindo os recursos do acesso e a permanência estudantil.

6. Democracia e autonomia: denunciar os ataques à autonomia das IFE e as arbitrariedades praticadas pelos dirigentes, a inversão do sentido das decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos, a adesão compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC, a criminalização/punição do direito de divergir, bem como as atitudes autoritárias de reitores que estabelecem acordos com o governo à revelia da comunidade universitária, tais como as resoluções de promoção/progressão/RSC, processos estatuintes e contratualização com a EBSEH.

CARREIRA E SALÁRIO

1. Que as seções sindicais utilizem, para a discussão dos critérios para o desenvolvimento na carreira, o documento assinado pelo MEC e pelo ANDES-SN no dia 23 de abril de 2014, em que constam os princípios da proposta de carreira do ANDES-SN.

2. Que as seções sindicais tenham como referência a concepção do ANDES-SN para a discussão e implementação da carreira docente nas IFE, destacando os princípios estabelecidos no Art. 14, do nosso projeto de carreira, que defende a valorização, de forma equilibrada, do tempo de serviço, da formação continuada e da avaliação do plano de trabalho aprovado na unidade acadêmica de lotação de cada docente.

3. Que as seções sindicais pautem, na discussão sobre o desenvolvimento da carreira EBTT, o direito à qualificação dos professores, negligenciado pelo RSC.

4. Que o ANDES-SN aprofunde a discussão sobre o RSC e os seus impactos na carreira docente.

5. Garantir a isonomia entre ativos e aposentados, inclusive em relação ao RSC.

6. Denunciar, combater e dar visibilidade às perdas que as mudanças na carreira docente têm imposto aos professores aposentados, exigindo o reenquadramento dos aposentados na posição relativa ao topo quando do estabelecimento de novas carreiras.

7. Lutar para que seja instituído para todas as carreiras do Magistério Federal, de forma efetiva e de acordo com a demanda, um Programa Nacional de Capacitação docente que vise qualificar, em nível de pós-graduação (mestrado e doutorado acadêmicos) os docentes de todas as áreas de conhecimento.

8. Denunciar e lutar contra o aprofundamento da desestruturação da carreira docente imposta pelo PL 4251/2015.

9. Atualizar os estudos sobre as perdas salariais impostas pelo PL 4251/2015, inclusive seus impactos para os aposentados.

10. Produzir materiais que explicitem as consequências nefastas do PL 4251/2015 sobre a carreira, o trabalho e os direitos dos professores ativos e aposentados.

PRECARIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

1. Lutar para que os sistemas de operacionalização acadêmica não sejam utilizados como ferramenta de vigilância, controle e subnotificação do trabalho nas IFE.

2. Realizar levantamento em cada IFE, sobre o impacto da suspensão do abono permanência e suspensão de concurso público e utilizar como ferramenta de denúncia, no interior e fora das IFE, e de mobilização da categoria em busca de melhores condições de trabalho.

3. Denunciar e combater o uso de critérios produtivistas que induzam a hierarquização e à subordinação de atividades, funções e tarefas entre docentes.

4. Que as seções sindicais promovam estudos a fim de identificar e de denunciar as consequências do produtivismo, provocados pelos mecanismos de avaliação externa e interna sobre as condições de trabalho docente nas IES brasileiras.

Recomendações

1. Que a diretoria avalie a possibilidade de publicar número especial da revista *Universidade e Sociedade* com material produzido sobre as relações entre os critérios produtivistas e a precarização do trabalho docente, bem como sobre as consequências à saúde docente;

2. Publicar *InformAndes* especial divulgando as ações do ANDES-SN no combate aos critérios produtivistas e linha de combate;

3. Fazer um levantamento dos critérios de produção acadêmica e movimentos de luta em outros países.

FUNPRESP

1. Acompanhar, por meio das seções sindicais, a adesão/desligamento dos docentes ao FUNPRESP.

2. Estimular os docentes a notificarem administrativamente as reitorias da sua recusa à adesão automática ao FUNPRESP.

3. Intensificar o trabalho com os docentes para esclarecimento e divulgação dos efeitos nefastos que o FUNPRESP representa, denunciando a obrigatoriedade imposta pela lei e indicando a necessidade de intensificar a luta pela revogação da reforma da previdência.

4. Que o ANDES-SN acompanhe e divulgue o resultado da ADIN movida contra o FUNPRESP.

EBSERH, FUNDAÇÕES E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

1. Denunciar as iniciativas do governo e de dirigentes das IFE em relação à contratação de docentes via Organizações Sociais.

2. Intensificar as estratégias de unidade entre ANDES-SN, SINASEFE, FASUBRA, movimento sindical e o movimento estudantil, Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde e demais movimentos sociais que defendem a saúde pública, com o objetivo de construir agendas de debates e de lutas constantes para combater o FUNPRESP, a EBSERH, a precarização nas IFE e a ameaça de contratação via Organização Social (OS), os cortes no orçamento das IFE e na defesa do caráter público e de qualidade da educação.

3. Construir ações conjuntas, nacionalmente e nos estados, com o movimento estudantil, FASUBRA, SINASEFE e atuar junto aos parlamentares federais em seus estados para votarem contra a PEC 395/2014, o PL 4643/12, o PLS 782/15 (pagamento de mensalidades) e pela revogação da Lei 13.243/16, que atacam o caráter público das IES públicas.

AÇÕES

1. Reafirmar e atualizar, em 2016, a pauta do setor aprovada em 2015.

2. Protocolar nas instâncias governamentais e divulgar a pauta da campanha a partir de março.

3. Exigir reuniões de negociações com o governo federal sobre autonomia, democracia, reestruturação da carreira, condições de trabalho, verbas para as IFE e liberação de vagas para concurso público.

4. Ajustar o cronograma de lutas da Campanha 2016 nas reuniões do Setor das IFE.

5. Aprovar o cronograma da Campanha Específica do Setor em 2016.

CRONOGRAMA DA CAMPANHA

Agenda

Mês de fevereiro

TEMA: DEFESA DO CARÁTER PÚBLICO DAS IFE E O COMBATE AO FUNPRESP

- a) protocolar a pauta da campanha salarial 2016 no Ministério da Educação e no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;*
- b) exigir reuniões de negociações com o governo federal;*
- c) intensificar atividades, em articulação com o Setor das IEES/IMES, em defesa do caráter público e de qualidade da educação, especialmente na luta contra a aprovação da PEC 395/2014, do PL 4643/12, realizando debates públicos com os parlamentares federais nos estados, realizando atos e aulas públicas;*
- d) articular, nos estados, os Fóruns dos servidores públicos federais, buscando definir ações contra a FUNPRESP;*
- e) realizar ampla divulgação contra a FUNPRESP, promovendo debates, distribuindo materiais e informando os setores de recursos humanos da IFE de que a obrigatoriedade ao FUNPRESP é inconstitucional e não pode ser aplicada;*
- f) 15 a 26 de fevereiro - reuniões/seminários nos estados para discussão sobre proposta de pauta definida na reunião ampliada;*
- g) 27 e 28 - reunião ampliada dos SPF em Brasília para definir a pauta e as ações da campanha unificada 2016.*

Mês de março

TEMA: ORÇAMENTO DAS IFE E LUTA CONTRA AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

- a) dias 12 e 13 de março - reunião do setor das IFES em Brasília (DF);*
- b) articular com os técnico-administrativos e com estudantes, em cada IFE, para pressionar os dirigentes a divulgarem o montante de verbas de custeio e de capital orçado e executado nos anos de 2015 e orçado para 2016, e enviar as informações à secretaria do ANDES-SN até dia 18 de março de 2016;*
- c) construir ações em conjunto com os técnico-administrativos e com estudantes contra a contratação via Organizações Sociais, pressionando os Conselhos Superiores e os dirigentes das IFES para se posicionarem contrariamente às Organizações sociais;*
- d) que as seções sindicais enviem até o dia 18 de março, para a secretaria do ANDES-SN, informações em relação ao número de professores que recebem o abono de permanência e a demanda de concurso público em cada IFE.*

Mês de abril

TEMA: CARREIRA DOCENTE, PRECARIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

- a) realizar debates e ações relacionadas ao desenvolvimento na carreira docente (promoção, progressão, enquadramento e RSC) nas IFE.*
- b) até o dia 22 de abril - as seções sindicais deverão enviar informações à secretaria do ANDES-SN acerca dos processos de promoção/progressão/RSC, inclusive sobre efeitos retroativos e financeiros.*

Mês de maio

TEMA: AUTONOMIA E DEMOCRACIA.

- a) até 22 de maio - as seções sindicais deverão enviar informações à Secretaria do ANDES-SN acerca de processos estatuintes que estão acontecendo em suas IFE;*
- b) aprofundar os debates sobre Universidade brasileira (tendo por base o Caderno 2 do ANDES-SN), especialmente nas IFE que estejam realizando processos estatuintes, destacando os temas democracia e autonomia universitária em contraposição à proposta de Lei Orgânica da ANDIFES.*

TR – 19

O 61º CONAD delibera:

A – NO ÂMBITO DOS SPF

1. Articular reunião com as entidades da Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Federais (CNEFSF) para debater a sua perspectiva de rearticulação sob o ponto de vista político e organizativo para fortalecê-la como espaço organizativo de luta dos SPF.
2. Fortalecer a CNEFSF como espaço de articulação estratégica dos SPF, retomando a agenda ordinária de reuniões e de plenárias, plantões em rodízio entre as entidades, conclamando-as para regularização das contribuições financeiras.
3. Intensificar as ações unitárias de servidores públicos federais, estaduais e municipais com outras organizações, entidades, movimentos sociais e populares, reforçando a articulação classista na base, com destaque para a necessidade de constituir fóruns para atuação contra o PLP 257/16 e a contrarreforma da previdência.
4. Participar das ações da Frente Parlamentar Mista em defesa da Previdência Social.
5. Construir, em conjunto com outras entidades dos servidores públicos (federais, estaduais e municipais), campanha nacional em defesa da previdência pública e contra a retirada de direitos previdenciários, anunciadas pelo governo federal com a Contrarreforma da Previdência.

6. Propor às entidades do Fórum dos SPF, aos Fóruns estaduais e às centrais sindicais a realização de atividade nacional com objetivo da construção de uma agenda de lutas dos trabalhadores e fazer o chamado à greve geral, diante dos ataques à classe trabalhadora.

B – QUANTO À PAUTA ESPECÍFICA E À AGENDA DO SETOR

1. Estabelecer como central, no segundo semestre, a defesa do caráter público da educação pública, da carreira docente e da previdência social, diante do aprofundamento dos ataques aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, com a realização de ações, tais como:

- a) divulgar os materiais elaborados pelo ANDES-SN e pelo Fórum dos SPF e realizar debates que subsidiem a luta contra o PLP 257/2016, a FUNPRESP e a nova etapa da Contrarreforma da Previdência;
- b) pressionar parlamentares federais contra a aprovação das medidas que retiram direitos dos trabalhadores e que atacam os serviços públicos;
- c) denunciar os ataques ao caráter público das IES, à carreira e ao trabalho docente impostos pela Lei nº 13.243/2016 (Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação) e expressos na PEC 395/2015;
- d) continuar desenvolvendo ações políticas, administrativas e judiciais para garantia das progressões e das promoções com efeitos administrativos e financeiros a partir da data de cumprimento do interstício e/ou defesa de dissertação e de tese;
- e) intensificar a denúncia contra o aprofundamento da desestruturação da carreira, imposta pelo PL 4251/2015, reafirmando o projeto de carreira docente proposta pelo ANDES-SN.

2. Intensificar as ações conjuntas com os trabalhadores da educação e com os estudantes, nacionalmente e nos estados, na perspectiva de ampla mobilização em defesa da educação pública, contra a PEC 395/2015, o Marco Legal da Ciência e

Tecnologia (Lei nº 13.243/2015), os cortes orçamentários na educação pública e a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, que atacam o caráter público das IES públicas.

3. Realizar atividade conjunta do Setor das Federais, GTPE e GT-Carreira para debater as condições de trabalho, de carreira e de qualificação docente no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a produção de materiais que instrumentalizem as seções sindicais para realizarem essa discussão em suas bases, analisando os impactos do RSC e da Portaria nº 17 – SETEC/MEC, de 11 de maio de 2016, que estabelece diretrizes gerais para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

4. Aprovar o cronograma das ações do setor para segundo semestre de 2016 (a construção da campanha específica do setor está em andamento e os seus desdobramentos serão apontados no 61º Conad).

TEXTO 20

Contribuição das professoras Márcia Cristina Fontes Almeida, Renata Pires Gonçalves, Valdênia Carvalho e Almeida e Vânia Aparecida Lopes Leal - Sindicalizadas da ASPUV-S.Sind

NOVOS ATAQUES AOS DOCENTES DO ENSINO BÁSICO TÉCNICO E TECNOLÓGICO?

TEXTO DE APOIO

O Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), instituído pela Lei 12.772/2012, tem sido tema de discussão e deliberação nos últimos Congressos e CONADs. Um dos pontos levantados na discussão sobre o mesmo é a possibilidade de sua concessão vir associada a políticas que dificultem a saída dos professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) para cursos de aperfeiçoamento e capacitação.

O 35º Congresso deliberou “*que o ANDES-SN, por meio do Setor das Federais, do GTPE e do GT-Carreira, aprofunde a discussão acerca do RSC, as suas implicações para a carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e para a política de capacitação dos docentes, a fim de produzir materiais que instrumentalizem as seções sindicais para realizarem essa discussão em suas bases.*”

Além da necessidade de aprofundamento dessa discussão, surge um elemento novo que precisa ser também analisado e discutido pelas instâncias do Sindicato. Em 11 de Maio de 2016, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica editou a Portaria nº 17, publicada no DOU (Seção 01 - Nº 91, sexta-feira, 13 de maio de 2016) que estabelece diretrizes gerais para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A Portaria, dentre vários aspectos que precisam ser analisados e discutidos, traz elementos de controle das atividades dos docentes, além de estabelecer em seu artigo 12 um quantitativo de “no mínimo, 10 horas e, no máximo, 20 horas semanais para os

docentes em regime de tempo integral, e; II- no mínimo, 8 horas e, no máximo, 12 horas semanais para os docentes em regime de tempo parcial”.

É oportuno ainda notar que seu artigo 15 dispõe que “a instituição **poderá prever limites diferenciados de carga horária para docentes em processo de capacitação** ou responsáveis por programas e projetos institucionais, mediante portaria específica do seu dirigente máximo” (grifo nosso). Um possível entendimento desse artigo indica que os docentes de EBTT terão que fazer sua capacitação **sem o direito à licença de suas atividades**. Essa dificuldade da saída para capacitação era um dos aspectos previstos com o estabelecimento do RSC. Além disso, o Artigo 22 da Portaria prevê que “as instituições deverão publicar seus regulamentos em conformidade com estas diretrizes, no prazo de até 180 dias a contar da publicação desta Portaria”.

Diante da publicação da Portaria e do prazo para sua implementação, considerando que o 61º CONAD tem como objetivo a avaliação e atualização do plano de lutas aprovado no 35º Congresso e à necessidade do conteúdo desta portaria ser analisado, discutido e, por ventura, enfrentado pelas instâncias do Sindicato, propomos o seguinte Texto Resolução:

TR - 20

O 61º CONAD delibera que:

1. Seja realizada, com urgência, reunião conjunta do GTPE e do GT-Carreira para discutir o teor da Portaria nº 17, publicada no DOU (Seção 01 - Nº 91, sexta-feira, 13 de maio de 2016), da SETEC, sua correlação com a política de concessão do RSC, e suas implicações para a carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e para a política de capacitação dos docentes.

Tema IV: Questões Organizativas e Financeiras

TEXTO 21

Diretoria do ANDES-SN

HOMOLOGAÇÃO DE NOVAS SEÇÕES SINDICAIS

TEXTO DE APOIO

A Diretoria do ANDES-SN apresenta ao 61º CONAD, ad referendum do 36º CONGRESSO, a homologação da seguinte seção sindical.

TR – 21

O 61º CONAD do ANDES-SN delibera:

Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 61º CONAD manifesta-se, *ad referendum* do 36º CONGRESSO, favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos(as) Docentes da Universidade Federal do Sul da Bahia, SINDIUFSB - Seção Sindical do ANDES-Sindicato Nacional.

TEXTO 22

Diretoria do ANDES-SN

SEDE DO 62º CONAD DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

As seções sindicais que se dispuserem a sediar o 62º CONAD do ANDES-SN deverão apresentar proposta, por escrito, até as 16h do dia 1º de julho de 2016, para oportunizar a discussão nos grupos mistos do tema Questões Organizativas e Financeiras.

TR – 22

O 62º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional realizar-se-á na cidade de ..., sob a organização da Seção Sindical.

TEXTO 23

Diretoria do ANDES-SN

CRITÉRIOS DE FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DO FUNDO ÚNICO

TEXTO DE APOIO

O 31º Congresso do ANDES-SN, realizado em janeiro de 2012, aprovou discutir, “no ano de 2012, no GTPFS e nos setores das IFES, IEES/IMES e IPES, a criação de um Fundo de Greve do ANDES-SN, a ser apreciado e aprovado no 32º Congresso do ANDES-SN”. Nesse mesmo Congresso, foi deliberado, ainda, o uso de até 30% do Fundo Nacional de Mobilização (FNM), durante o ano em curso, para auxiliar as greves que se desenvolveram no Setor das Estaduais e Municipais.

Durante o 57º CONAD, em junho de 2012, realizado em meio à greve das IFEs, foi aprovado que a diretoria do ANDES-SN estava autorizada a utilizar 30% do FNM, para auxiliar a greve das IFE, se necessário.

Essas proposituras surgiram das necessidades concretas de apoio financeiro às greves realizadas pela categoria. Com base nessas decisões, os recursos do FNM passaram a ser utilizados nas greves, conforme as deliberações acima mencionadas, por meio de repasses às diversas Seções Sindicais que solicitaram ajuda devidamente justificada. Além disso, outras formas de solidariedade na sustentação das greves, nas bases do ANDES-SN, estavam sendo praticadas. Tal situação evidenciou a necessidade, conforme definido pelo 31º Congresso, de se ter uma ação política regulamentada sobre essa forma de solidariedade, inicialmente surgiu uma proposta de se criar um Fundo Nacional de Greve.

A criação de mais um fundo exigia a revisão dos fundos existentes. O ANDES-SN contava com dois fundos: o Fundo Nacional de Solidariedade (FNS) e o Fundo Nacional de Mobilização (FNM), que eram sustentados por contribuições das Seções Sindicais. A contribuição ao FNS correspondia a 1% da Receita Líquida – que é o equivalente à arrecadação da Seção Sindical, menos o que é repassado à Tesouraria Nacional, referente à contribuição dos Sindicalizados ao ANDES-SN, ao passo que a contribuição ao FNM correspondia a R\$ 0,25 por sindicalizado.

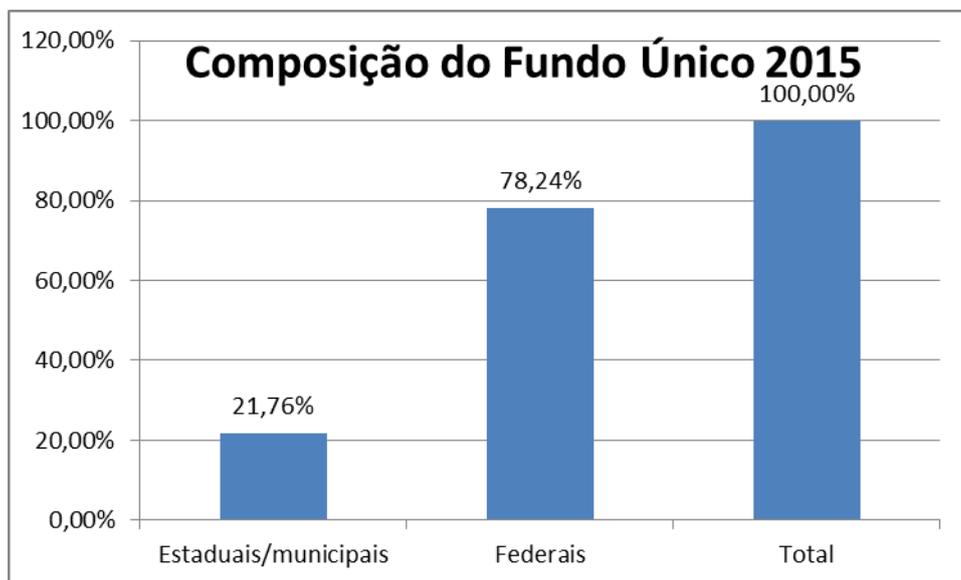
Nesse sentido, ao invés de se criar o Fundo Nacional de Greve, deliberou-se, no 32º Congresso, no Rio de Janeiro, em março de 2013, pela constituição de um FUNDO ÚNICO – a partir da fusão dos de mobilização e de solidariedade – denominado de Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN. Esse fundo é mantido pela destinação de 2% (dois por cento) da receita integral das contribuições mensais dos sindicalizados, relativamente às parcelas correspondentes a cada seção sindical e à tesouraria nacional. Isso significa que cada seção sindical destina 2% de suas arrecadações líquidas mensais ao fundo, e a tesouraria nacional destina 2% de sua receita mensal de contribuições a esse fundo. A utilização dos recursos do FUNDO ÚNICO foi distribuída nos seguintes montantes: 25% para a Solidariedade, 35% para a Mobilização e 40% para a Greve; definidos relativamente ao saldo de 1º de março de 2012, e recalculados anualmente tendo como referência o saldo total do fundo no dia 1º de janeiro de cada ano.

O 35º Congresso do ANDES-SN, em Curitiba, realizado em 2016, com base nas reflexões sobre a forma de utilização dos recursos do Fundo Único, aprovou aprofundar, no GTPFS e nos setores, o debate dos critérios vigentes para acesso a esses recursos e delegou ao 61º CONAD a possibilidade de alteração dos critérios vigentes para utilização do referido fundo.

Mais recentemente, em reunião do Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical (GTPFS), do ANDES-SN, realizada em Fortaleza (CE), nos dias 9 e 10 de abril de 2016 (ver relatório circular 109/2016) “apontou a necessidade de estabelecermos regras de utilização do Fundo que sejam capazes de levar em conta critérios como: tamanho da Seção Sindical, arrecadação bruta e per capita da mesma, cumprimento das obrigações financeiras da Seção Sindical para com o Andes-SN, ressaltando o caráter nacional da composição e utilização. O objetivo é atender às Seções Sindicais com maior dificuldade financeira, que cumpram suas obrigações estatutárias de arrecadação, principalmente de repasse à tesouraria nacional, e que estejam em lutas de mobilização.”

Também o Setor das IEES-IMES, nas duas últimas reuniões, pautou o debate sobre o tema, indicando a necessidade da revisão da atual forma de distribuição para utilização de recursos do Fundo Único (20% para Solidariedade, 40% para Mobilização e 60% para Greve). Respeitando o limite de gastos em 60% do saldo bancário do fundo, em primeiro de janeiro em cada ano, propõe-se a possibilidade de remanejamento do montante destinado a uma finalidade para a qual não exista demanda para outra em que exista uma maior demanda. Assim, apresenta-se os seguintes limites de distribuição: Solidariedade até 20%, Mobilização até 40% e Greve até 60%.

Atualmente, o Fundo Único está sendo composto por recursos dos setores das federais e das estaduais/municipais. O gráfico a seguir mostra como se dá sua composição em termos dos dois setores. Podemos observar que o setor das federais contribui com 78,24%, e o setor das estaduais/municipais, com 21,76%.



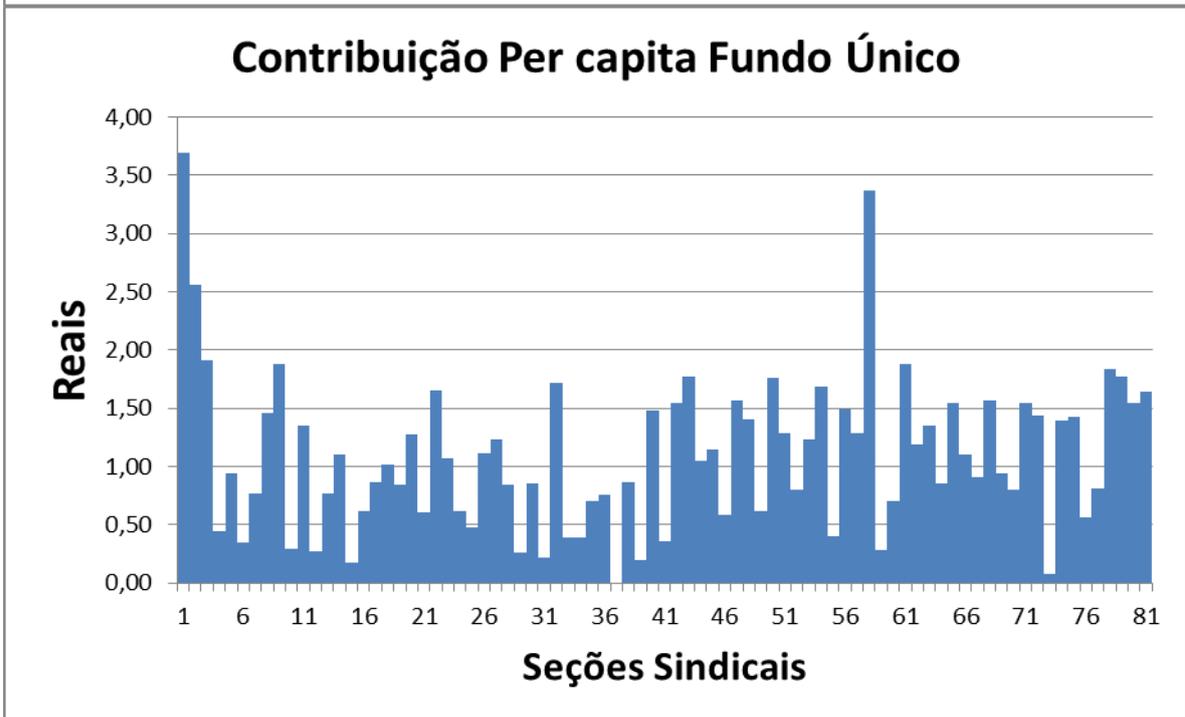
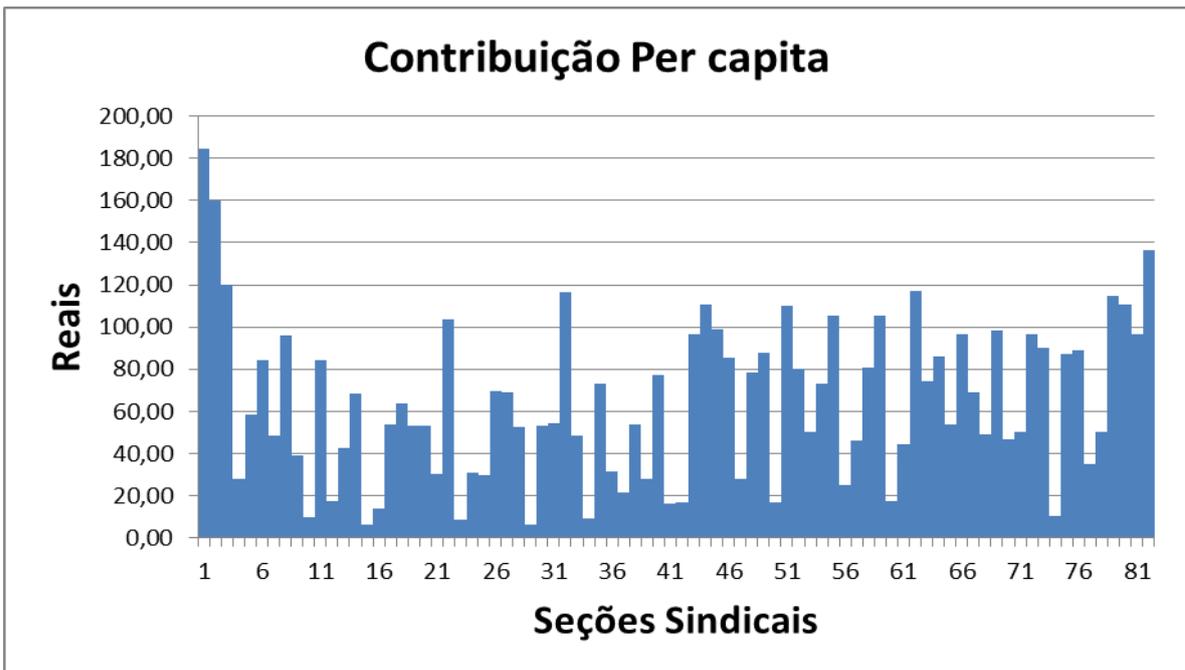
Na composição do Fundo Único, alguns elementos são fundamentais, tais como: o número de sindicalizados de cada seção sindical, a contribuição de cada sindicalizado e a contribuição ao próprio fundo. Nesse sentido, qualquer tentativa de modelo de distribuição do fundo deve levar em conta esses três elementos, somados à questão política.

O primeiro elemento, o número de sindicalizados de cada seção sindical, é o vetor-chave na defesa do princípio da solidariedade do fundo, qual seja, receber mais, quem tem menos. Dessa

forma, é imperativo que o modelo de distribuição tenha um parâmetro que expresse tal condição.

Outros dois elementos são determinantes na composição do próprio fundo e estão intrinsicamente ligados: o valor da contribuição do sindicalizado (quanto maior for a contribuição do sindicalizado, maior será a parcela repassada para o fundo); e o cumprimento da política financeira do nosso sindicato (problema que enfrentamos há vários anos, quando adiamos a cada Congresso estabelecer como prazo final para a implantação da política de contribuição dos sindicalizados do Sindicato Nacional – ANDES-SN, o próximo Congresso, nos termos do estabelecido no § 1º do artigo 72 do nosso Estatuto, para o caso das Seções Sindicais que ainda não implementam a nossa política financeira, o que também não vem sendo cumprido por algumas Seções Sindicais).

As discrepâncias de contribuição podem ser vistas no gráfico a seguir, em que é possível observar contribuições máxima e mínima de R\$ 184,62 e R\$ 6,16 respectivamente, repercutindo diretamente também no valor *per capita* do Fundo Único que apresenta valores máximos de R\$ 3,69 e mínimo de R\$ 0,08. Também é possível observar que das 119 Seções Sindicais, 80 estão contribuindo com o Fundo Único e repassando os devidos valores à tesouraria nacional.



Após essas reflexões, estamos propondo um modelo para um funcionamento mais adequado do fundo que contemple os três elementos primordiais (número de sindicalizados, o valor da contribuição de cada sindicalizado e o cumprimento da política financeira do ANDES-SN) e que atenda às necessidades reais das Seções Sindicais com dificuldades financeiras que cumprem com a política financeira do sindicato, e que, ainda, estimule as seções que não cumprem a reconhecerem a importância do cumprimento. Destaque-se que esses elementos influenciarão nas cotas a serem dispensadas como ajuda para as mesmas.

A tabela a seguir mostra o exemplo do cálculo para as 80 Seções Sindicais (dispostas em ordem crescente de número de sindicalizados) que contribuíam no momento deste estudo. Como as discrepâncias nas contribuições *per capita*s são muito grandes, elas provocam grande distorções também no cálculo do percentual do apoio financeiro. Por exemplo, as três primeiras Seções Sindicais, ainda que pequenas, apresentam um alto valor *per capita* de contribuição ao fundo, o que lhes daria o direito a terem acesso a aproximadamente 80% dos recursos do fundo.

Nº	Sindicalizados	F _{ss}	CP _{ss}	CF _{ss}	Cota	Percentual	Af
1	13	5253,00	184,62	3,69	3580743,20	54,65%	0,33%
2	21	3251,86	160,00	2,56	1331960,69	20,33%	0,33%
3	27	2529,22	120,01	1,91	581118,39	8,87%	0,33%
4	36	1896,92	28,06	0,44	23652,91	0,36%	0,33%
5	48	1422,69	58,45	0,94	77772,42	1,19%	0,33%
6	55	1241,62	84,34	0,34	35737,42	0,55%	0,33%
7	57	1198,05	48,20	0,76	44032,90	0,67%	0,33%
8	86	794,06	95,83	1,46	111308,70	1,70%	0,33%
9	95	718,83	39,26	1,88	53179,20	0,81%	0,33%
10	126	541,98	9,88	0,29	1564,07	0,02%	0,33%
11	138	494,85	84,17	1,35	56076,18	0,86%	0,33%
12	151	452,25	17,22	0,28	2144,36	0,03%	0,33%
13	158	432,21	42,42	0,76	13999,55	0,21%	0,21%
14	187	365,18	68,71	1,10	27582,57	0,42%	0,33%
15	188	363,24	6,22	0,17	388,27	0,01%	0,33%
16	188	363,24	13,88	0,61	3084,72	0,05%	0,05%
17	189	361,32	53,70	0,86	16671,91	0,25%	0,25%
18	189	361,32	63,49	1,02	23304,93	0,36%	0,33%
19	192	355,67	53,22	0,85	16001,30	0,24%	0,33%
20	201	339,75	53,27	1,28	23137,52	0,35%	0,33%
21	203	336,40	30,17	0,60	6123,28	0,09%	0,33%
22	203	336,40	103,39	1,65	57531,69	0,88%	0,33%
23	224	304,86	8,54	1,07	2788,08	0,04%	0,33%
24	234	291,83	30,64	0,61	5464,60	0,08%	0,08%
25	235	290,59	29,46	0,47	4035,48	0,06%	0,06%
26	242	282,19	69,66	1,11	21909,88	0,33%	0,33%
27	270	252,92	69,11	1,23	21537,87	0,33%	0,33%
28	272	251,06	52,52	0,84	11079,73	0,17%	0,33%
29	283	241,30	6,16	0,27	394,00	0,01%	0,33%
30	301	226,87	53,15	0,85	10254,52	0,16%	0,16%
31	316	216,10	54,31	0,22	2549,88	0,04%	0,33%
32	328	208,20	116,25	1,72	41516,06	0,63%	0,33%
33	328	208,20	48,78	0,39	3963,32	0,06%	0,33%
34	329	207,57	9,12	0,39	733,49	0,01%	0,01%
35	341	200,26	72,86	0,70	10180,21	0,16%	0,16%
36	345	197,94	31,56	0,76	4732,24	0,07%	0,33%
37	362	188,64	53,95	0,86	8784,05	0,13%	0,13%
38	384	177,84	28,13	0,20	998,05	0,02%	0,33%
39	453	150,75	77,52	1,48	17283,94	0,26%	0,26%
40	487	140,22	16,78	0,36	852,58	0,01%	0,33%
41	512	133,38	96,77	1,55	19984,53	0,31%	0,31%
42	516	132,34	110,68	1,77	25939,72	0,40%	0,33%
43	530	128,85	98,72	1,05	13312,34	0,20%	0,33%
44	567	120,44	85,63	1,15	11865,41	0,18%	0,33%
45	591	115,55	28,26	0,58	1900,48	0,03%	0,33%
46	614	111,22	78,18	1,56	13594,34	0,21%	0,21%
47	638	107,04	88,01	1,41	13272,92	0,20%	0,33%
48	665	102,69	17,00	0,61	1068,35	0,02%	0,33%
49	704	97,00	110,24	1,76	18860,96	0,29%	0,29%
50	719	94,98	80,30	1,28	9799,69	0,15%	0,33%
51	778	87,78	50,21	0,80	3540,98	0,05%	0,33%
52	783	87,21	73,41	1,23	7873,78	0,12%	0,12%
53	788	86,66	105,15	1,68	15331,71	0,23%	0,33%
54	803	85,04	24,91	0,40	844,08	0,01%	0,33%
55	858	79,59	46,24	1,49	5498,63	0,08%	0,08%
56	914	74,71	80,52	1,29	7751,39	0,12%	0,12%
57	922	74,07	105,35	3,37	26307,28	0,40%	0,33%
58	944	72,34	17,59	0,28	359,16	0,01%	0,33%
59	948	72,03	44,25	0,70	2243,55	0,03%	0,03%
60	1.035	65,98	117,31	1,88	14526,74	0,22%	0,22%
61	1.100	62,08	74,08	1,19	5450,39	0,08%	0,33%
62	1.110	61,52	86,18	1,35	7181,92	0,11%	0,11%
63	1.219	56,02	53,60	0,86	2574,71	0,04%	0,04%
64	1.227	55,66	96,63	1,55	8314,42	0,13%	0,13%
65	1.266	53,94	69,10	1,11	4119,61	0,06%	0,33%
66	1.280	53,35	48,97	0,91	2367,12	0,04%	0,04%
67	1.291	52,90	98,15	1,57	8152,51	0,12%	0,12%
68	1.388	49,20	46,75	0,94	2150,87	0,03%	0,33%
69	1.425	47,92	50,08	0,80	1923,18	0,03%	0,03%
70	1.601	42,65	96,35	1,54	6335,38	0,10%	0,10%
71	1.674	40,79	90,05	1,44	5292,86	0,08%	0,08%
72	1.856	36,79	10,31	0,08	28,72	0,00%	0,00%
73	2.107	32,41	87,06	1,39	3930,83	0,06%	0,06%
74	2.250	30,35	88,90	1,42	3838,10	0,06%	0,06%
75	2.318	29,46	34,94	0,56	575,58	0,01%	0,01%
76	2.430	28,10	50,37	0,81	1141,01	0,02%	0,02%
77	2.575	26,52	114,48	1,84	5576,96	0,09%	0,09%
78	2.815	24,26	110,50	1,77	4739,14	0,07%	0,07%
79	2.916	23,42	96,65	1,55	3500,30	0,05%	0,05%
80	3.312	20,62	136,56	1,64	4613,91	0,07%	0,07%
	68.289	30.204	5.245,47	88,49	6.551.857,75	1	
					Mediana	0,11%	

Vale salientar que, na tabela acima, temos valores fictícios em reais, mas valores reais quando nos referimos aos percentuais.

Para resolver as discrepâncias, passamos a trabalhar com ideia de medida de tendência central como forma de limitar os percentuais a valores razoáveis. Medida de tendência central é um valor único que tenta descrever as características de um conjunto de dados, identificando uma posição central dentro do conjunto de dados. Estamos muito acostumados a trabalhar com média. No entanto, para nosso caso, a média tem um problema pela influência dos valores extremos. Assim, vamos limitar o percentual de apoio financeiro tendo como base a mediana (0,11%) da amostra de percentuais calculados (na tabela, os 80 valores de percentuais). Com essa limitação, para as seções que apresentam percentual maior que a mediana da amostra, o percentual de apoio financeiro será igual a três vezes a mediana (0,33%) da amostra de percentuais, que corresponde a 0,33%.

Como exemplo de percentual menor do que 3 vezes a mediana, vejamos o caso da seção sindical de número 55, o percentual dela é obtido pelo produto do seu fator ($F_{ss}=79,59$), por sua contribuição *per capita* ($CP_{ss}=46,24$) e pelo fundo *per capita* ($CF_{ss}=1,49$), dividido pela soma das cotas (6.551.857,75), o que dá um percentual de 0,08%, como esse percentual é menor do que 3 vezes a mediana (0,33%), o apoio financeiro (Af) dessa seção sindical será 0,08%.

Como exemplo de percentual maior do que 3 vezes a mediana, vejamos o caso da seção sindical de número 8, o percentual dela é obtido pelo produto do seu fator ($F_{ss}= 794,06$), por sua contribuição *per capita* ($CP_{ss}= 95,83$) e pelo fundo *per capita* ($CF_{ss}=1,46$) dividido pela soma das cotas (6.551.857,75), o que dá um percentual de 1,70%, como o percentual é maior do que 3 vezes a mediana (0,33%), o percentual disponibilizado (Af) dessa seção sindical será 0,33%.

TR - 23

O 61º CONAD delibera que

1. As solicitações das Seções Sindicais com dificuldades financeiras de apoio financeiro para despesas com greves e mobilizações devem ser feitas, por escrito, à Tesouraria do ANDES-SN, justificando os motivos do pedido e os usos a que se destinam e a planilha financeira explicitando as despesas.
2. Só serão atendidas as solicitações de Seções Sindicais que estejam em dia com a Tesouraria Nacional.
3. Para solicitações de uma mesma seção sindical, o percentual de apoio financeiro (af) a ser liberado, por mês de greve, pela Tesouraria Nacional, será calculado a partir da seguinte fórmula:

$$af = \frac{F_{ss} CP_{ss} CF_{ss}}{\sum_i^n F_i CP_i CF_i} \times 100$$

Limitado a 3 vezes a mediana do conjunto de percentuais calculados

Onde:

Af – Percentual do valor total disponibilizado para o Fundo Único para cálculo do apoio financeiro.

F_{ss} – Fator referente ao número de sindicalizados da Seção Sindical (Número de sindicalizados do ANDES-SN/número de sindicalizados da Seção Sindical).

CP_{ss} – Contribuição *per capita* da Seção Sindical.

CF_{ss} – Contribuição *per capita* da Seção Sindical para o Fundo Único.

i – índice de ordem crescente das Seções Sindicais em relação ao número de sindicalizados.

n – Número total de Seções Sindicais contribuintes.

4. O valor total disponibilizado pela Diretoria Nacional corresponderá a 60% do saldo bancário do Fundo Único em 1º de janeiro de cada ano, distribuídos nos seguintes montantes: até 20% para Solidariedade, até 40% para a Mobilização e até 60% para Greve.

5. Os casos extraordinários serão tratados pela Direção Nacional.

6. A aplicação dos novos critérios aprovados no 61º CONAD passará a valer a partir do mês de julho de 2016.

7. O 62º CONAD deverá realizar um balanço sobre o funcionamento do Fundo Único e, se necessário, propor alterações nos critérios vigentes para apreciação no 36º Congresso do ANDES-SN.

TEXTO 24

Diretoria do ANDES-SN

PRESTAÇÕES DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015

TR - 24

O 61º CONAD aprova as prestações de contas do exercício de 2015

Demonstrativo de Orçamento e Execução		
Receitas	Previsão 2015	Execução 2015
Receita Total	9.909.449,80	10.931.237,83
Outras Receitas (Patrimônio, Contribuição Sind., Diversas)	209.449,80	237.289,01
Receita de aplicações financeiras	100.000,00	132.626,24
Receita de Contribuições	9.600.000,00	10.561.322,58
Despesas	Previsão 2015	Execução 2015
Água e Esgoto	2.200,00	0,00
Alimentação	11.000,00	15.162,02
Aluguel de Bens Imóveis	220.000,00	239.450,61
Assessoria Contábil	90.000,00	94.223,21
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - AJN	496.000,00	497.832,11
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - Regionais	400.000,00	512.496,15
Assinaturas e Periódicos	2.000,00	5.634,68
Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)	110.000,00	155.614,71
Conduções e Passagens Urbanas	90.000,00	138.181,72
Contribuições – Aud. Cidadã da Dívida	24.000,00	22.000,00
Contribuições – Escola Nac. Florestan Fernandes	24.000,00	20.000,00
Correios e Telégrafos	85.000,00	20.095,79
Custas e Emolumentos	23.000,00	21.015,50
Despesas com Regionais	1.152.000,00	1.148.231,11

Despesas Diversas	50.000,00	224.902,02
Despesas Financeiras	30.000,00	17.645,85
Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)	24.000,00	37.004,39
Diárias de Diretores	300.000,00	327.009,37
Energia Elétrica	39.000,00	64.794,15
Estacionamentos / Pedágios	5.000,00	9.183,70
Hospedagem	400.000,00	418.604,20
INSS s/Serviços PF	31.000,00	22.254,00
Internet e TV a Cabo	35.000,00	40.588,47
Locação de Equipamentos e Veículos	10.000,00	9.287,60
Manutenção e Reparos Bens Móveis	20.000,00	26.933,98
Material de Consumo	193.000,00	114.812,27
Passagens Aéreas e Terrestres	800.000,00	927.203,28
Pessoal e Encargos	2.622.000,00	2.944.900,08
Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)	200.000,00	223.877,50
Reembolso de Kilometragem	20.000,00	12.317,40
Repasso FUNDO ÚNICO	192.000,00	205.203,58
Repasse p/ Entidades Filiadas: DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS/ FNDC	590.000,00	610.112,16
Revista - Universidade & Sociedade	80.000,00	104.700,50
Seguros em Geral	2.700,00	4.617,51
Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)	60.000,00	169.292,71
Serviços Técnicos Profissionais - PJ	100.000,00	48.860,48
Telefone	120.000,00	114.621,87
Transportadoras e Fretes	330.000,00	318.838,63
Total de despesas	8.982.900,00	9.887.503,31

Demonstrativo de Despesas Diversas	
Anúncios Publicações	3.259,40
Despesas c/Eventos	319,31
Diárias a Funcionários	4.800,00
Diárias a Colaboradores/Convidados	32.150,00
Fotocópias/Encadernação/Impressões	527,40
Limpeza e Conservação - PJ	357,00
Outras Contribuições/Doações	46.844,19
Perdas Diversas	1.278,70
Seminários, Congressos e Convenções	5.782,08
Sentenças Judiciais	73.709,09
Serviços de Digitalização (Bolsistas)	36.000,00
Serviços de Terceiros - PF	19.127,75
Serviços Fotográficos - PJ	691,00
Serviços Terceiros - Fundos	56,10
	224.902,02

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL - 1º Semestre/2015
VALORES EM REAIS (R\$)

MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL
<i>Contribuições</i>	908.317,43	943.548,26	882.261,83	963.466,27	733.168,69	925.152,90	5.355.915,38
<i>Aplicações Financeiras</i>	4.567,94	4.041,07	8.566,83	9.271,34	12.398,02	13.797,24	52.642,44
<i>Contribuição Sindical</i>	0,00	107,59	12,00	0,00	298.315,99	0,00	298.435,58
<i>Descontos Obtidos</i>	573,44	0,00	4,70	0,90	4,20	0,00	583,24
<i>Doações/Contribuições</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Encontro Nacional de Educação</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Mensalidade Sindical</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Receitas Diversas</i>	0,00	50,00	1.254,55	283,48	2.306,32	92,81	3.987,16
Total das Receitas	913.458,81	947.746,92	892.099,91	973.021,99	1.046.193,22	939.042,95	5.711.563,80

MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL
<i>Água e Esgoto</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Ajuda de Custo</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Alimentação</i>	2.464,00	401,30	3.081,80	1.107,50	(2.758,48)	1.372,50	5.668,62
<i>Aluguel de Imóveis</i>	10.877,20	17.926,90	18.737,93	30.976,64	18.332,75	22.560,81	119.412,23
<i>Anúncios e Publicações</i>	0,00	455,55	0,00	0,00	1.113,00	0,00	1.568,55
<i>Assessoria Contábil - PJ</i>	7.036,41	7.036,41	7.036,41	7.036,41	7.036,41	7.036,41	42.218,46
<i>Assessoria Jurídica - AJN</i>	38.050,12	38.050,12	38.050,12	38.050,12	38.050,12	38.050,12	228.300,72
<i>Assessoria Jurídica - Regionais</i>	21.621,60	39.476,58	35.476,58	41.476,58	37.976,58	47.976,58	224.004,50
<i>Assinatura de TV a Cabo</i>	164,87	61,30	784,70	540,42	469,36	487,22	2.507,87
<i>Assinaturas e Periódicos</i>	1.036,60	0,00	733,63	0,00	0,00	661,45	2.431,68
<i>Atestado de Saúde Ocupacional</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Auxílio Saúde</i>	7.425,00	7.425,00	7.425,00	7.425,00	7.425,00	7.425,00	44.550,00
<i>Condomínio</i>	11.758,77	12.360,70	12.623,52	12.402,73	12.200,58	12.662,36	74.008,66
<i>Conduções e Transportes Urbanos</i>	4.391,41	7.369,07	9.618,64	13.144,47	17.476,94	14.528,48	66.529,01
<i>Contribuição p/Assoc. AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA</i>	2.000,00	2.000,00	4.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	14.000,00
<i>Contribuição p/CNESF</i>	8.892,66	9.948,45	16.855,70	9.317,76	9.094,45	8.237,14	62.346,16
<i>Contribuição p/CONLUTAS</i>	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.499,17	37.694,17	23.499,17	155.190,02
<i>Contribuição p/DIAP</i>	320,00	320,00	320,00	320,00	320,00	320,00	1.920,00

<i>Contribuição p/DIEESE</i>	15.908,66	15.908,66	15.908,66	15.908,66	15.908,66	15.908,66	95.451,96
<i>Contribuição p/Esc. FLORESTAN FERNANDES</i>	2.000,00	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	10.000,00
<i>Contribuição p/FNDC</i>	105,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105,00
<i>Contribuição p/FUNDO ÚNICO</i>	17.785,62	19.896,90	33.711,40	0,00	18.188,90	16.474,28	106.057,10
<i>Correios e Telégrafos</i>	993,20	375,30	1.422,20	595,84	1.386,85	493,70	5.267,09
<i>Custas e Emolumentos</i>	866,43	1.014,82	143,55	4.633,72	4.594,13	17,40	11.270,05
<i>Despesas Bancárias</i>	580,27	1.446,05	1.652,55	1.532,87	1.603,01	1.300,08	8.114,83
<i>Despesas c/Eventos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Despesas c/Pessoal</i>	147.601,82	115.374,77	159.102,44	123.656,59	117.863,23	125.513,24	789.112,09
<i>Despesas c/Regionais</i>	44.657,06	87.959,79	79.863,16	101.777,75	103.378,47	89.944,10	507.580,33
<i>Despesas c/Sentenças Judiciais</i>	0,00	0,00	0,00	24.695,89	9.555,00	4.777,50	39.028,39
<i>Despesas Diversas</i>	0,68	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,69
<i>Despesas Judiciais</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Diárias - Colaboradores/Convidados</i>	2.100,00	5.300,00	900,00	3.250,00	350,00	1.500,00	13.400,00
<i>Diárias - Diretores</i>	13.150,00	46.150,00	16.550,00	42.200,00	22.786,42	23.650,95	164.487,37
<i>Diárias - Funcionários</i>	0,00	0,00	200,00	0,00	300,00	700,00	1.200,00
<i>Digitalização (Bolsistas) - PF</i>	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	18.000,00
<i>Energia Elétrica</i>	3.812,16	4.722,33	4.278,58	4.580,08	4.842,87	4.771,60	27.007,62
<i>Estacionamento/Pedágios</i>	482,30	238,30	678,00	529,40	1.620,00	780,20	4.328,20
<i>FGTS s/Salários</i>	10.971,67	9.166,16	12.343,04	10.018,44	11.545,63	14.933,34	68.978,28
<i>Fotocópias/Encadernações</i>	100,00	0,00	0,00	303,40	6,80	0,00	410,20
<i>Hospedagem</i>	2.111,86	10.863,56	79.588,90	34.081,24	36.206,50	25.455,35	188.307,41
<i>Impostos e Taxas Diversas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	252,00	0,00	252,00
<i>Indenizações Trabalhistas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>INSS Patronal s/Salários</i>	34.094,49	28.613,75	38.356,01	30.587,24	35.878,06	31.202,57	198.732,12
<i>INSS Patronal s/Serviços - PF</i>	1.644,74	1.392,78	1.509,91	1.582,64	2.696,42	1.641,14	10.467,63
<i>Internet</i>	56,80	3.404,99	5.672,22	4.694,30	3.034,61	3.031,64	19.894,56
<i>IPTU/TLP</i>	0,00	4.449,52	632,68	426,33	426,33	14.296,73	20.231,59
<i>IRRF s/Aplicações Financeiras</i>	0,00	37,97	0,00	0,00	2.952,40	0,80	2.991,17
<i>Jornal Informandes</i>	1.440,00	37.117,50	19.240,00	19.240,00	1.440,00	37.040,00	115.517,50
<i>Juros e Multas p/Atraso</i>	0,00	0,00	11,21	0,00	0,00	6,25	17,46
<i>Limpeza e Conservação</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Locação de Bens Móveis</i>	0,00	0,00	0,00	345,00	125,00	0,00	470,00
<i>Locação de Veículos</i>	0,00	0,00	660,00	0,00	700,00	1.600,00	2.960,00
<i>Manutenção e Reparo de Bens Imóveis</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

<i>Manutenção e Reparo de Bens Móveis</i>	301,39	2.213,90	4.375,41	2.457,90	1.818,90	1.464,90	12.632,40
<i>Material de Consumo</i>	3.437,33	16.095,79	8.037,17	14.394,02	10.417,41	4.175,71	56.557,43
<i>Outras Contribuições/Doações</i>	3.550,00	0,00	6.422,14	0,00	0,00	10.085,19	20.057,33
<i>Outras Despesas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Outros Serviços - PF</i>	2.496,70	1.423,32	9,00	2.188,11	0,00	9,00	6.126,13
<i>Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas</i>	11.189,95	31.734,37	59.580,34	122.680,86	71.304,26	63.210,09	359.699,87
<i>PIS s/Folha de Pagamento</i>	1.371,45	1.145,77	1.542,88	1.230,38	1.443,21	1.255,14	7.988,83
<i>Reembolso Creche e/ou Educação</i>	4.807,00	2.168,00	1.572,00	1.572,00	1.572,00	1.572,00	13.263,00
<i>Reembolso de Kilometragem</i>	586,20	841,80	841,80	388,50	2.979,50	0,00	5.637,80
<i>Revista Universidade e Sociedade</i>	0,00	0,00	69.492,50	0,00	0,00	0,00	69.492,50
<i>Seguros em Geral</i>	851,66	485,09	12,08	12,08	12,08	664,70	2.037,69
<i>Seminários, Congressos e Convenções</i>	1.080,00	900,00	50,00	0,00	236,08	3.516,00	5.782,08
<i>Serviços de Terceiros - Fundos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Serviços de Terceiros PF - Fundos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Serviços Fotográficos - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	691,00	691,00
<i>Serviços Fotográficos - PJ</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Serviços Gráficos</i>	34.520,00	0,00	4.980,00	1.410,00	20.882,51	0,00	61.792,51
<i>Serviços Técnico Profissionais - PJ</i>	19.989,48	15.616,00	3.850,00	0,00	0,00	0,00	39.455,48
<i>Telefone</i>	4.244,90	7.823,69	10.751,89	9.637,45	7.486,96	10.915,33	50.860,22
<i>Tradução/Revisão/Ilustração de Textos - PF</i>	357,15	476,19	892,85	0,00	1.071,44	590,82	3.388,45
<i>Transportes e Fretes</i>	23.585,43	23.410,18	25.013,81	25.387,16	23.671,38	24.125,71	145.193,67
<i>Vale Alimentação e/ou Refeição</i>	29.400,97	29.930,57	47.472,92	12.386,74	29.124,87	30.356,00	178.672,07
<i>Vale Transporte</i>	655,89	1.445,87	1.525,01	1.148,43	1.866,63	2.018,51	8.660,34
Total das Despesas	585.426,07	700.474,24	900.089,51	811.829,83	762.959,40	761.506,87	4.522.285,92
<i>Superávit/Déficit do período</i>	328.032,74	247.272,68	(7.989,60)	161.192,16	283.233,82	177.536,08	1.189.277,88

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL - 2º Semestre/2015

VALORES EM REAIS (R\$)

MESES	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	TOTAL GERAL
<i>Contribuições</i>	953.272,62	854.921,55	765.025,33	752.187,61	900.759,14	979.240,95	5.205.407,20	10.561.322,58
<i>Aplicações Financeiras</i>	15.359,92	14.552,27	14.400,18	12.774,45	10.642,81	12.254,17	79.983,80	132.626,24
<i>Contribuição Sindical</i>	1.084,22	26.569,11	0,00	0,00	(217.646,61)	(1.084,22)	(191.077,50)	107.358,08
<i>Descontos Obtidos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	5,80	0,00	5,80	589,04
<i>Doações/Contribuições</i>	30.640,00	14.256,22	55.800,00	14.600,00	0,00	0,00	115.296,22	115.296,22
<i>Encontro Nacional de Educação</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Mensalidade Sindical</i>	0,00	0,00	341,00	241,00	245,00	210,00	1.037,00	1.037,00
<i>Receitas Diversas</i>	74,47	0,00	6,65	0,00	125,10	8.815,29	9.021,51	13.008,67
Total das Receitas	1.000.431,23	910.299,15	835.573,16	779.803,06	694.131,24	999.436,19	5.219.674,03	10.931.237,83

MESES	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	TOTAL GERAL
<i>Água e Esgoto</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Ajuda de Custo</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Alimentação</i>	8.514,37	9,80	5,08	(33,10)	1.549,25	(552,00)	9.493,40	15.162,02
<i>Aluguel de Imóveis</i>	21.051,61	19.852,05	17.051,61	17.768,13	26.108,28	18.206,70	120.038,38	239.450,61
<i>Anúncios e Publicações</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.690,85	1.690,85	3.259,40
<i>Assessoria Contábil - PJ</i>	7.429,25	7.429,25	7.429,25	7.429,25	7.429,25	14.858,50	52.004,75	94.223,21
<i>Assessoria Jurídica - AJN</i>	38.050,12	38.050,12	38.050,12	38.050,12	38.050,12	79.280,79	269.531,39	497.832,11
<i>Assessoria Jurídica - Regionais</i>	43.976,58	44.298,42	44.298,42	44.298,42	44.298,42	67.321,39	288.491,65	512.496,15
<i>Assinatura de TV a Cabo</i>	518,62	230,00	230,00	230,00	0,00	460,00	1.668,62	4.176,49
<i>Assinaturas e Periódicos</i>	0,00	3.131,60	0,00	71,40	0,00	0,00	3.203,00	5.634,68
<i>Atestado de Saúde Ocupacional</i>	0,00	0,00	0,00	1.135,00	0,00	0,00	1.135,00	1.135,00
<i>Auxílio Saúde</i>	9.875,25	7.992,00	8.491,50	8.033,63	7.992,00	7.992,00	50.376,38	94.926,38
<i>Condomínio</i>	14.823,84	12.700,08	12.898,38	13.012,14	13.759,23	14.412,38	81.606,05	155.614,71
<i>Conduções e Transportes Urbanos</i>	15.020,36	13.449,03	11.375,35	10.742,18	11.957,00	9.108,79	71.652,71	138.181,72
<i>Contribuição p/Assoc. AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA</i>	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00	22.000,00
<i>Contribuição p/CNESF</i>	8.218,21	8.742,01	8.742,01	7.031,88	7.314,05	9.525,08	49.573,24	111.919,40
<i>Contribuição p/CONLUTAS</i>	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.499,17	140.995,02	296.185,04
<i>Contribuição p/DIAP</i>	320,00	320,00	320,00	320,00	320,00	320,00	1.920,00	3.840,00
<i>Contribuição p/DIEESE</i>	15.908,66	17.340,44	17.340,44	3.682,00	30.998,78	17.340,44	102.610,76	198.062,72

<i>Contribuição p/Esc. FLORESTAN FERNANDES</i>	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00	2.000,00	10.000,00	20.000,00
<i>Contribuição p/FNDC</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105,00
<i>Contribuição p/FUNDO ÚNICO</i>	16.436,42	17.484,02	17.484,02	14.063,76	14.628,10	19.050,16	99.146,48	205.203,58
<i>Correios e Telegráfos</i>	355,80	12.015,45	361,75	566,90	1.357,95	170,85	14.828,70	20.095,79
<i>Custas e Emolumentos</i>	555,13	1.188,09	1.543,40	1.388,64	3.389,34	1.680,85	9.745,45	21.015,50
<i>Despesas Bancárias</i>	1.637,67	1.322,03	1.335,60	1.053,35	1.337,15	1.333,20	8.019,00	16.133,83
<i>Despesas c/Eventos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	319,31	319,31	319,31
<i>Despesas c/Pessoal</i>	177.287,19	157.323,22	147.463,39	153.931,99	134.020,33	231.170,66	1.001.196,78	1.790.308,87
<i>Despesas c/Regionais</i>	106.278,09	89.012,01	111.076,14	130.465,40	100.204,16	103.614,98	640.650,78	1.148.231,11
<i>Despesas c/Sentenças Judiciais</i>	0,00	0,00	34.680,70	0,00	0,00	0,00	34.680,70	73.709,09
<i>Despesas Diversas</i>	0,00	0,10	0,00	0,03	0,30	1.277,58	1.278,01	1.278,70
<i>Despesas Judiciais</i>	4.595,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.595,48	4.595,48
<i>Diárias - Colaboradores/Convidados</i>	7.400,00	2.100,00	4.800,00	0,00	3.300,00	1.150,00	18.750,00	32.150,00
<i>Diárias - Diretores</i>	17.972,00	47.700,00	21.950,00	29.650,00	34.350,00	10.900,00	162.522,00	327.009,37
<i>Diárias - Funcionários</i>	300,00	4.600,00	500,00	0,00	1.000,00	(2.800,00)	3.600,00	4.800,00
<i>Digitalização (Bolsistas) - PF</i>	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	18.000,00	36.000,00
<i>Energia Elétrica</i>	4.996,29	5.630,89	6.272,02	7.789,29	6.992,83	6.105,21	37.786,53	64.794,15
<i>Estacionamento/Pedágios</i>	861,00	533,40	789,70	1.050,60	1.075,60	545,20	4.855,50	9.183,70
<i>FGTS s/Salários</i>	13.944,95	12.445,64	11.454,82	11.241,42	10.691,86	16.400,67	76.179,36	145.157,64
<i>Fotocópias/Encadernações</i>	30,00	19,70	50,00	17,50	0,00	0,00	117,20	527,40
<i>Hospedagem</i>	74.244,87	6.164,25	40.609,85	52.269,07	39.202,95	17.805,80	230.296,79	418.604,20
<i>Impostos e Taxas Diversas</i>	402,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	402,53	654,53
<i>Indenizações Trabalhistas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>INSS Patronal s/Salários</i>	43.333,94	39.110,56	36.684,03	34.458,60	33.292,57	63.866,45	250.746,15	449.478,27
<i>INSS Patronal s/Serviços - PF</i>	2.139,27	1.666,95	1.482,78	1.928,04	2.839,02	1.730,31	11.786,37	22.254,00
<i>Internet</i>	3.024,68	3.257,46	3.229,82	3.187,05	2.970,54	847,87	16.517,42	36.411,98
<i>IPTU/TLP</i>	426,33	426,33	426,33	426,33	426,37	0,00	2.131,69	22.363,28
<i>IRRF s/Aplicações Financeiras</i>	1,51	0,00	0,00	0,00	6.383,30	15,12	6.399,93	9.391,10
<i>Jornal Informandes</i>	17.800,00	0,00	17.800,00	17.800,00	17.800,00	37.160,00	108.360,00	223.877,50
<i>Juros e Multas p/Atraso</i>	0,00	119,20	0,22	0,00	1.362,20	12,94	1.494,56	1.512,02
<i>Limpeza e Conservação</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	357,00	0,00	357,00	357,00
<i>Locação de Bens Móveis</i>	2.000,00	37,60	0,00	2.250,00	930,00	0,00	5.217,60	5.687,60
<i>Locação de Veículos</i>	640,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	640,00	3.600,00
<i>Manutenção e Reparo de Bens Imóveis</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Manutenção e Reparo de Bens Móveis</i>	2.153,90	2.546,90	2.207,86	1.728,81	1.102,30	4.561,81	14.301,58	26.933,98

<i>Material de Consumo</i>	7.654,60	9.988,60	14.408,54	11.190,38	11.665,17	3.347,55	58.254,84	114.812,27
<i>Outras Contribuições/Doações</i>	8.026,86	3.800,00	3.490,00	2.000,00	2.000,00	7.470,00	26.786,86	46.844,19
<i>Outras Despesas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Outros Serviços - PF</i>	2.432,86	9,00	0,00	1.997,49	743,42	3,00	5.185,77	11.311,90
<i>Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas</i>	66.229,41	103.617,03	101.076,08	139.333,79	83.004,63	74.242,47	567.503,41	927.203,28
<i>PIS s/Folha de Pagamento</i>	1.743,12	1.573,44	1.474,65	1.466,88	1.339,21	2.629,62	10.226,92	18.215,75
<i>Reembolso Creche e/ou Educação</i>	1.572,00	1.576,00	788,00	(400,00)	788,00	788,00	5.112,00	18.375,00
<i>Reembolso de Kilometragem</i>	1.150,60	180,00	469,80	1.119,90	2.715,90	1.043,40	6.679,60	12.317,40
<i>Revista Universidade e Sociedade</i>	0,00	16.712,00	9.248,00	0,00	0,00	9.248,00	35.208,00	104.700,50
<i>Seguros em Geral</i>	12,08	452,93	452,90	452,90	452,90	756,11	2.579,82	4.617,51
<i>Seminários, Congressos e Convenções</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.782,08
<i>Serviços de Terceiros - Fundos</i>	0,00	0,00	56,10	0,00	0,00	0,00	56,10	56,10
<i>Serviços de Terceiros PF - Fundos</i>	0,00	0,00	37,40	0,00	0,00	0,00	37,40	37,40
<i>Serviços Fotográficos - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	691,00
<i>Serviços Fotográficos - PJ</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Serviços Gráficos</i>	45.460,85	17.250,00	0,00	797,35	41.242,00	2.750,00	107.500,20	169.292,71
<i>Serviços Técnico Profissionais - PJ</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	8.605,00	800,00	9.405,00	48.860,48
<i>Telefone</i>	10.518,46	10.797,44	9.765,71	10.954,69	10.020,97	11.704,38	63.761,65	114.621,87
<i>Tradução/Revisão/Ilustração de Textos - PF</i>	550,00	0,00	840,00	952,38	0,00	2.047,62	4.390,00	7.778,45
<i>Transportes e Fretes</i>	24.382,83	28.786,82	25.550,79	26.589,76	37.816,79	30.517,97	173.644,96	318.838,63
<i>Vale Alimentação e/ou Refeição</i>	31.003,81	47.219,83	29.934,82	31.216,07	32.281,76	59.872,97	231.529,26	410.201,33
<i>Vale Transporte</i>	946,24	1.107,60	1.241,58	1.279,06	2.579,63	1.287,39	8.441,50	17.101,84
Total das Despesas	912.706,81	849.818,46	857.768,13	876.487,65	872.544,80	995.891,54	5.365.217,39	9.887.503,31
Superávit/Déficit do período	87.724,42	60.480,69	(22.194,97)	(96.684,59)	(178.413,56)	3.544,65	(145.543,36)	1.043.734,52

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Fundo Único
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL - janeiro a dezembro/2015
VALORES EM REAIS (R\$)

MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
<i>Contribuições Recebidas</i>	82.252,71	86.025,38	98.579,60	71.344,03	67.845,90	87.678,63	78.953,20	76.524,10	72.201,20	67.574,94	80.992,00	75.939,67	945.911,36
<i>Rendimentos s/Aplicações Financeiras</i>	36.204,69	32.381,04	42.867,85	40.651,06	45.445,08	49.230,58	51.572,98	52.386,31	47.916,51	48.728,01	46.522,34	53.356,77	547.263,22
<i>Depósitos não Identificados</i>	0,00	0,00	10,99	99,20	8.816,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.926,94
Total das Receitas	118.457,40	118.406,42	141.458,44	112.094,29	122.107,73	136.909,21	130.526,18	128.910,41	120.117,71	116.302,95	127.514,34	129.296,44	1.502.101,52

MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
<i>Despesas Bancárias/CPMF/IOF</i>	179,35	552,50	517,80	518,50	533,50	450,50	680,50	537,50	538,95	401,75	527,00	535,50	5.973,35
<i>Despesas c/Contribuições e Doações</i>	0,00	3.000,00	20.000,00	0,00	90.000,00	24.953,02	196.992,67	200.976,22	142.900,00	66.672,83	10.000,00	0,00	755.494,74
<i>Despesas c/Material de Consumo Diversos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75,48	1.199,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.274,48
<i>Despesas c/Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	21.476,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.476,01
<i>Despesas a Regularizar</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.343,00	26.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107.143,00
<i>Despesas c/Locções Diversas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.550,00	56.295,00	5.676,80	2.100,00	0,00	0,00	97.621,80
<i>Despesas c/Diárias</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.800,00
<i>Despesas c/Condução e Transporte Urbano</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	807,00	0,00	30,00	4.550,00	25.061,78	0,00	0,00	0,00	30.448,78
<i>Despesas c/Serviços Gráficos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.999,75	9.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.249,75
<i>Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	487,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	487,05
<i>Despesas c/Prestação de Serviços</i>	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.302,60	4.500,00	3.000,00	3.000,00	37.802,60
<i>Despesas c/Hospedagens</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	3.356,10	6.128,65	0,00	0,00	16.653,40	0,00	0,00	0,00	26.138,15
<i>Despesas c/Mantimentos e Alimentação</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.871,55	1.699,88	45.182,79	5.760,55	0,00	0,00	92.514,77
<i>Despesas c/Reembolso de Kilometragem</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	413,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	413,10
<i>Devedores Diversos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00
<i>Despesas c/Juros/Multas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,74
Total das Despesas	3.179,35	6.552,50	23.517,80	3.518,50	124.072,76	37.531,92	363.793,20	296.858,34	239.316,32	79.435,13	13.527,00	3.535,50	1.202.038,32
Superávit/Déficit do período	115.278,05	111.853,92	117.940,64	108.575,79	(1.965,03)	99.377,29	(233.267,02)	(167.947,93)	(119.198,61)	36.867,82	113.987,34	125.760,94	300.063,20

BALANÇO PATRIMONIAL
31 de Dezembro de 2015
ATIVO

ATIVO CIRCULANTE	2015	2014
	R\$	R\$
DISPONIBILIDADES	7.207.341,71	5.628.138,54
Caixa Geral	4.367,67	1.866,80
Caixa - ANDES	2.574,13	848,12
Caixa - CNESF	541,51	58,08
Caixa - FNG	0,00	0,10
Caixa - FUNDO ÚNICO	1.252,03	960,50
Bancos c/Movimento	490.449,99	478.811,66
BB - c/c 403.726-x (ANDES)	164.568,04	190.049,45
BB - c/c 437.525-4 (CNESF)	27.335,64	31.927,12
BB - c/c 5.551-4 (Publicações)	17,40	84,60
BB - c/c 437.864-4 (Eventos)	12.968,14	86.200,40
CEF - c/c 51.567-2 (Contribuição Sindical)	193.511,96	89.591,81
BB - c/c 23.926-7 (FUNDO ÚNICO)	34.107,13	80.375,20
BB - c/c 223.926-4 (FNG)	57.941,68	583,08
Bancos c/Depósitos Bloqueados	0,00	13.893,79
BB - c/c 403.726-x (ANDES)	0,00	12.864,62
BB - c/c 23.926-7 (FUNDO ÚNICO)	0,00	1.029,17
Bancos c/Aplicações Financeiras	6.712.524,05	5.133.566,29
BB - c/403.726-x (ANDES)	1.146.089,87	495.469,85
BB - c/437.525-4 (CNESF)	481.452,93	456.180,00
BB - c/437.864-4 (Eventos)	158.534,76	5.906,60
BB - c/23.926-7 (FUNDO ÚNICO)	4.926.446,49	4.077.906,22
BB - c/223.926-4 (FNG)	0,00	98.103,62
CRÉDITOS	927.787,68	1.209.067,60
Devedores por Empréstimos	99.777,93	54.972,07
CNESF	29.067,94	29.067,94
Fundo de solidariedade	7.608,43	7.608,43
APUFSC	3.028,90	3.028,90
SINDUFAP	20.266,80	5.266,80
FNG - Fundo Nacional de Greve	29.805,86	0,00
SESF-Sind.Emp.Est.Serv.Saude de	10.000,00	10.000,00
Devedores da Entidade	329.509,98	372.993,69
SSind Rateio 22º Congresso	1.461,55	1.461,55
SSind Rateio 47º CONAD	3.228,37	3.228,37
SSind Rateio 23º Congresso	2.224,57	2.224,57
SSind Rateio 48º CONAD	938,27	938,27
SSind Rateio 49º CONAD-Brasília	3.093,85	3.093,85
SSind Rateio 24º Congresso	13.368,91	13.368,91
SSind Rateio 6º CONAD Extraordinário	10.161,28	10.161,28
SSind Rateio 50º CONAD	7.395,79	7.395,79
SSind Rateio 25º Congresso-MT	16.517,38	16.517,38
SSind Rateio 51º CONAD	20.075,92	20.075,92

SSind Rateio 26° Congresso-PB	17.369,90	17.369,90
SSind Rateio 27° Congresso-GO	662,98	662,98
SSind Rateio 3° Congresso Extraordinário	4.505,08	4.505,08
SSind Rateio 52° CONAD	4.249,89	4.249,89
SSind Rateio 28° Congresso-RS	52.121,53	52.121,53
SSind Rateio 54° CONAD	14.088,67	14.088,67
SSind Rateio 29° Congresso	16.119,95	16.119,95
SSind Rateio 55° CONAD	7.681,65	7.681,65
SSind Rateio 56° CONAD-PR	4.008,41	4.008,41
SSind Rateio 30° Congresso-MG	19.974,59	19.974,59
SSind Rateio 31° Congresso-Manaus/AM	15.728,41	15.728,41
SSind Rateio 57° CONAD-Parnaíba/PI	8.044,06	8.044,06
SSind Rateio 32° Congresso-Rio de Janeiro/RJ	1.357,44	1.357,44
SSind Rateio 58° CONAD-Santa Maria/RS	2.547,20	2.547,20
SSind Rateio 33° Congresso-São Luis/MA	16.684,22	16.978,96
SSind Rateio 59° CONAD-Aracaju/SE	0,00	62.524,25
SSind Rateio 34° Congresso-Brasília/DF	2.447,53	0,00
SSind Rateio 60° CONAD-Vitória/ES	12.054,90	0,00
SSind Rateio 7° CONAD Extraordinário	2.679,17	0,00
Devedores Diversos	48.718,51	46.564,83
Créditos Diversos	220.471,67	298.363,07
Despesas a Regularizar	213.329,48	214.152,21
Secretaria da Receita Federal	0,00	818,57
Cheques em Caução	3.473,85	3.473,85
INSS a Recuperar	2.087,36	443,77
Secretaria de Fazenda e Planejamento	1.580,98	479,51
Cheques Devolvidos	0,00	78.995,16
Salário Maternidade a Recuperar	0,00	0,00
Adiantamento a Funcionários	42.567,28	50.167,53
Adiantamento de Salários	9.209,11	4.049,93
Adiantamento de Férias	33.358,17	46.117,60
Adiantamento a Fornecedores	147.637,50	162.757,55
Adiantamento a Fornecedores	147.637,50	162.757,55
Adiantamento a Regionais	32.835,40	214.825,77
Regional Sul	2.174,58	17.864,64
Regional RJ	14.004,82	23.373,11
Regional NE I	189,89	2.271,57
Regional NE II	7.648,51	23.847,46
Regional NE III	474,34	191,50
Regional SP	450,30	28.023,21
Regional Leste	2.339,69	18.561,91
Regional Norte I	532,03	20.526,68
Regional Norte II	1.688,36	16.788,30
Regional Planalto	601,81	12.606,93
Regional Pantanal	1.941,58	34.713,88
Regional RS	789,49	16.056,58
Depósitos Judiciais	54.987,92	54.987,92

Depósitos Judiciais	54.987,92	54.987,92
Total do Ativo Circulante	8.135.129,39	6.837.206,14
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO		
Bens Imóveis	2.910.749,10	2.910.749,10
Edificações	2.280.000,00	2.280.000,00
Benfeitoria 3º Andar	198.565,73	198.565,73
Benfeitoria 5º Andar	432.183,37	432.183,37
Bens Móveis	1.293.591,40	1.290.197,26
Móveis e Utensílios em Geral	317.708,46	317.708,46
Biblioteca	555,00	555,00
Máquinas e Equipamentos	486.806,02	486.806,02
Equipamentos de Informática	469.003,92	465.609,78
Equipamentos de Comunicação	19.518,00	19.518,00
Depreciações Acumuladas	(94.437,76)	(94.437,76)
(-) Dep. Móveis e Utensílios	(20.191,19)	(20.191,19)
(-) Dep. Máquinas e Equipamentos	(47.558,40)	(47.558,40)
(-) Dep. Equipamentos de Informática	(5.217,69)	(5.217,69)
(-) Dep. Edificações	(14.079,52)	(14.079,52)
(-) Dep. Benfeitoria	(6.272,17)	(6.272,17)
(-) Dep. Máquinas, Motores, Aparelhos-BTNF	(1.118,79)	(1.118,79)
Total do Imobilizado	4.109.902,74	4.106.508,60
INTANGÍVEL		
Bens Intangíveis	15.858,27	15.858,27
Programas e Sistemas	15.538,27	15.538,27
Marcas e Patentes	320,00	320,00
(-)Amortização	(222,76)	(222,76)
(-) Amortização de Programas e Sistemas	(222,76)	(222,76)
Total do Intangível	15.635,51	15.635,51
Total do Ativo Não Circulante	4.125.538,25	4.122.144,11
TOTAL DO ATIVO	12.260.667,64	10.959.350,25

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de Dezembro de 2015

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE	2015	2014
	R\$	R\$
EXIGIBILIDADES	477.346,62	946.085,49
Fornecedores	87.772,71	53.882,42
Fornecedores Diversos	87.772,71	53.882,42
Obrigações Sociais e Trabalhistas	160.630,58	145.033,94
Salários a Pagar	0,00	2.915,50
INSS a Recolher	144.229,91	128.393,45
FGTS a Recolher	16.400,67	13.724,99
Obrigações Fiscais e Tributárias - ANDES	29.514,03	28.901,13
IRRF s/Salários a Recolher (0561)	11.779,61	17.533,07
IRRF s/Serviços PF a Recolher (0588)	0,00	0,00
IRRF s/Serviços PJ a Recolher (1708)	800,22	1.102,89
PIS s/Folha a Recolher (8301)	1.404,01	2.216,42
ISS a Recolher	12.821,92	7.862,02
PIS, COFINS e CSLL a Recolher (5952)	2.480,71	0,00
IRRF s/Aluguel PF a Recolher (3208)	227,56	186,73
Obrigações Fiscais e Tributárias - FUNDO ÚNICO	184,50	45,00
IRRF s/Serviços PJ a Recolher (1708)	45,00	45,00
PIS, COFINS e CSLL a Recolher (5952)	139,50	0,00
Credores da Entidade	35.204,18	35.204,18
Credores Diversos	35.204,18	35.204,18
Depósitos de Diversas Origens	116.413,49	117.594,77
Depósitos não Identificados	116.413,49	117.594,77
Credores por Empréstimo	47.627,13	565.424,05
FNM	10.485,00	10.485,00
FNG	0,00	16.465,06
FUNDO ÚNICO	37.142,13	538.473,99
Fundos p/Financiamento de Campanha	5.528.892,91	4.747.078,09
FNG - Fundo Nacional de Greve	57.941,68	98.686,80
Contribuições Recebidas	1.157.723,14	802.568,37
Rendimentos s/Apl. Financeiras	101.388,83	96.239,23
Doações Recebidas	8.044,35	8.044,35
Depósitos a Identificar	8.737,85	7.522,85
Credores Diversos - FNG	82,00	82,00
Empréstimos Recebidos - ANDES	29.805,86	0,00
(-) Despesas c/Diárias	(304.955,99)	(169.575,99)
(-) Despesas c/Passagens	(260.843,60)	(99.506,41)
(-) Despesas c/Hospedagem	(86.382,80)	(61.289,50)
(-) Despesas c/Condução, Transporte e Estacionamento	(52.536,20)	(34.670,46)
(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF	(12.069,14)	(8.390,29)
(-) Despesas c/Contribuições e Doações	(80.939,71)	(80.639,71)

(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras	(12.616,49)	(12.616,49)
(-) Despesas c/Propaganda e Publicidade	(101.604,34)	(74.181,34)
(-) Despesas c/Prestação de Serviços	(63.705,62)	(62.073,32)
(-) Despesas c/Mantimentos e Alimentação	(86.126,47)	(64.326,63)
(-) Despesas c/Material de Expediente	(51.347,35)	(47.805,94)
(-) Despesas Diversas	(8.000,09)	(8.000,09)
(-) Despesas a Regularizar	(8.473,68)	(8.473,68)
(-) Xerox Com. E Ind. Ltda	(10.528,14)	(10.528,14)
(-) Despesas c/Telefone	(5.972,91)	(5.972,91)
(-) Despesas c/Limpeza, Higiene e Conservação	(4.578,21)	(2.460,75)
(-) Despesas c/Medicamentos Utens. Farmácia	(664,26)	(317,85)
(-) Despesas c/Jornais e Revistas	(880,50)	(880,50)
(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes	(1.793,91)	(1.234,16)
(-) Despesas c/Locações	(55.743,30)	(19.392,30)
(-) Despesas c/Serviços Gráficos	(13.575,00)	(4.223,00)
(-) Despesas c/Material Permanente	(4.325,06)	(4.038,00)
(-) Despesas c/Material de Consumo Diversos	(8.920,16)	(7.742,26)
(-) Despesas c/Juros e/ou Multas	(221,72)	(221,72)
(-) Empréstimos Concedidos - ANDES	0,00	(16.465,06)
(-) Reembolso de Kilometragem	(538,20)	(246,00)
(-) Empréstimos Concedidos - FNM	(10.497,50)	(10.497,50)
CNESF-Coord. Nac. Ent. Serv. Federais	509.330,08	488.165,20
Contribuições Recebidas	1.991.135,48	1.833.906,08
Rendimentos s/Apl. Financeiras	256.082,87	199.972,31
Receitas de Plenária/Seminários	150.691,73	150.691,73
Depósitos a Identificar	46.510,18	46.983,36
Empréstimos Recebidos - ANDES	29.067,94	29.067,94
Empréstimos Recebidos – Fundo Solidariedade	100,00	100,00
Receitas de Eventos	149.287,78	0,00
(-) Despesas c/Material de Expediente	(73.464,88)	(71.930,08)
(-) Despesas c/Plano de Saúde	(3.182,21)	(3.182,21)
(-) Despesas c/Fotocópias	(5.138,60)	(5.126,30)
(-) Despesas c/Propaganda e Publicidade	(82.623,00)	(82.623,00)
(-) Despesas c/Juros e Multas	(2.726,24)	(2.726,24)
(-) Despesas c/Telefone	(77.075,02)	(73.761,35)
(-) Despesas c/Condução e Transporte	(9.646,04)	(9.601,04)
(-) Despesas c/Água e Esgoto	(392,16)	(392,16)
(-) Despesas c/Energia Elétrica	(8.361,03)	(7.707,67)
(-) Despesas c/Condomínios	(21.050,25)	(17.630,52)
(-) Despesas Bancárias/CPMF/IOF	(13.243,03)	(11.563,93)
(-) Despesas c/Prestação de Serviços	(229.209,63)	(223.780,25)
(-) Despesas c/Vale Alimentação	(11.454,65)	(454,65)
(-) Despesas c/Vale Transporte	(120,00)	(120,00)
(-) Despesas c/Internet	(5.897,45)	(5.527,22)
(-) Despesas c/Material de Limpeza	(1.740,83)	(1.740,83)
(-) Despesas c/Gêneros Alimentícios	(83.120,35)	(21.020,66)
(-) Despesas c/Serviços Gráficos	(170.300,42)	(157.705,40)

(-) Despesas c/Loações	(295.380,43)	(218.877,35)
(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes	(1.372,35)	(1.325,35)
(-) Despesas c/Diárias	(6.075,00)	(6.075,00)
(-) Despesas c/Passagens	(23.778,05)	(23.778,05)
(-) Despesas c/Gratificações	(150,00)	(150,00)
(-) Despesas c/Brindes	(24.523,98)	(3.023,98)
(-) Despesas c/Flores e Ornamentos	(455,00)	(455,00)
(-) II Enc. Ent. Assoc. de Aposentados	(54.239,98)	(54.239,98)
(-) Despesas a Regularizar	(104.357,14)	(104.357,14)
(-) Despesas c/Transportes e Fretes	(11.780,54)	(7.280,54)
(-) Despesas c/Alimentação	(25.036,39)	(2.201,22)
(-) Despesas c/Assinaturas e Periódicos	(10.767,74)	(10.767,74)
(-) Despesas c/Contribuições e Doações	(626.605,11)	(521.834,76)
(-) Empréstimos Concedidos	(400,00)	(400,00)
(-) Despesas c/Hospedagem	(83.721,06)	(83.721,06)
(-) Despesas c/IPTU	(5.601,36)	(4.689,93)
(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras	(34.017,49)	(26.889,09)
(-) Despesas c/Mat. Consumo Uso Duradouro	(5.096,52)	(5.096,52)
(-) Devedores Diversos	(800,00)	(800,00)
(-) Despesas c/Impostos e Taxas Diversas	(641,97)	0,00
FUNDO ÚNICO-Fdo Nac /Mob/Greve	4.961.621,15	4.160.226,09
Contribuições Recebidas	2.521.222,31	1.575.310,95
Rendimentos s/Apl. Financeiras	1.061.427,60	514.164,38
FNM - Fundo Nacional de Mobilização	1.054.607,81	1.054.607,81
Empréstimo Concedido ao FNM pelo FNG	10.497,50	10.497,50
Fundo de Solidariedade	1.899.943,64	1.899.943,64
Empréstimo Conc Fdo de Solidariedade p/ANDES	7.608,43	7.608,43
Depósitos a Identificar	19.055,10	10.128,16
(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF	(10.104,05)	(4.130,70)
(-) Despesas c/Contribuições e Doações	(1.006.594,74)	(251.100,00)
(-) Empréstimo Concedido ADUNEB pelo FNM	(20.000,00)	(20.000,00)
(-) Empréstimo Concedido ANDES pelo FNM	(10.485,00)	(10.485,00)
(-) Empréstimo Conc SINDURCA p/Fdo de Solidariedade	(3.757,00)	(3.757,00)
(-) Empréstimo Concedido CNESF p/Fdo de Solidariedade	(100,00)	(100,00)
(-) Empréstimos Concedidos - ANDES	(37.142,13)	(538.473,99)
(-) Desp. c/Material de Consumo Diversos	(11.457,17)	(10.182,69)
(-) Desp. c/Passagens Aéreas, Terrestres	(33.590,82)	(12.114,81)
(-) Despesas a Regularizar	(107.143,00)	0,00
(-) Desp. c/Loações Diversas	(99.641,80)	(2.020,00)
(-) Despesas c/Diárias	(9.700,00)	(3.900,00)
(-) Despesas c/Condução e Transporte Urbano	(36.650,78)	(6.202,00)
(-) Despesas c/Serviços Gráficos	(12.759,75)	(510,00)
(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes	(805,85)	(318,80)
(-) Despesas c/Prestação de Serviços	(71.182,60)	(33.380,00)
(-) Despesas c/Hospedagem	(33.698,15)	(7.560,00)

<i>(-) Despesas c/Mantimentos e Alimentação</i>	(93.907,58)	(1.392,81)
<i>(-) Despesas c/Reembolso de Kilometragem</i>	(548,10)	(135,00)
<i>(-) Devedores Diversos</i>	(13.471,98)	(6.271,98)
<i>(-) Despesas c/Juros e Multas</i>	(0,74)	0,00
Total do Passivo Circulante	6.006.239,53	5.693.163,58
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
SUPERÁVIT/DÉFICIT ACUMULADOS	5.210.693,59	4.783.655,72
<i>Superávit Acumulado</i>	5.471.931,60	4.989.400,65
<i>Ajustes de Exercícios Anteriores</i>	(261.238,01)	(205.744,93)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	1.043.734,52	482.530,95
<i>Superávit do Período</i>	1.043.734,52	482.530,95
Total do Patrimônio Líquido	6.254.428,11	5.266.186,67
TOTAL DO PASSIVO	12.260.667,64	10.959.350,25

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial do exercício de 2015 que apresenta um total de R\$ 12.260.667,64 (doze milhões, duzentos e sessenta mil, seiscentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pelo Sindicato, o qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos documentos. Ressalve-se que a responsabilidade do profissional contábil fica restrita aos aspectos técnicos, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pelo Sindicato.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2015

**PAULO MARCOS BORGES
RIZZO**
Presidente
CPF: 007.499.728-90

**AMAURI FRAGOSO DE
MEDEIROS**
1º Tesoureiro
CPF: 324.488.134-34

IÊDA MENDES CORREA
Contadora
CPF: 401.745.141
CRC/DF
013.720/O-8

31 de Dezembro de 2015
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

RECEITAS	2015	2014
	R\$	R\$
RECEITAS ORDINÁRIAS	10.918.229,16	9.747.809,20
RECEITAS SOCIAIS	10.561.322,58	9.721.057,61
<i>Contribuições</i>	10.561.322,58	9.721.057,61
Outras Receitas	224.280,34	2.539,93
<i>Doações/Contribuições</i>	115.296,22	0,00
<i>Contribuição Sindical</i>	107.358,08	2.453,40
<i>Descontos Obtidos</i>	589,04	86,53
<i>Mensalidade Sindical</i>	1.037,00	0,00
Receitas Financeiras	132.626,24	24.211,66
<i>Rendimentos s/Aplicações Financeiras</i>	132.626,24	24.211,66
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	13.008,67	124.057,60
Receitas Diversas	13.008,67	124.057,60
<i>Receitas de Eventos</i>	12.774,11	1.417,26
<i>Receitas c/Encontro Nacional de Educação</i>	0,00	120.614,01
<i>Receitas Diversas</i>	234,56	2.026,33
Total das Receitas	10.931.237,83	9.871.866,80
DESPESAS		
DESPESAS OPERACIONAIS	9.887.503,31	9.389.335,85
DESPESAS C/PESSOAL E ENCARGOS	2.944.900,08	2.621.187,36
Despesas c/Pessoal	2.332.048,42	2.091.654,74
<i>Ordenados e Salários</i>	1.312.505,51	1.119.481,51
<i>Férias</i>	121.543,15	107.810,09
<i>1/3 Férias</i>	40.076,55	36.036,66
<i>Abono Pecuniário de Férias</i>	26.433,83	17.593,63
<i>13º Salário</i>	139.417,24	123.207,21
<i>Horas Extras</i>	52.235,64	41.644,38
<i>DSR s/HE</i>	10.323,12	8.056,65
<i>Indenizações Trabalhistas</i>	0,00	11.655,62
<i>Licença Prêmio</i>	36.532,07	86.058,68
<i>Reembolso Creche/Auxílio Educação</i>	18.375,00	24.984,46
<i>Aviso Prévio</i>	0,00	3.855,75
<i>Adicional Noturno</i>	346,78	64,73
<i>Atestado Saúde Ocupacional</i>	1.135,00	1.000,00
<i>Vale Alimentação/Refeição</i>	410.201,33	370.895,38
<i>Vale Transporte</i>	17.101,84	11.513,45
<i>Auxílio Saúde</i>	94.926,38	85.961,75
<i>Hora Extra Pré-Contratada</i>	49.332,44	41.834,79
<i>Menor Aprendiz/Inst. FECOMÉRCIO</i>	1.562,54	0,00
Encargos Sociais	612.851,66	529.532,62

INSS Patronal	449.478,27	385.144,83
FGTS	145.157,64	128.152,55
PIS s/Folha de Pagamento	18.215,75	16.235,24
DIÁRIAS E AJUDA DE CUSTO	363.959,37	354.344,40
Despesas c/Diárias	363.959,37	354.000,00
Diretores	327.009,37	310.850,00
Funcionários	4.800,00	4.300,00
Colaboradores/Convidados/Assessores	32.150,00	38.850,00
AJUDA DE CUSTO	0,00	344,40
Ajuda de Custo	0,00	344,40
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	4.396.295,48	4.207.593,17
Despesas c/Material de consumo	114.812,27	155.166,48
Material de Expediente	22.226,60	73.206,19
Gás, Combustível e Lubrificantes	16.956,14	20.101,24
Material de Limpeza, Higiene e Conservação	6.358,35	4.996,41
Gêneros Alimentícios	23.505,97	19.580,83
Material de Copa e Cozinha	1.289,65	1.824,00
Material de Manutenção e Reparos	1.693,70	3.404,74
Material de Uso Duradouro	0,00	369,99
Medicamentos e Utensílios de Farmácia	740,55	839,00
Equipamentos e Material de Informática	25.200,37	15.068,12
Material Elétrico e Hidráulico	1.011,06	278,40
Material de Cama, Mesa e Banho	7,99	1.505,74
Livros, Jornais e Revistas	0,00	89,10
Uniformes e Vestuários em Geral	5.400,00	0,00
Bens de Pequeno Valor	1.151,90	4.712,02
Outros Materiais de Consumo	9.269,99	9.190,70
Serviços de Terceiros - PF	78.072,75	96.973,98
Assessoria Jurídica - PF	0,00	8.605,65
Serviços Fotográficos - PF	691,00	0,00
Limpeza e Conservação - PF	0,00	1.081,13
Serviços de Terceiros - Fundos	37,40	0,00
Serviços de Digitalização (Bolsistas)	36.000,00	33.600,00
INSS s/Serviços - PF	22.254,00	24.850,12
Outros Serviços - PF	11.311,90	19.315,17
Tradução/Revisão de Textos - PF	7.778,45	9.521,91
Serviços de Terceiros - PJ	4.203.410,46	3.955.452,71
Assessoria Jurídica - AJN	497.832,11	481.637,25
Assessoria Contábil - PJ	94.223,21	88.990,47
Transportes e Fretes	318.838,63	343.221,49
Conduções e Transportes Urbanos	138.181,72	124.445,93
Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas	927.203,28	819.333,34
Hospedagem	418.604,20	432.995,20
Telefone	114.621,87	112.692,61
Energia Elétrica	64.794,15	43.963,05
Água e Esgoto	0,00	423,25
Alimentação	15.162,02	20.301,71

Aluguel de Imóveis	239.450,61	199.272,89
Condomínio	155.614,71	136.406,75
Manutenção e Reparos de Bens Móveis	26.933,98	27.916,24
Serviços Gráficos	169.292,71	65.719,23
Limpeza e Conservação	357,00	90,00
Assessoria Jurídica - Regionais	512.496,15	389.290,03
Assinaturas e Periódicos	5.634,68	2.037,51
Internet	36.411,98	37.023,06
Cópias/Encadernações/Impressões e Afins	527,40	3.746,45
Assinatura de TV a Cabo	4.176,49	4.420,35
Correios e Telégrafos	20.095,79	60.218,96
Reembolso de Kilometragem	12.317,40	18.149,27
Estacionamento/Pedágios	9.183,70	7.548,04
Serviços Fotográficos - PJ	0,00	2.500,00
Anúncios e Publicações	3.259,40	5.542,80
Revisa Universidade e Sociedade	104.700,50	137.491,00
Serviços Técnico Profissional - PJ	48.860,48	82.788,00
Jornal Informandes	223.877,50	241.330,00
Seguros em Geral	4.617,51	5.075,39
Serviços de Terceiros - Fundos	56,10	0,00
Locação de Bens Móveis	5.687,60	8.050,00
Locações de Veículos	3.600,00	5.675,00
Custas e Emolumentos	21.015,50	36.277,44
Seminários, Congressos, Cursos e Afins	5.782,08	6.730,00
Manutenção e Reparo de Bens Imóveis	0,00	4.150,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	37.004,39	24.244,39
Despesas Tributárias	37.004,39	24.244,39
IPTU/TLP	22.363,28	23.141,71
IRRF s/Aplicações Financeiras	9.391,10	455,17
Impostos e Taxas Diversas	654,53	647,51
Despesas Judiciais	4.595,48	0,00
DESPESAS FINANCEIRAS	17.645,85	14.697,07
Despesas Financeiras	17.645,85	14.697,07
Despesas Bancárias	16.133,83	8.920,41
Juros e Multas p/Atraso	1.512,02	5.776,66
CONTRIBUIÇÕES/DOAÇÕES	904.159,93	832.977,31
Contribuições /Doações	904.159,93	832.977,31
DIEESE- Dep.Inst.Estat.Est. Social	198.062,72	184.684,57
DIAP- Dep. Interes.Ass.Parlam.	3.840,00	3.576,00
CNESF-Coord.Nac. Ent. Serv. Feder	111.919,40	92.691,72
FNDC - Forum Nac. p/Dem. Com	105,00	315,00
CONLUTAS-Ass. Coord. Nac. Lutas	296.185,04	281.990,04
Assoc. Amigos Esc Nac FLORESTAN FERNANDES	20.000,00	24.000,00
Associação Auditoria Cidadã da Dívida	22.000,00	24.000,00
FUNDO ÚNICO	205.203,58	185.383,44
Outras Contribuições/Doações	46.844,19	36.336,54

DESPESAS C/REGIONAIS	1.148.231,11	1.202.842,48
Despesas c/Regionais	1.148.231,11	1.202.842,48
Regional Sul	85.414,67	95.248,13
Regional RJ	155.146,03	104.118,41
Regional NE I	98.784,79	101.774,21
Regional NE II	76.537,01	65.652,06
Regional NE III	105.211,69	126.124,23
Regional SP	27.615,31	89.699,03
Regional Leste	108.541,00	128.774,49
Regional Norte I	64.582,45	52.100,07
Regional Norte II	114.809,09	98.111,46
Regional Planalto	140.261,16	103.673,76
Regional Pantanal	79.744,64	93.786,96
Regional RS	91.583,27	143.779,67
DESPESAS DIVERSAS	75.307,10	131.449,67
Despesas Diversas	75.307,10	131.449,67
Despesas de Exercícios anteriores	0,00	2,94
Despesas c/Eventos	319,31	4.970,40
Perdas Diversas	1.278,70	0,45
Despesas c/Encontro Nacional de Educação	0,00	126.475,88
Sentenças Judiciais	73.709,09	0,00
Total das Despesas	9.887.503,31	9.389.335,85
(=) Superávit do período	1.043.734,52	482.530,95

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado no Período apresenta no exercício em referência um superávit de R\$ 1.043.734,52 (hum milhão, quarenta e três mil, setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pelo Sindicato, o qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos mesmos. Ressalve-se que a responsabilidade do profissional contábil fica restrita aos aspectos técnicos, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pelo Sindicato.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2015

**PAULO MARCOS BORGES
RIZZO**
Presidente
CPF: 007.499.728-90

**AMAURI FRAGOSO DE
MEDEIROS**
1º Tesoureiro
CPF: 324.488.134-34

IÊDA MENDES CORREA
Contadora
CPF: 401.745.141
CRC/DF
013.720/O-8

TEXTO 25*Diretoria do ANDES-SN***PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2017****TR - 25**

O 61º CONAD aprova a previsão orçamentária para 2017

Receita	2017
Receita Total	11.155.825,49
Outras Receitas (Patrimônio, Contribuição Sind., Diversas)	261.017,91
Receita de aplicações financeiras	184.485,00
Receita de Contribuições	10.710.322,58
Despesas	2017
Alimentação	18.000,00
Aluguel de Bens Imóveis	255.000,00
Assessoria Contábil	98.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - AJN	530.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - Regionais	560.000,00
Assinaturas e Periódicos	6.000,00
Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)	170.000,00
Conduções e Passagens Urbanas/Taxi Ressarcimento	150.000,00
Contribuições – Aud. Cidadã da Dívida	24.000,00
Contribuições – Escola Nac. Florestan Fernandes	24.000,00
Contribuições – Casarão da Luta MTST	24.000,00
Correios e Telégrafos	30.000,00
Custas e Emolumentos	23.000,00
Despesas com Regionais	1.160.000,00
Despesas Diversas	50.000,00
Despesas Financeiras	20.000,00
Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)	40.000,00
Diárias de Diretores	340.000,00
Diárias Convidados	33.000,00
Energia Elétrica	70.000,00
Estacionamentos / Pedágios	10.000,00
Hospedagem	440.000,00
INSS s/Serviços	25.000,00
Internet e TV a Cabo	44.000,00
Locação de Equipamentos e Veículos	10.000,00
Manutenção e Reparos Bens Móveis	28.000,00
Material de Consumo	130.000,00
Passagens Aéreas e Terrestres	950.000,00

Pessoal e Encargos	3.200.000,00
Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)	230.000,00
Reembolso de Quilometragem	15.000,00
Repasse Fundo Único	220.000,00
Repasses p/ Entidades Filiadas: DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS/ FNDC	615.000,00
Revista - Universidade & Sociedade	105.000,00
Seguros em Geral	5.000,00
Serviços de Digitalização (Bolsista)	36.000,00
Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)	120.000,00
Serviços Técnicos Profissionais – PF	15.000,00
Serviços Técnicos Profissionais – PJ	55.000,00
Telefone	120.000,00
Transportadoras e Fretes	325.000,00
Total de despesas	10.323.000,00

TEXTO 26

Diretoria do ANDES-SN

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN**TR – 26**

O 61º CONAD aprova a prestação de contas do 35º CONGRESSO do ANDES-SN

DESPESAS 35º CONGRESSO	ANDES-SN	SINDUTF-PR	Total de despesas
<i>Especificação</i>	Despesa	Despesa	Total
1 - PESSOAL			
ANDES-SN (Secretaria, Tesouraria e Imprensa)			
Passagens Aéreas/ Terrestre/ Hospedagem	11.942,51	0,00	11.942,51
Diárias	6.200,00	0,00	6.200,00
Horas extras	28.047,18	12.477,87	40.525,05
Subtotal	46.189,69	12.477,87	58.667,56
2 - IMPRENSA E DIVULGAÇÃO			
Arte do Folder	0,00	1.100,00	1.100,00
Caderno Textos (papel, transporte, toner)	7.946,11	0,00	7.946,11
Cartazes Gráfica	0,00	1.196,25	1.196,25
Banner	0,00	2.140,00	2.140,00
Serviço de Impressão/Informativo do Congresso	0,00	2.769,00	2.769,00
Subtotal	7.946,11	7.205,25	15.151,36
3 – INFRAESTRUTURA			
Estrutura Física			
Técnico de Informática	0,00	6.300,00	6.300,00
Transportadora	4.209,26	0,00	4.209,26
Serviço de Segurança	0,00	12.475,00	12.475,00
Aluguel de Computadores	0,00	3.870,00	3.870,00
Revestimento do piso auditório	0,00	4.499,50	4.499,50
Apresentação Cultural	0,00	6.214,00	6.214,00
Aluguel máquina de café/chocolate	0,00	8.821,80	8.821,80
Insumos para máquina de café	0,00	19.151,49	19.151,49
Sonorização	0,00	2.950,00	2.950,00
Cópias e Impressões	0,00	4.810,00	4.810,00
Água Mineral	0,00	2.738,00	2.738,00
Subtotal	4.209,26	71.829,79	76.039,05
Prestação de Serviços			
Táxi/ Estacionamento	0,00	3.052,95	3.052,95
Filmagem	0,00	10.298,00	10.298,00
Enfermeiro	0,00	1.635,00	1.635,00
Monitores/Apoio	0,00	75.628,50	75.628,50

Espaço Infantil	0,00	7.107,98	7.107,98
Transporte de Monitores	0,00	1.155,00	1.155,00
Refeição de Monitores	0,00	8.357,49	8.357,49
Serviços Elétricos	0,00	472,40	472,40
Coffe Break	0,00	27.019,39	27.019,39
	0,00	134.726,71	134.726,71
Material de Consumo			
Medicamentos farmácia	0,00	113,94	113,94
Material de Escritório e expediente	91,00	2.793,05	2.884,05
Material de Consumo	0,00	2.416,57	2.416,57
Tonner e Cartucho de Tinta	0,00	0,00	0,00
	91,00	5.323,56	5.414,56
Material distribuído aos delegados e observadores			
Pastas/ Bolsas	0,00	11.000,00	11.000,00
Camisetas	0,00	10.400,00	10.400,00
Crachá	0,00	2.204,00	2.204,00
Guia do Congressista	0,00	0,00	0,00
Canetas	0,00	0,00	0,00
Blocos	0,00	1.050,00	1.050,00
Brindes/Caneca	<u>0,00</u>	<u>1.881,00</u>	1.881,00
Subtotal	0,00	26.535,00	26.535,00
4 - COMISSÃO ORGANIZADORA			
Diárias	800,00	7.920,00	8.720,00
Passagens Aéreas	2.654,91	0,00	2.654,91
Hospedagem	1.622,50	0,00	1.622,50
Subtotal	5.077,41	7.920,00	12.997,41
5- Despesa c/ transporte de um delegado das S.Sindicais c/ menos de 101 filiados.	14.846,65	0,00	14.846,65
	0,00	0,00	0,00
Subtotal	14.846,65	0,00	14.846,65
TOTAL	78.360,12	266.018,18	344.378,30

Total de Despesas Previstas para Rateio	299.727,79
Total de Despesas Realizadas	344.378,30
Porcentagem da diferença	15%
Valor pago a maior	44.650,51

SIGLAS

ABI: Associação Brasileira de Imprensa
AGU: Advocacia-Geral da União
ANDIFES: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BGA: Bacharelados em Grandes Áreas
C&T: Ciência e Tecnologia
CADIN: Cadastro de Inadimplentes
CAPES/MEC: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior /MEC
CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica
CLT - Consolidação das Leis de Trabalho
CNE: Conselho Nacional de Educação
CNESF: Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais
CNPQ: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAD: Conselho do ANDES Sindicato Nacional
CONED: Congresso Nacional de Educação
CONGRESSO: Congresso do ANDES-SN
CONLUTAS: Coordenação Nacional de Lutas.
CONLUTE: Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes
CPA: Comissões Próprias de Avaliação
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito
CSS: Contribuição Social para Saúde
DA: Diretórios Acadêmicos
DCE: Diretório Central de Estudantes
DE: Dedicção Exclusiva
DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudo
DPC: Diretrizes Gerais para Planos de Carreira dos Servidores Públicos
DRU: Desvinculação de Recursos da União
EaD: Educação a Distância
EC: Emenda Constitucional
ETF: Escolas Técnicas Federais
ENADE: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio
ENFF: Escola Nacional Florestan Fernandes
FASUBRA-Sindical: Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras
FIES: Financiamento Estudantil
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC: Fernando Henrique Cardoso

FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos

FNDC: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

FNDE: Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNDEP: Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública

FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GEBTT : Gratificação da Educação Básica, Técnica e Tecnológica

GEMAS: Gratificação de Estímulo ao Magistério Superior

GT: Grupo de Trabalho

GTCA: Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte

GTPFS: Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical

HU: Hospital Universitário

ICV: Índice do Custo de Vida

IEES: Instituições Estaduais de Ensino Superior

IES: Instituições de Ensino Superior

IFE: Instituições Federais de Ensino

IFES: Instituições Federais de Ensino Superior

IFET: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IMES: Instituições Municipais de Ensino Superior

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPES: Instituições Particulares de Ensino Superior

LDB: Lei de Diretrizes e Bases

LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias

LGBTTT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero

LOA: Lei Orçamentária Anual

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

MEC: Ministério do Estado da Educação

MPOG: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil

OCC: Outros Custeios de Capital

OIT: Organização Internacional do Trabalho

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PCMSO: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação

PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional – Diretrizes para a Educação

PEC: Proposta de Emenda Constitucional

PIB: Produto Interno Bruto

PL: Projeto de Lei

PLANFOR: Plano Nacional de Formação Docente
PLC: Projeto de Lei da Câmara dos Deputados
PLP: Projeto de Lei Complementar
PLS: Projeto de Lei do Senado Federal
PNE: Plano Nacional de Educação
PPA: Plano Plurianual
PPG: Projeto de Pós-Graduação
PPPs: Parcerias Público Privadas
PPRA: Programas de Prevenção de Risco Ambiental
PROEP: Programa de Expansão da Educação Profissional
PROIFES: Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior
PROUNI: Programa Universidade para Todos
REHUF: Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
PUCRCE: Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos
REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RGPS: Regime Geral da Previdência Social
RJU: Regime Jurídico Único
RT: Retribuição por Titulação
SESu/MEC: Secretaria de Educação Superior / MEC
SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINASEFE: Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional
SISOSP: Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor
SPF: Servidores Públicos Federais
SR: Secretarias Regionais
STF: Supremo Tribunal Federal
STJ: Superior Tribunal de Justiça
SUS: Sistema Único de Saúde
TCU: Tribunal de Contas da União
UAB: Universidade Aberta do Brasil
USAID: United States Agency for International Development